MESTRADO EM RISCOS, CIDADES E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO 2009/2010

Dinâmicas De Inovação Social E Suas Implicações No Desenvolvimento Espacial

Três Iniciativas do Terceiro Sector no Norte de Portugal

Mestranda: Vera Diogo
Orientadoras: Teresa Sá Marques e Paula Guerra

ÍNDICE

Índice 2
Agradecimentos 3
Resumo 5
Abstract 6
Introdução 7
Revisão da Literatura 9
Terceiro Sector 9
O conceito de Terceiro Sector 9
Modelo institucional 11
Evolução, alcance e temáticas 14
Formas de operacionalização 17
Evolução e situação actual em Portugal 20
Inovação social 26
O conceito de Inovação Social 26
Dimensões de abordagem 31
Formas de operacionalização 34
Desenvolvimento espacial 42
O conceito de Desenvolvimento 42
Desenvolvimento espacial 46
Justiça espacial 49
Abordagem ao objecto de estudo 54
Metodologia 54
Descrição dos casos de Estudo 59
Associação Humanitária Habitat 59
Espaço t - Associação para Apoio à Integração Social e Comunitária 63
Igualdade de Género como exercício de cidadania – projecto Animar 67
Caracterização dos Participantes 71
Análise dos casos de estudo 81
Dimensão identitária 81
Dimensão interaccional 91
Dimensão cívica 107
Dimensão inter-organizacional 124
Dimensão inter-escalar 134
Conclusões 139
Bibliografia 147
ANEXOS 152

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer às duas mulheres fantásticas que me orientaram neste processo, apontando-me caminhos aliciantes, colocando as questões pragmáticas nos momentos certos e dando todo o apoio teórico e metodológico, a professora Teresa Sá Marques e a professora Paula Guerra.

Em segundo lugar, agradeço profundamente a todos e todas as participantes neste estudo, sem os quais teria sido impossível realizá-lo. Agradeço, em especial, à Filipa Braga e ao Nuno Ferreira, por todo o tempo dispendido.

Agradeço igualmente às organizações que pela sua disponibilidade e abertura facilitaram a realização deste trabalho, a Associação Humanitária Habitat, o Espaço t, a Animar, a ATLAS-Cooperativa Cultural, a Associação Juvenil de Deão, e, a Associação Portuguesa de Apoio à Floresta e ao Desenvolvimento Rural.

Quero agradecer ainda a três outras organizações do Terceiro Sector, à ASI – Associação de Solidariedade Internacional, e à UDIPSS-Porto, pelas oportunidades criadas de momentos de discussão e realização de contactos. À A3s pelos momentos de reflexão e discussão criados, pelas oportunidades de aprendizagem e pelas relações criadas, particularmente, com as amigas Cristina Parente e Carlota Quintão, a quem agradeço pessoalmente pelo apoio e pela influência positiva.

Em seguida, cabe-me agradecer a Paulo Alves, pela bibliografia facilitada e pela partilha de ideias centrais sobre este tema, a Carlos Azevedo, pela partilha inspiradora da sua profunda experiência no âmbito do Terceiro Sector.

Nesta minha breve incursão pelas fronteiras da Geografia, quero agradecer à Professora Madalena Fonseca, em cuja disciplina tive o primeiro contacto com o tema da inovação social, ao Professor Helder Marques e ao Professor Mário Gonçalves, pelas leituras indicadas e pelas aprendizagens. Agradeço também aos colegas, Marco Lopes, Diogo Ribeiro, Lúcia Magalhães, Luís Carlos Monteiro, Susana Machado, Fernando Queiróz, Isabel Paquete, entre outros, pela partilha de perspectivas e experiências, ao longo deste percurso.

Quero agradecer ainda a Marcelle Dawson pela presença inspiradora na workshop *Paths Towards Reflexive Sociology: Ethnography Matters*, pela troca de ideias e bibliografia indicada. E agradeço aos professores Carlos Silva e José Neves, que desde o primeiro ano da licenciatura em Sociologia na Universidade do Minho, me transmitiram a paixão de aprender e reflectir.

À Escola Superior de Educação do Porto e aos meus alunos de Educação Social, quero agradecer a oportunidade de partilhar a mensagem da inovação social e reflectir em conjunto o papel das organizações, particularmente das organizações com finalidade social, na sociedade actual.

Aos meus amigos de sempre, Rita Neves e Hugo Oliveira, e às amigas Vera Rocha, Raquel Costa e Inês Cunha, presenças importantes durante este ano lectivo, agradeço pelo apoio, interesse e por todas as vivências partilhadas.

Aos meus pais, Fernando Diogo e Glória Pereira, sou muito grata por todo o apoio e amor incondicional. Agradeço também à Emília Carvalho, pelo seu interesse no meu trabalho e pelo apoio.

Ao meu companheiro, Özgür Şener, por todo o ânimo transmitido, tanto presencialmente como a milhares de km de distância, por todas as gargalhadas, um *Muito obrigada*!

RESUMO

A presente dissertação pretende reflectir sobre a questão *Como podem as dinâmicas de inovação social promovidas pelo Terceiro Sector influenciar o desenvolvimento espacial?*

O ponto de partida são as recentes transformações no campo do trabalho social que têm dado forma ao conceito de inovação social, entendida como uma mudança significativa no modo como uma sociedade lida com um problema social. Esta significância é medida de acordo com os critérios de escala – nr. de pessoas, área geográfica abrangida; alcance – dimensões sociais envolvidas; ressonância – capacidade das iniciativas promoverem a reinterpretação das ideias ou da mensagem que lhe deu corpo (Nilsson, 2003). Se estes critérios medem os resultados, os processos de inovação social pautam-se por dois princípios básicos: *trabalhar com* – trabalho social inclusivo centrado na capacidade de agência dos indivíduos; e, *o trabalho em rede* – a partilha efectiva de créditos e responsabilidades entre diferentes organizações em prol do bem-estar social e do desenvolvimento.

O Desenvolvimento espacial é entendido como uma perspectiva integrada do desenvolvimento, na óptica do desenvolvimento sustentável, abrangendo os vectores – social, económico e ambiental – e dando especial relevo ao cumprimento de critérios de justiça espacial – justiça económica, social e política (Soja, 2009).

A literatura analisada sugere uma correlação positiva entre as dinâmicas de inovação social e o desenvolvimento espacial, assim, sem perder de vista a natureza complexa e bidireccional desta relação, procuramos perceber o papel que as três iniciativas assumem no desenvolvimento espacial das comunidades. As três iniciativas escolhidas foram – A Associação Humanitária Habitat, o Espaço t, e o Projecto Igualdade de Género como Exercício da Cidadania, organizado pela Animar. Num enfoque interpretativo, previlegiamos a análise da perspectiva dos actores. Assim, cruzando os elementos-chave do quadro teórico, e construindo eixos de análise, estudamos cinco dimensões das iniciativas - identitária, interaccional, cívica, inter-organizacional e inter-escalar – de modo a avaliar, em primeiro lugar, o seu carácter inovador, sugerindo possíveis vias de melhoria. E finalmente, almejando sobretudo a dimensão compreensiva do desenvolvimento (Amaro, 1993), avaliamos a influência das iniciativas sobre os interactores, sobre a sua concepção de desenvolvimento e o impacto percepcionado neste.

A questão de partida desta investigação, advém de um debate mais genérico quanto ao papel do Terceiro Sector na sociedade e quanto aos caminhos do desenvolvimento, que não deixamos de incluir aqui. Com base nesta análise, identificamos necessidades sentidas no terreno, nomeadamente, a nível de política social e de estratégia de desenvolvimento, assim como, apontamos possíveis vias de difusão de inovação social.

ABSTRACT

The present dissertation intends to arise debate on the question *In which ways can social innovation initiatives carried on within the third sector affect spatial development?*

The starting point is the recent transformations within social policy and practice that gave form to the concept of social innovation. Social innovation is understood as a significant change in the way a given society deals with a social problem. Its significance is measured by scale - number of people, geographical area involved, by scope - its capacity to affect multiple social dimensions, and by resonance - that is, the degree of intensity to which it attracts people's imagination (Nilsson, 2003). While these are the criteria of results evaluation, the main methodologies are: working with and not for the people – the conviction that social actors' involvement on the projects that are designed for their benefit is a functional requirement; network cooperation – the understanding that organizations must come out of their walls and cooperate, for that is the only way to provide an integrated answer to social needs in a network society, in order to promote wellbeing and development.

Spatial development is understood as an integrated view of development, implying the same vectors that sustainable development defends – social, economical and environmental, and focusing on the fulfilment of spatial justice criteria –economical, social and political justice (Soja, 2009).

The literature suggests a positive correlation between social innovation dynamics and spatial development, without losing the perspective of the complex and dynamic nature of this relationship, here we approach the role of three initiatives in the spatial development of its communities. The three chosen cases were – Associação Humanitária Habitat, Espaço t and the project Igualdade de Género como Exercício da Cidadania, run by Animar. Given our comprehensive approach, we focus mainly on the actors' perspectives. Therefore, the analysis was centered in five dimensions of the initiatives, based on conceptual framework guidelines – identity, interactions, civic role, inter-organizational level, cross-scale level – in order to, first of all, analyze its innovative character, suggesting possible improving ways. And finally, in order to understand the influence of this projects/organizations on its interactors, on their conception on development and on the perceived impact of the initiative (Amaro, 1993).

The debate aroused by this question comes from a wider reasoning about the role of 3rd sector's organizations in society and about development theories, which we also approach here. Based on the current analysis, we identify needs in terms of social policy and development strategy and point out promising ways to promote social innovation.

INTRODUÇÃO

> ***The reasonable man adapts himself to the world; the unreasonable one persists in trying to adapt the world to himself. Therefore all progress depends on the unreasonable man.***
>
> ***Bernard Shaw***[1]

A inovação social é a proposta de uma via efectiva e criativa para a resolução de problemas sociais, no sentido de melhorar o bem-estar social e assim promover o desenvolvimento. Esta proposta activa de forma dinâmica a relação entre estrutura e agência, e fá-lo através da afirmação do papel do indivíduo na sociedade, do poder de agência de indivíduos e organizações, e da incessante capacidade humana para a reinvenção. Como nos diz Westley, *como seres humanos, quando cessamos de mudar, morremos*, e da mesma forma, *quando os sistemas sociais param de mudar, tornam-se rígidos, e, mais vulneráveis a choques externos*[2]. As crescentes dimensões da exclusão social são justamente um sintoma da rigidez do actual sistema socioeconómico.

A mudança social processa-se em ciclos de longa duração, de acordo com as dinâmicas de resiliência dos sistemas socioecológicos, no constante (re)equilíbrio das suas forças. Actualmente, assistimos a fortes desiquilíbrios, na qualidade ambiental, na estabilidade das economias e dos sistemas políticos e na justiça social que comprovam a necessidade de mudança. Ora, a inovação social vem propor uma mudança que restaura a capacidade de resiliência dos sistemas, a partir da capacitação das populações, potenciando o seu capital humano e social.

Nesse processo de capacitação, as organizações do Terceiro Sector assumem um papel central, porém as suas iniciativas só serão efectivas na promoção de desenvolvimento, se, em primeiro lugar, se centrarem nas pessoas com quem trabalham e, em segundo lugar, cooperarem activa e produtivamente entre si, e com as entidades do sector público e do sector privado.

O desenvolvimento, incontornavelmente, afecto à promoção de justiça, reflecte-se nas estruturas sócioespaciais, porque *o espaço é a sociedade*[3], a inovação social floresce

---

[1] (Elkington, 2008, p. xii)

[2] (Westley, 2008, pp. 1-2)

[3] (Marques, 2004, p. 9)

nas relações que se produzem nas comunidades, nas regiões e nos estados, com o objectivo último de ampliar as liberdades individuais dos indivíduos, quer em termos de recursos, quer de oportunidades. As duas dimensões essenciais da justiça espacial que cimentam o exercício da cidadania, sem o qual o indivíduo não tem acção sobre a sociedade. Ora, uma sociedade de indivíduos atomizados e autómatos está votada à estagnação, o que se apresenta humanamente impossível, pois *quando cessamos de mudar, morremos*[4].

[4] (Westley, 2008, pp. 1-2)

REVISÃO DA LITERATURA

TERCEIRO SECTOR

O CONCEITO DE TERCEIRO SECTOR

Segundo Lester Salamon, o Terceiro Sector consiste no conjunto de actividades de organizações da sociedade civil, criadas pela iniciativa de cidadãos que têm como objectivo prestar serviços públicos, seja na saúde, na educação, na cultura, nos direitos humanos, na habitação, na protecção do ambiente, no desenvolvimento local, ou no desenvolvimento pessoal (Salvatore, 2004, p. 27). A diversidade de abordagens à intervenção social dificulta a delimitação do Terceiro Sector, pois este constitui uma realidade profundamente multifacetada, composta por um leque de organizações extremamente heterogéneo quanto a formas jurídicas, modelos de gestão, estruturas de governança, esquemas de cooperação, estruturas de recursos humanos e planos de acção (Ricardo J. , 2007, p. 60); (Mulgan G. , 2009). Ainda que a tendência seja para a adopção de formas de gestão democrática, com maior ou menor grau de autonomia e estruturas hierárquicas menos rígidas (Quintão, 2004, pp. 3-4).

Cada uma destas organizações assume uma determinada missão de finalidade social, ou seja, cada uma delas tem como objectivo a resposta a determinado problema social. Assim, o que cria unidade nesta amálgama de realidades organizacionais é o tipo de objectivos que elas prosseguem, sendo estes: a melhoria das condições de vida da população de uma dada região ou local, de um dado grupo etário, de classes desfavorecidas ou grupos sociais específicos envolvidos em processos de exclusão social. São as preocupações com a equidade e a justiça social que regem as entidades do Terceiro Sector, que as motivam a agir ao nível local, numa lógica de descentralização do poder e de inclusão das populações nos processos de intervenção (Lavado & Barata, 2007, p. 41).

O conceito de Terceiro Sector define-se em oposição, por um lado, ao sector lucrativo, regido pelo princípio do lucro, e por outro, ao sector público, ao qual subjaz o princípio da redistribuição. O Terceiro Sector guia-se primordialmente pelo princípio de reciprocidade, ou seja, a ideia de que a cooperação e a entreajuda são formas válidas de mobilização e organização de recursos monetários ou não monetários para a produção material de bens e serviços. Por esse motivo, as organizações do Terceiro Sector não têm como objectivo principal o lucro, que a existir é reinvestido na actividade e não distribuído entre os seus membros (Amado, 2007). A particularidade

deste sector reside no facto de que as organizações nele inseridas podem interligar as restantes esferas de actividade económica, procedendo à redistribuição, praticando a reciprocidade, e realizando a troca no mercado. Realizando trocas que não têm como finalidade o lucro, estas organizações interactuam no mercado, com parceiros do sector privado. Efectivando programas com subsídios estatais, elas contratualizam com o Estado na efectivação da redistribuição de recursos desigualmente distribuídos (Quintão, 2004, p. 1). A natureza da relação do Terceiro Sector com o Estado tem suscitado algum debate, estando difundida a ideia de subsídio-dependência e colocando-se em questão a verdadeira autonomia das entidades que compõem o sector (Ricardo J. , 2007, p. 60).

Para aprofundar a reflexão, analisemos a noção de economia social, termo que surge em França, na viragem do séc.XX, desenvolvido por G. Gide, é redescoberto e difundido nos anos 70, sendo usado sobretudo no âmbito do sector cooperativo, mas também aplicado aos restantes movimentos (mutualismo e associativismo). A economia social é, então, um espaço de produção económica (produção material de bens e serviços) intermédio entre Estado, Mercado e economia familiar – combina recursos destas outras esferas, reunindo características específicas (Quintão, 2004, pp. 6-7). Segundo Júlio Ricardo (2007, p. 59), o conceito de economia social e solidária trará maior fôlego que o de Terceiro Sector, pois afirma este conjunto de iniciativas da sociedade civil como uma alternativa às restantes formas de produção, com o objectivo de subordinar a economia a uma finalidade social. Ou seja, promover uma *apropriação social, justa e solidária da riqueza produzida pela acção económica.*

A noção de economia solidária desenvolve-se, também em França, sobretudo no contexto das novas iniciativas de intervenção social dos anos 70, que propõem novos modelos de abordagem, novas soluções de resposta institucional, novas parcerias estratégicas. Este termo vem recuperar a ambição original da ideia de economia social assente na recusa da divisão entre economia, política e sociedade, ao nível da acção. Os projectos desenvolvidos no âmbito da economia social e solidária são democráticos, participativos e economicamente plurais (alternativos à distinção rígida entre sector público, sector privado) (Quintão, 2004, pp. 5-8), tendo como objectivo *fazer emergir a necessidade de um novo conceito de desenvolvimento onde a economia é uma das dimensões, mas a medida é o Homem* (Ricardo J. , 2007, p. 59).

Uma outra designação é a ideia de terceiro sistema que resulta da constatação de que não havendo em qualquer país um quadro-jurídico claramente definido e delimitado de um sector económico distinto, não existe um reconhecimento do mesmo enquanto todo coerente e unificado, portanto, não deveriamos falar de sector, mas sim de um sistema. Ainda que esta precisão de linguagem possa ter algum fundamento, o conceito de Terceiro Sector é o mais difundido entre os diversos teóricos e

investigadores, porque ele designa a provisão de serviços sociais por organizações dotadas de autonomia jurídica que se orientem segundo princípios que não os do mercado, sem sublinhar qualquer característica dos serviços ou sobrevalorizar determinado tipo de estrutura organizacional. Portanto, pelo seu carácter aberto, o termo Terceiro Sector reune maior consenso a nível internacional, sendo aplicável de forma mais neutra, pois não favorece as tradições regionais mais arreigadas que reflectem as principais características e os graus de desenvolvimento das próprias inciativas localizadas. Como é o caso do termo economia social, mais desenvolvido em França, ou do conceito de Sector Não Lucrativo, mais vigente nos países anglófonos e em alguns países do Centro e Norte da Europa. Este último centra-se na constatação da expressão económica do sector para a economia mundial e para o emprego, e da importância das respostas sociais por ele garantidas em áreas em que o Estado e o Mercado são insuficientes – saúde, educação, serviços sociais, recreação e cultura (Quintão, 2004, pp. 6-9).

MODELO INSTITUCIONAL

Para Salvatore, a lógica que define a natureza do Terceiro Sector é a racionalidade substantiva, valorativa ou axio-racional, como definida por Weber na teoria da acção social. Entende-se por acção social todo o comportamento humano orientado para a conduta previsível de outros actores sociais, tendo implicações concretas e significados subjectivos, tanto para o indivíduo agente como para o seu interactor. Isto não quer dizer que os significados sejam partilhados, em muitos casos, cada parte assume atitudes, atribui propósitos e significações diferentes à sua interacção. Weber define 4 tipos ideiais de orientação da acção significativa, de acordo com a racionalidade em que lhe subjaz, isto é, de acordo com os objectivos geradores dessa mesma acção. E são eles, a racionalidade tradicional, a racionalidade afectiva, a racionalidade instrumental e a racionalidade valorativa ou axio-racional.

É importante frisar que Weber não define esta tipologia com rigidez, tratam-se de tipos ideais de racionalidade que não são necessáriamente encontrados na realidade de forma pura. Estas diferentes formas de estruturação da acção social interseccionam-se nas relações entre agentes, são justamente as continuidades e descontinuidades do registo de acção de cada um deles, que sedimentam, redefinem, anulam ou mantêm as relações sociais. O que se visualiza ao nível micro da interacção social, pode também ser percepcionado nas relações entre actores organizacionais.

A racionalidade tradicional basea-se nos usos e nos costumes, nem sempre implicando um significado construído pelos agentes, na medida em que muitas vezes, estes usos e

costumes não são questionados, está, pois, na fronteira da acção significativa. O mesmo ocorre com a racionalidade afectiva, que se centra nas emoções e sentimentos do indivíduo, visto que nem sempre um indíviduo define o propósito de uma acção unicamente emocional, por vezes, esta surge apenas como reacção inconsciente. A racionalidade instrumental ou funcional consiste no cálculo ponderado entre meios e fins, em que o actor orienta o seu comportamento de acordo com a probabilidade de provocar determinados efeitos e consequências, e define os seus objectivos de forma metódica, de acordo com os meios de que dispõe. Ao contrário, a racionalidade valorativa, ou axio-racional, centra-se no valor intrínseco das acções, independentemente das suas expectativas de sucesso. Independentemente da articulação entre meios e fins, este tipo de orientação da acção baseia-se nos valores, normas, crenças e ideologias que os actores professam. É, neste sentido, anti-calculista e articula-se com a definição de objectivos estruturais da vivência dos actores (Weber, 1922 in Giddens, 1972, pp. 251-267). Segundo Salvatore, este tipo de racionalidade, tende a favorecer estruturas organizacionais que priveligiem:

a. Cooperação e responsabilidade solidária, colectiva e compartilhada

b. Convivência de formas plurais de trabalho, compostas de assalariados, voluntários e outros parceiros

c. Trabalho em equipas, preferencialmente multidisciplinares, com ambiente propício ao desenvolvimento profissional e pessoal

d. Trabalho criativo, pois o ambiente é incerto e em constante transformação

e. Havendo excedente, a sua utilização será para o bem da colectividade, e não para proveito individual (Rodrigues, 2004).

Em 2005, foi realizado um estudo comparativo do Sector Não Lucrativo, a nível internacional, o *Comparative Non Profit Project* – (a partir daqui sempre) – *CNP Project* organizado pela Universidade John Hopkins, dos Estados Unidos da América. De acordo com este estudo, dirigido por Lester Salamon, uma organização pertencente ao Terceiro Sector cumpre os seguintes critérios:

a) Estrutura formal organizada – constituir uma realidade institucionalizada com estrutura interna, estabilidade, actividade regular, e com distinção entre sócios e não sócios (Gil, 2004)

b) Natureza Privada – ser institucionalmente autónoma do Estado, não formando parte do Sector Público

c) Ausência de distribuição de lucros entre seus membros – reinvestir os fundos na consecução da missão da organização. No caso português, as cooperativas e associações mutualistas não cumprem este critério

d) Auto-gestão – ter capacidade de auto-governo e autonomia, não é, contudo, definido qualquer padrão nas formas de governação (Gil, 2004, p. 197)

e) Adesão voluntária – basear-se na adesão voluntária de seus membros (Gil, 2004; Franco, 2005)

Naquele estudo, determinaram-se como não pertencentes ao Sector Não Lucrativo as parcerias em que o Estado se assume como parceiro principal, ou as fundações em que o financiamento estatal é a principal fonte de receita (Franco, 2005, p. 16). Tal opção vai de encontro ao questionamento de autores como Gómez Gil quanto ao carácter privado de inúmeros projectos de organizações sociais subsidiados pelo Estado, ainda que estas detenham personalidade jurídica enquanto pessoas colectivas privadas (Gil, 2004, p. 196).

Porém, num estudo realizado pela Comissão Europeia, em 1997, intitulado - *3rd System Employment And Local Development* – que integrou 81 projectos de investigação e intervenção muito diversificados entre si, partiu-se de uma abordagem analítica, valorizando mais a evolução histórica das tipologias e o seu conteúdo cívico e cultural, do que as características institucionais e a dimensão económica (Quintão, 2004, p. 14).

Estas duas abordagens seguem a clivagem definida, em 1999, por Defourny e Develtere, entre as duas perspectivas contemporâneas de economia social, uma jurídico-institucional que sobrevaloriza as formas jurídicas como critério de definição – critério operacional, outra normativa que valoriza os princípios partilhados, ou seja uma abordagem analítica.

A relação entre o Estado e o Terceiro Sector é uma pedra basilar quer para o modelo institucional do mesmo, quer para o modelo de Segurança Social e de Serviços Sociais do próprio Estado, condicionanando a melhoria da qualidade de vida não só dos públicos excluídos, como da população em geral. De acordo com um relatório da UNESCO, de 2002, intitulado *Social Capital And Poverty Reduction*, não há qualquer contradição entre a responsabilidade estatal e o fortalecimento da sociedade civil, o segundo não implica uma anulação da primeira, pelo contrário, o desafio é a cooperação entre estes dois actores com funções distintas (UNESCO, 2002, pp. 60-61

EVOLUÇÃO, ALCANCE E TEMÁTICAS

As transformações societais das últimas décadas, agravadas pelos processos de globalização, provocaram um intenso crescimento das desigualdades e uma aguda heterogenização social, criando contornos de crescente complexidade nas realidades de que se ocupam as organizações sociais. Nomeadamente, a fragilização do Estado-Providência, ao dar lugar à participação de uma sociedade civil mais informada e organizada, e, em última análise, interligada globalmente, vai ter importantes repercursões nas Organizações do Terceiro Sector (OTS's), sobre as quais incide o foco desta investigação.

Desde o Séc. XIX, no contexto da degradação das condições de vida da classe operária e da tomada de consciência de que o agravamento das desigualdades sociais cria problemas económicos, travando o progresso, surgem iniciativas inspiradas no socialismo utópico e no socialismo cristão que procuram desenvolver formas alternativas de actividade económica. Exemplos destas iniciativas são as cooperativas de consumo, as sociedades de socorros mútos, entre outros (Quintão, 2004, p. 3). Segundo Carlota Quintão, é só na viragem para o Séc. XX, que os três diferentes movimentos: o mutualismo – orientado para a entreajuda entre os membros, o cooperativismo – baseado na produção e consumo colectivo de bens e serviços a baixo custo, através da cooperação entre sócios e o associativismo – orientado para a satisfação das necessidades de um dado grupo ou comunidade – se institucionalizam em diferentes ramos jurídicos (Quintão, 2004, p. 3).

Segundo David Korten, numa perspectiva orgânica de análise da evolução das ONGD's, a história produziu quatro gerações. Ainda que esta abordagem se dirija especificamente às Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento – ONGD's, as suas linhas gerais podem aplicar-se para o Terceiro Sector. A primeira geração – *assistencialista* – iniciada no Pós II Guerra Mundial, presta serviços na lógica do imediato e do auxílio que não independentiza o público alvo (Gil, 2004, p. 166). Importa notar que, no âmbito do Terceiro Sector, o assistencialismo foi o padrão vigente desde os seus primórdios, porém as ONGD's apenas surgem nesta fase, podendo dizer-se que assumem a herança de todo um passado de serviço social. É nesta fase que o Estado Providência se constitui, movido pelas urgências do Pós-Guerra, edificam-se sectores púbicos, mais ou menos consistentes, um pouco por toda a Europa. Ora, ao organizar e regulamentar as respostas para os serviços sociais, o Estado vai limitar a esfera de acção das OTS's, sobretudo as associacções e mutualidades do âmbito da protecção social, inserindo-as numa lógica redistributiva. A regulação estatal, marcada pela racionalização e generalização das respostas sociais à

escala do Estado-Nação, vai modelar a actuação das organizações por lógicas espaciais e temporais fortemente constratantes com as suas. Podendo falar-se numa instrumentalização das OTS's, que em três décadas viram o seu âmbito de acção transformado, regulamentado e fragmentado pelo Estado-Providência (Quintão, 2004, p. 4).

A segunda geração descrita por Korten – *desenvolvimentista* – surje a partir dos anos 60, com a perspectiva que a única forma de melhorar as condições de vida da população é dar-lhe estratégias e ferramentas para combater as problemáticas em que se insere, com os seus próprios recursos. Geram-se neste período organizações independentes do Estado, e focadas sobretudo no desenvolvimento local, mas ainda em pequena escala. A partir dos anos 70, emerge uma terceira geração – *crítica*, na qual as organizações crescem em número e em efectivo impacto. Dada a aceleração do fenómeno da globalização, a liberalização internacional dos mercados associada às transformações na natureza do mercado de trabalho, a ciclicidade da crise económica, a falência do modelo de Segurança Social e o fortalecimento dos organismos supranacionais, os Estados Nação fragilizam-se e as organizações sociais expandem as suas áreas de actuação. Na sequência do movimento dos Países Não Alinhados, em 1973 e da vinculação das Organizações com actuação no Norte e no Sul do mundo, as ONG's agem no espaço nacional e transnacional, chegando aos lugares mais remotos. Sobretudo, depois dos anos 80, com o surgimento de uma 4ª geração – *capacitadora* – que promove a capacitação das populações-alvo, dedica-se à investigação de modelos alternativos de desenvolvimento, reclamando o poder para os países do Sul e para os grupos mais excluídos (Gil, 2004, pp. 166-168). Dá-se um alargamento da rede de recursos materiais e imateriais das organizações com a inerente complexificação dos fluxos de poder e de capital, amplificada à escala global. Actuando nas comunidades, por vezes, cooperando com o Estado, ou mesmo substituindo-o, estas organizações tomam parte na tomada de decisões políticas (Gil, 2004, p. 168). Tornam-se assim, parte integrante de sistemas sustentáveis de desenvolvimento que unem entidades públicas, organizações privadas e iniciativas locais. São elos numa rede composta por sinergias, mais ou menos, coesas, mais ou menos, operativas, activadas em prol do desenvolvimento e da inclusão social (Queiroz, 2004, p. 42).

Actualmente, convivem lado a lado, instituições de cáracter assistencialista e, por exemplo, projectos de empreendedorismo social de formato inovador. Portanto, as quatro gerações coexistem, ou, dito de outra forma, coexistem quatro tipologias gerais de organizações de finalidade social que preconizam distintos métodos de trabalho, estruturas internas e modelos de gestão, moldados pelas tendências de determinada época histórica.

Hoje, tanto na economia, como na política, na intervenção social, na constituição de redes, na utilização das telecomunicações, na criação de novos sistemas de informação, na educação, na formação de alianças de cidadãos, as organizações sociais têm como novas portas, janelas para um mundo de potencialidades nunca vistas. Uma certeza: na sociedade global, não é viável intervir isoladamente nos problemas sociais, as organizações devem avançar a partir de novas possibilidades reorganizativas (Gil, 2004, p. 203).

Sílvia Ferreira diz-nos que as organizações que formam o Terceiro Sector *são parte de uma atitude cívica específica, de um projecto de reforma ou de um discurso* (Ferreira, 2004, p. 82). Esta autora propõe-se a abordar a capacidade destas organizações em influenciar o processo político nas suas várias fases. Recorre às ideias de Saidel e Najam de que estas organizações assumem diversos papéis ao longo do processo de negociação política com o aparelho de Estado – *monitoras, militantes, inovadoras e fornecedoras de serviços*. Desta forma, o Terceiro Sector constitui-se como um canal para a participação política de cidadãos que de outra forma não têm acesso ao sistema político (Ferreira, 2004, p. 82). Esta abordagem foca claramente as organizações de terceira geração, que abordam os direitos cívicos e compreendem a funcionalidade sistémica da participação cidadã.

Já a visão de Carlos Goméz Gil, é contrastante, pois ele perspectiva o papel de facilitador da reprodução das desigualdades sociais do terceiro sector, no sentido, em que este assegura a assistência a uma larga franja de públicos excluídos, invisibilizando-os para o resto da sociedade, garantindo, nomeadamente, um contingente de trabalhadores desqualificados, perpetuando a sua condição social de forma a alimentar o mercado de trabalho e manter a organização capitalista do sistema socioeconómico. Segundo este autor, o Terceiro Sector tem constituido um suporte ideológico para o desmantelamento do Pacto Keynesiano que cimentava o Estado Providência, pelas políticas neoliberais, desresponsabilizando o Estado da redistribuição equitativa de rendimentos e dos seus compromissos para com a garantia de Bem-Estar Social. Gil chega a questionar a verdadeira *raison d'etre* do Terceiro Sector, acusando a sua funcionalidade no cumprimento dos interesses do Estado e do Mercado, ao converter-se numa *mercantilização do espaço público através da estatização de determinados espaços da iniciativa privada*. Neste ponto, refere-se ao papel de financiador que o Estado passou a assumir, segmentando serviços anteriormente garantidos pelo sector público, que passam a ser marcados pela dispersão, pela personalização, e muitas vezes, se precarizam. Contudo, conflui com Ferreira, no ponto que diz respeito aos limites e condições mediante os quais os responsáveis estatais valorizam a acção das organizações sociais, afirmando que a

intervenção social é incentivada e apadrinhada desde que se mantenha fora da esfera política e de reivindicações estruturais ou ideológicas (Gil, 2004, p.197-199).

As OTS's ocupam-se de temáticas tão diversas como as descritas no *International Classification of Nonprofit Organizations – ICNPO*, um relatório desenvolvido em conjunto pelas equipas dos vários países participantes do *CNP Project*. Esta classificação é mais abrangente do que a classificação da CAE – Classificação das Actividades Económicas – o sistema mais usado em Portugal. O ICNPO inclui como áreas de actuação: cultura e lazer; educação e investigação; saúde; serviços sociais; ambiente; desenvolvimento e habitação; direito, advocacia e política; filantropia e promoção do voluntariado; cooperação internacional; religião; associações de empresários, associações profissionais e sindicatos; e ainda uma categoria aberta (Franco, 2005, pp. 25-26).

FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO

Os principais condicionamentos do Terceiro Sector são o financiamento e a mão de obra, o primeiro tem vindo a ser colmatado em grande medida por apoios governamentais, e por candidaturas a projectos de desenvolvimento, locais, nacionais, europeus, ou internacionais, as carências relativamente à segunda são colmatadas, em maior ou menor grau, com recurso ao voluntariado e, em grande medida, ao voluntarismo dos seus membros.

No que diz respeito ao financiamento, convém explorar as pistas deixadas por Daniel Yoffe, quando nos lembra que sempre que uma organização consegue determinada fonte de financiamento, significa que a sua causa está a ser legitimada, é uma demonstração da sua validação social. Deste modo, será mais efectivo conseguir fundos, quando as acções não se concentram apenas na obtenção de recursos, e menos ainda, de recursos financeiros. É importante que o *fund raising* seja centrado na missão e nos objectivos da organização (Yoffe, 2004, pp. 212-213). Um verdadeiro profissional de fundraising tem que ser um facilitador de processos, e não, um mero solicitante de fundos. Portanto, não há recursos financeiros sem recursos humanos, são os recursos humanos que serão responsáveis pela gestão dos financiamentos e pela própria estratégia de angariação de fundos. Organizar efectivos planos de angariação de fundos implica criar relacionamentos que perdurem no futuro, investindo no seu capital relacional (Yoffe, 2004, pp. 216-217). As actividades habitualmente incluídas na designação de *fund raising* são limitativas, perdem a noção

da importância dos recursos não monetários, assim como, negligenciam a geração de fundos próprios.

As fontes de financiamento mais comuns entre as Organizações do Terceiro Sector são:

i) as fontes internacionais, públicas ou privadas, no caso das organizações que têm uma sede internacional ou que estabeleceram acordos com organismos de cooperação internacional, como o caso da UE;
ii) as fontes públicas locais: sejam do governo local, regional ou nacional. No Brasil, este tipo de fonte representa 16%, ao passo que a estimativa para o Hemisfério Norte era de 40%.
iii) as fontes privadas: indivíduos, empresas, instituições, como fundações. Este tipo de financiamento representa 17% do orçamento das organizações.
iv) venda de produtos ou serviços: importante forma de geração própria de recursos, representa 60% do financiamento das ONGs brasileiras, 70% no total da América Latina, mas apenas 44% no Hemisfério Norte. (Yoffe, 2004, pp. 213-214)

Nas últimas décadas, um factor crucial de mudança no modo de actuação das OTS's, foi a introdução das práticas de prestação de contas – *accountability* – que consiste na comunicação de resultados aos seus financiadores, à população-alvo e, num sentido lato, ao público em geral, em boa parte, através dos *media*. No relacionamento com os media e na divulgação pública da problemática que a organização defende, o Marketing pode ser uma ferramenta útil. Embora este seja pejorativamente associado ao sector lucrativo, essas são considerações érroneas, quando o Marketing faz o *parecer ser* aproximar-se do *ser* passa da propaganda para a comunicação (Voltolini, 2004, p. 162). Nos dias de hoje, a imagem pública e a utilização da web e das redes sociais são um requesito fundamental para uma organização que queira ser reconhecida, atraír e manter relacionamentos, sejam estes com voluntários, financiadores, parceiros, ou meros difusores da causa da organização.

As novas exigências implicam um maior esforço de monitorização por parte das OTS's, que passa por desenvolver indicadores de mensuração dos seus resultados, elaborar relatórios de avaliação de actividade, e avaliar o cumprimento das suas metas e objectivos, passo a passo. Em última análise, a *accountability* implica comunicar os resultados de forma transparente, partindo da noção de que as organizações são responsáveis perante a sociedade pela forma como gerem a sua actividade e como cumprem a sua missão (Rodrigues A. L., 2004, p. 124).

Um estudo comparativo realizado no ano 2000, pelo CIRIEC – *International Centre of Research and Information on the Public and Cooperative Economy*, com uma grelha de análise centrada em três eixos – grau de cooperação entre os diferentes ramos do

sector, reconhecimento pelas autoridades públicas, legislativas e institucionais, visibilidade nos *media* e nas comunidades científicas – definiu 3 grupos de países.

O primeiro é constituído por países, como a França, a Bélgica e, em menor grau, a Espanha, onde a economia social está estabelecida. Ainda que sem um reconhecimento global efectivo, existem políticas específicas ou directamente relacionadas com o sector, este detém estruturas de cooperação interna, a nível regional, nacional ou sectorial, e, uma importante visibilidade nos media e nas comunidades científicas, com centros de estudos e de investigação dedicados à sua análise.

O segundo grupo é aquele em que se insere Portugal, Itália, Irlanda, Grécia, Dinamarca, Finlândia, Luxemburgo, Suécia e Reino Unido, definido como o grupo de países onde o Terceiro Sector está em emergência. É caracterizado pelo uso dos termos de economia social e de Terceiro Sector de forma confusa, pela ocorrência de várias iniciativas nos diversos campos, mas também pela carência de uma ideia clara e concertada da unidade do sector.

O terceiro grupo de países caracteriza-se pela fragmentação do terceiro sector, e inclui países como a Alemanha, a Áustria e a Holanda, onde predomina a tradição de sector não lucrativo, tendo os movimentos cooperativo e mutualista evoluído no sentido de formas empresariais lucrativas, e onde a noção de um Terceiro Sector unificado se torna mais difícil de aplicar (Quintão, 2004, p. 14).

No que respeita à relação entre Estado e Terceiro Sector, no caso norte-americano, existe uma clara de cooperação estratégica, tendo o *Non Profit Sector* uma grande visibilidade, poder e influência na sociedade. Gronbjerg descreve um sistema inter-organizacional que *inclui a participação de todos os níveis de governo, das organizações sem fins lucrativos e dos patrocinadores independentes e individuais*. O autor salienta a importância das parcerias Sector Publico — Sector Não Lucrativo e das suas vantagens mútuas:

> i) para o Governo há redução de custos no arranque de programas ao aproveitar estruturas já formadas, aumento da flexibilidade, através duma mais ágil relocação de recursos devido ao maior controlo localizado, maximização do controle de recursos e minimização das responsabilidades administrativas;
>
> ii) para as Organizações sem Fins Lucrativos criam-se fontes de financiamento estáveis, previsíveis e significativas, que as legitimam ao permitir-lhes contribuir directamente para *bens colectivos* (Gronbjerg, 1992, p. 92).

Segundo Gronbjerg, quando são cabalmente articuladas, estas relações inter-organizacionais podem assumir uma variedade de formas e propósitos, incluindo a satisfação de necessidades, o desenvolvimento conjunto de modelos de serviço social, esforços de política concertada e – mais concretamente – *parcerias formalizadas sobre a forma de contratos e atribuição de bolsas* (Gronbjerg, 1992, p. 73).

No Reino Unido, foi criado, em 2006, um Ministério para o Terceiro Sector () com uma estratégia definida de criação de valor social. Este Ministério veio reforçar o papel do Terceiro Sector na regeneração socioeconómica e balizar uma relação consistente entre este e o Estado, nomeadamente, através de modalidades contínuas de financiamento alocadas para as actividades do Terceiro Sector (Office of The Third Sector, 2010).

No que concerne à mão de obra, isto é, às categorias profissionais que se ocupam dos serviços sociais, tradicionalmente, em Portugal, como noutros países católicos, as instituições assistencialistas, quer ligadas à Igreja, quer dependentes do Estado, incorporavam sobretudo pessoas com experiência apenas no serviço social e, regra geral, com baixo grau de qualificações. Hoje, a tendência é de um crescente profissionalismo e especialização dos trabalhadores do Terceiro Sector, surgindo também a necessidade de formação das organizações sociais nas áreas da gestão e do planeamento. Esta procura tem resultado na adopção de métodos utilizados pelas empresas, generalizando-se uma quase glorificação de tais disciplinas, chamando-as a resolver problemas que não são do seu escopo, como se fossem soluções milagrosas. Salvatore recorda-nos que as OTS's não podem esquecer a sua racionalidade própria, devendo adequar sempre os modelos de gestão e planeamento aos seus propósitos, à sua missão, e aos recursos humanos de que dispõe (Salvatore, 2004, pp. 30-33).

EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO ACTUAL EM PORTUGAL

A Constituição da República Portuguesa define a existência de três sectores de actividade económica, designados como – sector público, sector privado e sector cooperativo e social. Especificando, no artigo 82, que o *sector social inclui os meios de produção geridos e detidos por cooperativas, por comunidades, por associações de trabalhadores, por pessoas colectivas, que seguem uma lógica mutualista, sem objectivo de lucro, tendo como objectivo primário promover o Bem-estar social*. Importa saber que a figura de *pessoa colectiva* existe tanto no direito privado, como no direito público e no eclesiástico. As formas legalmente instituidas de pessoas colectivas são as associações, as fundações (ainda que as cooperativas e ONGD's

estejam previstas sob a mesma definição em leis específicas) e as sociedades, esta última inserida no sector lucrativo. As OTS's são, regra geral, enquadradas no Direito Privado, contudo algumas são registadas e reguladas pelo Direito Público, devido à necessidade de algumas obterem aval directo do Estado para a sua constituição (Franco, 2005, pp. 20-21).

O Sistema de Segurança Social Português remonta ao Séc. XVIII, ainda que os grandes avanços na cobertura de serviços de saúde, educação e protecção social tenham sido feitos durante o Séc. XX. Contudo, segundo Barreto, a universalização destes serviços não implica necessariamente que estes são geridos com eficiência e qualidade ou que garantem equidade social. Ainda que estas lacunas se possam associar às dificuldades de um país, que apesar de um período, de 40 anos, de grande crescimento económico, se manteve aquém do nível de vida e de bem-estar de grande parte dos países europeus. O Estado tem depositado nas IPSS's o cumprimento dos serviços de acção social, sob o princípio da subsidariedade, que resulta na limitada autonomia destas instituições e sua quase total dependência financeira do Estado (Franco, 2005, p. 29).

Segundo Santos, Portugal nunca se constituiu como verdadeiro Estado de Bem-Estar, mas sim, como uma Sociedade de Bem-Estar, no sentido em que as relações de solidariedade baseadas nos laços de parentesco e de vizinhança preenchem as lacunas do sistema, substituindo, muitas vezes, as instituições, como aconteceu no regresso dos *retornados* (Franco, 2005, pp. 28-29). Destaca-se também, de forma evidente, o papel decisivo da Igreja Católica, considerada por Sousa Franco como a primeira instituição de solidariedade social do país. Dada a quase convergência entre poder civil e eclesiástico durante os longos anos da monarquia portuguesa, esta preponderância da Igreja no serviço civil pode considerar-se um antecessor do papel actualmente desempenhado pelas IPSS's (Franco, 2005, p.27).

Os movimentos de imigração das últimas décadas do séc. XX, numa primeira fase, maioritariamente personificados por imigrantes oriundos das ex-colónias, e, posteriormente, da Europa de Leste, originaram a criação de numerosas associações de imigrantes. Estas organizações foram crescendo e ampliando o seu campo de acção à medida que as populações imigrantes ganharam expressão neste país, ocupando uma esfera específica no sector.

A integração na União Europeia veio provocar alterações no âmbito da política social, com efeitos directos nas opções e alternativas políticas para o Terceiro Sector, nomeadamente, no que respeita à canalização dos fluxos de financiamento (Franco, 2005, p. 28).

Portanto, a evolução deste sector é interdependente da evolução histórica do país, a realização de caridade organizada é aliás vigente no território antes da independência

portuguesa (Franco, 2005, p. 5). Para o sentido desta evolução contribuíram as transformações socioeconómicas; as revoluções políticas, das quais destacamos o 25 de Abril de 1974, que quebrou com um período de grande estagnação nos serviços sociais; bem como, os padrões socioculturais transitantes entre uma sociedade extremamente marcada pelas estruturas familiares e pelos laços de proximidade e o surgimento de novas práticas de cidadania e de participação cívica, próprias de uma democracia pós-moderna.

De acordo com o Estudo Comparativo do Sector Não Lucrativo pela John Hopkins (Comparative Non Profit Project – CNP Project), os tipos mais comuns de estrutura organizacional, em Portugal, são as associações, as IPSS's, as associações mutualistas, as misericóridas, as cooperativas, as fundações, as associações de desenvolvimento local, os museus, e as as ONGD – Organizações não governamentais para o Desenvolvimento (Franco, 2005, p. 14).

Este estudo inclui todas as formas de associativismo, desde os Bombeiros Voluntários, passando pelas associações de defesa do consumidor, de educação popular, de estudantes, de imigrantes, de famílias, pais, jovens, mulheres, dedicadas a pessoas com necessidades especiais, até associações culturais e de defesa do ambiente (Franco, 2005, p. 14).

As IPSS's são organizações constituídas pela iniciativa privada com propósito de pôr em prática os princípios de solidariedade e justiça social. As dimensões da sua actuação abrangem áreas como a infância, a população sénior, apoio às famílias, integração social e comunitária, protecção a cidadãos com incapacidades, prestação de cuidados de saúde preventivos e curativos, entre outras. Existem diversas formas que as Instituições Privadas de Solidariedade Social podem adoptar, entre elas se encontram as Associações Mutualistas e as Santas Casas da Misericórida. Todas estas instituições são agregadas em Uniões Distritais que defendem os interesses das IPSS's perante os poderes públicos, a nível nacional, as Uniões congregam-se na *Confederação das IPSS's* que representa as várias uniões. A Igreja Católica tem uma forte presença nestas organizações, os Centros Sociais e Paroquiais são uma das suas formas mais comuns, cuja gestão é, por lei, entregue a um padre. Não é raro que os parocos chefiem, também, grande parte das IPSS's, e das Santas Casas da Misericórida, em particular. As organizações dependentes da Igreja Católica representam 50% das instituições sociais com apoio financeiro estatal.

Assim, as associações mutualistas ou mutualidades, sendo também IPSS's, destinguem-se primáriamente pela sua lógica de ajuda mútua e troca de serviços recíproca entre os seus membros, de número ilimitado. As mutualidades não têm capital denominado, e o seu principal objectivo é a garantia de protecção social e de

cuidados de saúde. Existem aproximadamente 120 associações mutualistas com 900 membros, 2 milhões de beneficiários, 4.100 trabalhadores aos quais se pode acrescentar um importante corpo de centenas de líderes e gestores voluntários. Este braço das IPSS é representado pela *União das Mutualidades Portuguesas* (Franco, 2005, p. 18).

As Misericórdias remontam a 1498, data da fundação da Santa Casa da Misericórida de Lisboa, são portanto a mais antiga forma de organização social do nosso país. O século XVI e o séc. XX foram períodos altos da criação de novas Casas, hoje existem cerca de 400 Santas Casas da Misericórida que se organizam, a nível nacional, na União das Misericórdias.

Quanto às cooperativas são pessoas colectivas autónomas, de livre constituição, de capital e composição variável, que procuram satisfazer as necessidades e aspirações económicas, sociais ou culturais dos seus membros através da entreajuda e sem objectivo de lucro. Existem cooperativas nas mais diversas áreas de intervenção, desde a Habitação (565), passando pela Solidariedade Social (124), até Cooperativas de Consumo, Crédito, Cultura, Artesanato, e Agricultura, entre outras. Esta tipologia de organizações, já designado como sector cooperativo, detém a característica peculiar de, por lei, lhe ser permitida a distribuição de lucros entre os sócios (Código Cooperativo), ainda que esteja definida na constituição portuguesa a sua agregação ao sector sem fins lucrativos. Esta especificidade constituiu motivo para a equipa de Raquel Campos Franco desconsiderar as cooperativas, exceptuando as Cooperativas de Solidariedade Social e as Cooperativas de Habitação e Construção, naquela investigação sobre o sector sem fins lucrativos (Franco, 2005, p. 15).

As fundações desenvolvem actividades nas mais diversas áreas, havendo contudo pouco conhecimento sobre as mesmas. Para se constituir, uma fundação deve possuir fundos necessários para estabelecer a sua actividade e cumprir a sua missão organizacional, contudo o Ministério da Administração Interna tem financiado a criação de fundações que não possuem estes fundos iniciais, fundações estas que depois dependem de doações públicas. O Centro Português de Fundações inclui mais de 80 membros, do seu guia de 1996, de 350 fundações registadas, hoje, apenas 100 são reconhecidas como estando activas (Franco, 2005, p. 16).

As associações de desenvolvimento local resultam de um fenómeno ocidental do final do séc. XX que parte da consciência de que a melhoria das condições de vida das populações passa, em primeiro lugar, pela sua participação cidadã efectiva na comunidade. Estas entidades podem constituir-se no âmbito dos três sectores de actividade económica, em Portugal, as principais redes de Associações de

Desenvolvimento Local, sem fins lucrativos ou com finalidade social, são a Animar[5], criada em 1993 e a Federação Minha Terra, criada em 2000. Existe um número estimado de 300 Associações de Desenvolvimento Local constituídas no âmbito do Terceiro Sector (Franco, 2005, p. 17).

As Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD's) são também pessoas colectivas privadas sem fins lucrativos. O seu objectivo principal é a criação de programas de cariz social, ambiental, económico ou cívico em cooperação com países em vias de desenvolvimento, direitos humanos e ajuda humanitária são duas das suas actividades mais comuns. A plataforma das ONGD apoia o trabalho das várias organizações, em 2005 esta plataforma tinha 49 membros. Por seu turno, o *Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento* registava 97 ONGD's em 2005 (Franco, 2005, pp. 14-16).

Como podemos ver, a diversidade reina neste sector e o quadro legal que o rege forma uma constelação de diferentes leis, estatutos e regulamentos que prejudica o seu impacto na sociedade e dificulta a acção governamental, no sentido de desenvolver uma estratégia concertada para o Sector Social.

Por exemplo, no que respeita a benefícios fiscais, em Portugal, só as cooperativas têm um sistema específico diferente do das empresas, todas as outras organizações necessitam cumprir determinados requesitos para obter alguns benefícios, assim como, só após obtenção do Estatuto de Utilidade Pública, os seus donativos podem ser considerados pela lei do Mecenato. E a obtenção deste estatuto é automática para as IPSS's e ONGD's, mas condicionada para outras formas legais (Franco, 2005, pp. 16-17).

Este cenário multifacetado demonstra o incipiente reconhecimento do sector como actor unificado e coerente. O que vai de encontro às conclusões do estudo realizado em 2000, pelo CIRIEC – *International Centre of Research and Information on the Public and Cooperative Economy*, de que Portugal se encontra no seio do grupo de países em que o Terceiro Sector está ainda em emergência.

No caso Português, os processos de participação democrática estão ainda a dar os primeiros passos, havendo *sérios problemas a nível da cooperação entre Estado e as OTS's*, e uma forte penalização das *instituições de carácter mais inovador, ou seja, menos ajustável ao Estatuto das IPSS's ou aos Acordos Típicos com a Segurança Social* (Ferreira, 2004, p. 83). Segundo Santos, *a capacidade das Organizações do Terceiro Sector chegarem à Agenda Política Nacional depende do seu grau de organização*

[5] Entidade promotora de um dos nossos casos de estudo

intersectorial, devido à resistência da centralização do sistema de Segurança Social em que estão integradas as várias áreas: regime contributivo, regime não contributivo, serviços e equipamentos – acção social (Ferreira, 2004, p. 84).

A rede Animar tem-se destacado como promotor da cooperação entre as Organizações do Terceiro Sector, salientando-se, entre vários projectos, a criação do portal do Terceiro Sector – 3sector(www.3sector.net), criado em 2005, no âmbito de uma parceria com a Cáritas, a PROACT[6] e a AKSEN[7], constitui uma plataforma colaborativa e um instrumento formação que concentra informação, conhecimento, competências e ferramentas para a intervenção e para a investigação no âmbito do Terceiro Sector. Esta ferramenta vem colmatar a dispersão e a relativa escassez de informação fidedigna e estruturada sobre o impacto das actividades do sector na sociedade (Lavado & Barata, 2007, pp. 39-42).

É fundamental que as OTS's compreendam o sistema em que estão inseridas e o seu papel no desenvolvimento das comunidades, das regiões, e em última análise, do país. As teorias da inovação social vêm justamente lembrar-nos desta necessidade e do seu grau de urgência, indicando-nos possíveis estrategias de actuação.

[6] Centro de Estudos

[7] Empresa da área das TIC

INOVAÇÃO SOCIAL

O CONCEITO DE INOVAÇÃO SOCIAL

O conceito de inovação social surgiu nos anos 60 do século passado, tendo-se desenvolvido sobretudo nos anos 80, essencialmente no domínio do estudo dos processos institucionais do desenvolvimento socioeconómico, em particular no âmbito do reforço da competitividade das empresas e dos territórios/regiões. Enquanto o conceito de inovação tecnológica era centrado nos objectos/produtos, a inovação social incidia sobre contextos: emprego, qualificação, segurança social, regiões, funcionando assim como duas abordagens diferentes com objectivos convergentes.

Porém, as perspectivas mais recentes distinguem a inovação social da económica, atribuindo-lhe uma *natureza não mercantil, um carácter colectivo* e o objectivo último de gerar mudança social através da satisfação de necessidades humanas que o mercado não pode garantir, da promoção da inclusão social e da capacitação de agentes ou actores em situação, potencial ou efectiva, de exclusão social. A concertação de tais acções agitará, com maior ou menor vigor, a actual ordem das relações de poder. Esta definição exclui do contexto, o impacto social causado por iniciativas de inovação económica através do emprego ou do consumo (André, 2006, pp. 124-125). Contudo, tal separação não implica que a inovação social não possa aliar-se a inventos ou aplicações tecnológicas, pelo contrário quanto mais completos forem os projectos e diversificados os agentes nele envolvidos, maior será a sua capacidade de promover mudança social a nível sistémico.

A relevância da inovação social advém da crescente complexidade nos processos de exclusão e desigualdade social que, em última análise, são responsáveis pela erosão dos recursos naturais dos mercados, sendo assim mais urgente fomentar a inovação social do que promover o crescimento económico (Westley, 2008). No contexto da actual sociedade pós-industrial, trata-se da necessidade de reacção face às transformações da estrutura social e sua múltipla repercussão nas dinâmicas de exclusão social. Como nos diz Bassand, *A longa passagem da sociedade industrial capitalista à sociedade programada criou zonas de incerteza, fluidas, desreguladas, com enormes riscos de manipulação e alienação, mas, ao mesmo tempo, potencialmente inovadoras* (Bassand, 1986:37 in André, 2006, p. 127)). É nessas áreas de incerteza que se criam os contextos para que vários tipos de organizações utilizem os seus recursos de forma a aproveitar oportunidades, vencendo adversidades, minimizando riscos, com intuito de responder aos desafios que enfrentam. Em

primeiro lugar, a inovação social rompe no interior das estruturas que a promovem, implicando mudança nos processos de trabalho e afectando os padrões culturais vigentes e o status quo das organizações, na tentativa de desenvolver respostas adaptadas aos novos desafios da realidade social. Segundo Mulgan, as inovações mais representativas são promovidas por organizações sociais, operando onde o mercado e o Estado falham (Mulgan G. A., 2007).

A inovação social é entendida como um processo de transformação nos padrões de resposta a necessidades sociais profundas, através da ruptura com as normas vigentes, com os valores instituídos e com a estrutura da distribuição de poder e recursos. Isto é, a inovação surge como uma iniciativa que *escapa à ordem estabelecida*, implicando, pois, *uma mudança clara, criativa e significativa, na forma como uma sociedade lida com um determinado problema social complexo, anteriormente sem respostas contundentes, como a pobreza, a violência ou a detrioração ambiental* (Nilsson, 2003, p. 3). A inovação social pressupõe *uma nova forma de pensar ou fazer algo, uma mudança social qualitativa, uma alternativa – ou até mesmo uma ruptura face aos processos tradicionais* (André, 2006, p. 125). O enfoque está sobretudo no âmbito dos processos - *inclusão, capacitação* e cooperação; uma vez que, a própria proposta de *mudança social*, objectivo último desta articulação de estratégias, se situa a nível processual (André, 2006, p. 126).

Entre as barreiras que qualquer processo de mudança enfrenta, destacam-se a dificuldade em mudar quadros mentais – a ressistência psicológica à mudança, a preocupação com a manutenção do funcionamento de relações sociais, a preocupação com a eficiência dos modelos e métodos de trabalho ou actuação. Contudo, a mudança ocorre porque estas barreiras começam a ceder, sobretudo à medida que o funcionamento dos sistemas se afasta do ponto óptimo, visto que nenhum sistema se mantém optimizado sempre. Geralmente, dentro das organizações são os grupos mais jovens ou minoritários que primeiro se apercebem da necessidade de mudança e conseguem operá-la, forçando o status quo (Mulgan G. A., 2007, pp. 18-19).

Segundo a McGill Dupont Social Innovation Initiative, a significância de um processo de inovação social mede-se não só pela *escala* que atinge – *número de pessoas, área geográfica,* como pelo seu *alcance – capacidade de agitar diversas dimensões sociais,* e, ainda pela *ressonância* que provoca – *a intensidade com que capta a imaginação das pessoas* (Nilsson, 2003, p. 3). O alcance implica uma abordagem integrada dos problemas sociais, percebendo que as suas causas são tão complexas como as formas que assumem, estando frequentemente interligadas diferentes dimensões da exclusão (ex: habitação degradada/insucesso escolar). A ressonância é a capacidade de uma determinada iniciativa social captar a imaginação dos indivíduos, de forma a integrar-se nas suas estruturas mentais, nas suas práticas sociais, promovendo uma

reinterpretação e uma apropriação da mensagem que favoreça a sua reprodução (Nilsson, 2003, p. 3). Estes três critérios são fundamentais na análise de qualquer dinâmica de inovação social, visto que abrangem o seu potencial de difusão.

Da mesma forma que se destingue, no campo tecnológico, a invenção de um determinado produto da sua adopção alargada, na inovação social, deve distinguir-se o lançamento de uma ideia da efectiva produção de impacto social com ela. Assim, para que as novas ideias sociais assumam significância, produzindo efeitos e alcançando impacto social para além do meio onde se produzem, são necessárias determinadas condições.

O primeiro conjunto de condições operativas situa-se ao nível interno das Organizações do Terceiro Sector, que devem enraízar uma focalização na causa dos problemas em detrimento das soluções assistencialistas de curto prazo, visto que soluções que terminam no plano imediato da necessidade premente, atacando só os sintomas, terão o efeito contrário de prolongar as necessidades. Devem também instituir uma forma de encarar a população envolvida como actor participativo nos processos de intervenção, pois só quando incluídas as suas perspectivas, as populações se podem sentir verdadeiramente implicadas. Portanto, a primeira exigência metodológica é a inclusão da estratégia dos actores, ou seja, a adopção da máxima – *trabalhar com e não para*. *As pessoas são intérpretes competentes das suas próprias vidas,* são capazes de abordar os seus próprios problemas, portanto, a melhor forma de desenvolver projectos de intervenção social, é observar como as populações envolvidas estão a lidar com os seus próprios problemas, e partir das abordagens e das relações constituídas por elas. Um método proveitoso é observar os exemplos *desviantes positivos – aqueles individuos que conseguem resolver os seus problemas contra a maré* – a sua experiência pode dar-nos uma ideia bem mais concreta das possibilidades e *muitas vezes, a menor custo, do que as típicas soluções top-down* (Mulgan G. T., 2007, p. 22). Assim, para perceber que a inovação social *não só serve as populações vulneráveis, como é servida por elas* (Mulgan G. T., 2007) precisamos de integrar o complexo de agência. Compreender, em primeiro lugar, que *como seres humanos, somos por natureza inventivos, quando cessamos de mudar, morremos* (Westley, 2008, p. 1). Por esse motivo, o processo de constituição dos sistemas sociais balança entre a continuidade necessária à manutenção de uma identidade e a mudança inerente a um sistema evolutivo que necessita adaptar-se (Westley, 2008, pp. 1-2).

As teorias da resiliência, produzidas no âmbito da ecologia nos anos 70, ajudam-nos a perceber que os ecossistemas tendem a requilibrar as suas forças, no longo prazo, havendo connectividade entre a estabilidade e as mudanças sistémicas (Moore, 2009, p. 8). No sociosistema, as grandes forças em equilíbrio são a qualidade ambiental, a

estabilidade das economias e dos sistemas políticos e a justiça social. Neste contexto, é fácil de compreender que a mera existência de pobreza afecta o equilíbro de tais forças. Portanto, para que haja connectividade e adaptação no interior do sociosistema, é necesário (re)vitalizar o capital humano, ampliando a capacidade de agência das populações.

A segunda exigência metodológica é trabalhar em rede com outras organizações que operem noutras dimensões, escalas, ou sectores, partilhando crédito e/ou reconhecimento, pois, só quando o foco se centrar mais na consecusão dos objetivos sociais, que na obtenção de reconhecimento público, poderá existir uma verdadeira cooperação (Mulgan G. T., 2007). É necessário entender que a adesão do mercado e dos parceiros desejados é tão fundamental para garantir o sucesso de uma iniciativa como as capacidades da própria organização ou projecto, em termos de gestão, fundos, liderança, governança, relações públicas e flexibilidade. Isto implica a emergência de uma mentalidade cooperativa que ultrapasse os limites de área de intervenção, escala ou sector económico (Mulgan G. T., 2007). Pois, só quando *as organizações saem fora das suas paredes*, encontrando formas de cativar a colaboração de outras entidades, se promove a efectiva mudança social (Monteiro, 2008, p. 12).

Esta última ideia conduz-nos à noção de capital relacional. Mulgan faz uma interessante ponte entre a noção económica de *capital humano – conhecimento e competências do indivíduo, o conceito sociológico de capital social – valor das normas e da integração social, e, a ideia de capital relacional – a natureza,* o alcance e à profundidade das relações em que se baseiam as trocas de recursos, capital e informação (Mulgan G. , 2009, p. 135). Importa aqui explicitar o conceito de capital social, que segundo Bourdieu consiste no *agregado dos recursos efectivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo* (Bourdieu, 1985: 248; 1980 in (Portes, 2000)). Consistindo no benefício individual e intangível das relações sociais, centra-se ao nível interpessoal das interacções, enquanto a noção de capital relacional adoptada por Mulgan se situa ao nível organizacional e inter-organizacional e abrange um amplo leque de relações, incluindo as trocas económicas.

Assim, as redes são multifacetadas, vão desde relações com investidores ou patrocinadores, passando pelas relações com os voluntários integrados nos projectos, com a Direcção, muitas vezes, ela própria composta por voluntários, com os órgãos do poder local, central e europeu, às relações com as organizações e empresas parceiras. Estas relações constituem o que, para André e Abreu, é a raiz dos processos de criação de inovação social, juntamente, com o conhecimento, enquanto qualificação, informação e comunicação. Ou seja, é a integração do conhecimento dos diversos

agentes, através de uma articulação de poderes orientada para a satisfação das necessidades dos cidadãos, sobretudo daqueles que estão inseridos em processos de marginalização ou exclusão, que pode produzir inovação social (André, 2006; Mulgan G. , 2009).

Estas teias de relações constituem-se como *estruturas dinâmicas de capital relacional* que podem organizar-se por critérios geográficos – quer a nível local, caracterizado pela proximidade, tanto a nível interpessoal como interinstitucional (*bonding capital*), pela partilha de noções de identidade e pertença, quer a nível a regional/nacional (*bridgind capital*), valorizando a cooperação entre comunidades distintas; ou segundo uma ordem desterritorializada, transnacional ou global, que se baseia *noutras proximidades (cultural, geracional, social), que configura não um território mas um espaço-rede composto por nós e por fluxos*. (Putnam, 2000 in André, 2006).

Nesta investigação, centrar-nos-emos no *bonding capital*, isto é, no critério geográfico de proximidade que, a nível local, permite a criação de redes de relações âncora, no seio das quais se partilham noções de identidade e pertença.

Com base nos critérios definidos pela McGill and Dupont Social Innovation Initiative, podemos classificar as dinâmicas de inovação social, em termos de – *escala, alcance e ressonância*. A lógica parece apontar que quanto maior a amplitude geográfica e o carácter multidimensional das redes, maior será o seu impacto nas dinâmicas sociais. Quanto ao critério de ressonância, este pode ser avaliado, a todos os níveis da rede, tanto nos indivíduos que são alvo das intervenções de inovação social, como naqueles que a operam (organizações, agentes), naqueles que a promovem ou se lhe associam (voluntários, parceiros, patrocinadores), ou são de alguma forma afectados por ela (comunidade envolvente ou sociedade em geral).

Ora, os actores inseridos nas redes de cooperação representam papéis e ocupam posições específicas nas estruturas sociais, podendo em menor ou menor grau, influenciar, ou mesmo, alterar as condições do ambiente em que se pretenda aplicar um novo projecto. Condições essas que residem nas políticas e nas estruturas administrativas; na economia e nos mercados; na geografia e nas infraestruturas; na cultura e nos padrões sociais (Dees, 2008, pp. 49-51).

O segundo conjunto de condições operativas, situa-se, justamente, ao nível do ambiente, ou seja, da sociedade onde se pretende introduzir mudança. Portanto, é fundamental para qualquer iniciativa ter um conhecimento profundo e prospectivo, isto é, tanto da situação presente como das tendências evolutivas das condições ambientais de que dispõe (Dees, 2008, p. 47).

A perspectiva ecossistémica, para além de abranger as condições ambientais, inclui o papel de actores, como: as fontes de recursos; os concorrentes (por recursos ou benefícios); organizações complementares ou parceiras; beneficiários ou clientes (directos e indirectos); opositores; espectadores afectados ou influentes (potenciais apoiantes ou opositores e ainda agentes neutros) (Dees, 2008, pp. 49-51). Segundo Dees, da articulação entre os actores e as condições, resultam duas formas de promover mudança sistémica: alterar as condições ambientais que condicionam o comportamento dos actores, ou, introduzir uma inovação que se desenvolve de forma suficientemente estável e abrangente para criar novos padrões de comportamento dos actores (Dees, 2008, pp. 52-53). Frequentemente, o trabalho em rede conduz a este segundo tipo de mudança estrutural, permitindo integrar de forma sistémica uma nova ideia na realidade social. Pelo seu carácter interinstitucional, esta ferramenta une os dois conjuntos de condições operativas, na medida em que transpõe os processos e metodologias de acção das organizações promotoras para estruturas sociais mais amplas, podendo assim surtir impactos mais significativos nas dinâmicas socioespaciais.

DIMENSÕES DE ABORDAGEM

Embora a acção social ou serviços sociais seja o domínio mais difundido e a sociedade civil o agente mais reconhecido, as práticas de inovação social abrangem vários domínios da sociedade desde a economia à política, da tecnologia à ética. De entre outras áreas que têm lançado processos de inovação social, destacam-se as políticas sociais, o desenvolvimento local e o planeamento urbano. A inovação social tem um carácter fortemente abrangente, pois são numerosos os fenómenos socioecológicos que requerem uma nova abordagem, tais como:

a. o aumento da esperança média de vida, que exige reformas nos sistemas de segurança social, no planeamento da habitação adequada aos diferentes tipos de família, nas formas de evitar o isolamento dos cidadãos seniores
b. o aquecimento global, que impõe novas formas de planeamento das redes e sistemas de transporte, de consumo de energia, de habitação e das cidades, em geral, para reduzir as emissões carbónicas
c. a crescente diversidade cultural dos países e das cidades, que cria preocupações com os processos de segregação territorial, com a organização dos programas escolares, com a formação linguística dos serviços públicos
d. a agudização e alargamento das desigualdades sociais, que exige uma maior atenção aos processos de exclusão social

e. o aumento de problemas de saúde de longo prazo, que requer novos modelos de apoio médico
f. os problemas resultantes de estilos de vida marcados pela abundância, que reclamam abordagens educativas nos sistemas de saúde
g. as dificuldades na passagem à idade adulta, que demandam novas estratégias de encaminhamento dos adolescentes para escolhas saudáveis
h. a discrepância entre o crescimento económico dos países e a felicidade das populações, que exige mudança na forma de pensar as políticas sociais e a participação cívica (Mulgan G. T., 2007)

Todos estes fenómenos se demarcam pela sua inerente complexidade que só pode ser abordada pelas conexões interdimensionais dos problemas em análise, aliando a acção deliberada de indivíduos e grupos com a emergência da oportunidade (Born, 2009).

A ideia mais recorrente na bibliografia é que a inovação social emerge fora das instituições e frequentemente contra elas, sendo resultado da mobilização em torno de um objectivo, protagonizada informalmente por um movimento social ou, com uma matriz mais estruturada, por uma organização. Ou seja, é produto da sociedade civil (André, 2006, p. 129). Importa reconhecer que para além da sociedade civil, dos movimentos sociais e das organizações do Terceiro Sector, também o Governo, também as instituições religiosas, as universidades, as empresas, assim como indivíduos com particular influência social e política se podem assumir como agentes de inovação social ao dinamizar processos que impliquem uma mudança significativa na resolução de problemas sociais. (Mulgan G. T., 2007).

Ao longo da história, sobretudo nos últimos dois séculos, não faltam exemplos de difusão de ideias inovadoras que mudaram a vida das sociedades humanas. Em certas épocas, eclodiram movimentos sociais que conduziram processos de mudança social fundamentais, como o movimento anti-escravatura no Séc. XVIII em Inglaterra, que produziu inovações nas formas de protesto público que hoje são do foro comum (petições, boicotes ao consumo, logotipos e slogans, etc.), o movimento ecologista, o movimento feminista e o de defesa dos direitos humanos, nos anos 60, 70, foram responsáveis por inovações amplamente difundidas nos três sectores de actividade económica (Mulgan G. T., 2007).

Noutras épocas, como no Pós II Guerra Mundial, foram os Governos que inovaram ao constituir sistemas de segurança social para garantir serviços de protecção social, saúde, educação para os territórios nacionais, criando inclusive alternativas de educação de adultos. *A ideia de um sistema nacional de saúde era absolutamente impensável quando estes se começaram a construir, e ainda hoje, não é uma realidade em países como os Estados Unidos e a China, por exemplo* (Mulgan G. T., 2007, p. 9).

Esta dimensão em particular é paradigmática, tendo repercursões na estruturação da indústria farmaceutica, na difusão de hábitos de higiene e dos sistemas de prevenção da saúde pública, como o saneamento.

O caso dos serviços públicos, prende-se em grande medida com a capacidade de interacção efectiva entre a entidade estatal que os gere, e as dinâmicas da sociedade civil nas comunidades que deles usufruem. Segundo Charles Leadbeater a chave para a melhoria da qualidade de serviços públicos, não está na ampliação da escala ou da eficiência dos mesmos, mas numa nova forma de os desenhar (Leadbeater, 2009). Os serviços têm de permitir às pessoas a oportunidade de mudar as próprias vidas, isto é, de desenvolver soluções locais e baseadas em relações sociais funcionais. Grande parte dos actuais problemas sociais resultam da disfuncionalidade das relações que sustentam as comunidades, da qual o caso do envelhecimento e da solidão a ele associada é paradigmático (Leadbeater, 2009). As soluções de *peer-to-peer* têm se demonstrado valiosas, justamente, porque *um dos motivos que leva as pessoas a mudarem os seus hábitos e comportamentos, seja deixar de fumar, ter uma alimentação mais saudável ou fazer reciclagem, é o facto de respeitarem pessoas que conseguiram fazer o mesmo* (Leadbeater, 2009, p. 5). A aposta neste tipo de solução impõe uma flexibilização dos sistemas públicos, actualmente marcados por uma forte centralização, racionalização e burocratização. Para tal, é necessário encarar os serviços públicos, ao mesmo tempo, como prolongamento e como alicerce, das relações sociais que sustêm o dia a dia das populações (Leadbeater, 2009).

No âmbito do Terceiro Sector, a criação das cooperativas e das mutualidades resultaram em importantes inovações nas formas de produção, comercialização e consumo de bens e serviços.

No âmbito da difusão de tecnologias, a própria motorização trouxe consigo importantes inovações sociais, como as escolas de condução, os programas de protecção rodoviária, a sinalização, e, mais recentemente, os sistemas de gestão do tráfego, entre outras (Mulgan G. T., 2007).

No caso das empresas, enquanto o seu papel na inovação tecnológica é sobejamente reconhecido, no que respeita à inovação social, só mais recentemente se têm debatido iniciativas de grande impacto. Ainda que desde os anos 60, 70, a responsabilidade social se tenha tornado uma preocupação empresarial, os modelos de relacionamento das empresas com o seu ambiente, só, em alguns casos, podem ser considerados *transformadores*. Segundo Machado e Lage (2002, in Liberman, 2004), as empresas podem assumir uma atitude *clientelista*, no sentido de fornecerem recursos que criam dependências na comunidade, como meras contribuições financeiras, sem a preocupação da forma como estas são utilizadas. Ou podem optar por um papel

emancipatório, procurando desenvolver a autonomia da comunidade e envolver os membros da empresa no processo, através da troca de conhecimento e experiência. Já, segundo Peliano (2001) in (Liberman, 2004), se este envolvimento das empresas nas comunidades for efectivo, contínuo e estruturado, implicando um trabalho conjunto entre população, membros da empresa e sua gerência, estamos perante um relacionamento *transformador*, ou aquilo que Mulgan e outros, designam por *joint venture* (Liberman, 2004). É neste cruzamento que surgem as iniciativas de empreendedorismo social, uma das vias mais frutuosas de realizar a inovação social.

Veja-se o exemplo da Aravind System que, recorrendo a tecnologias de ponta e a um modelo de negócio de mercado, cura problemas de visão de populações em áreas remotas, na Índia, aplicando preços diferentes para clientes com diferentes rendimentos e contratualizando com o Estado para obter taxas subisidiadas para a população carenciada (Mulgan G. , 2009).

A história da cooperativa *La Fageda* é também um valioso exemplo de como produzir, ao mesmo tempo, valor económico e social. Em 1982, uma equipa de profissionais da área da saúde liderada por um psiquiatra de nome Cristobal Colón e apoiada pelo Hospital Psiquiátrico de Girona, criou uma solução de integração social para pessoas com doenças mentais crónicas ou problemas psiquiatricos graves, apostando com sucesso nas possibilidades terapeuticas atribuídas às actividades de produção agrícola. A cooperativa *La Fageda* que produz a 3ª marca de iogurte mais consumida na Catalunha, com reconhecidos standards de qualidade, absorve a totalidade das ofertas de trabalho de pessoas com necessidades especiais da comarca de La Garrotxa, que dificilmente conseguiriam emprego noutras firmas (Elkington, 2008); (La Fageda).

FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO

Segundo Mulgan, o desenvolvimento de um processo de inovação social assenta em três pilares estruturantes do sistema socioeconómico em que este se insira – *procura efectiva, oferta efectiva e estratégias efectivas*. A procura efectiva é o reconhecimento da necessidade social abordada por promotores directos – consumidores de produtos, serviços, ou voluntários, e, promotores indirectos – patrocinadores, fundações. A oferta efectiva é a nova ideia gerada para responder a essa necessidade ou necessidades, e as formas de a operacionalizar e expandir que lhe são associadas. As estratégias efectivas correspondem aos financiamentos, aos agentes envolvidos e às metodologias de aplicação que favorecem a absorção da inovação social pelos mercados. Este é habitualmente o pilar menos estável, *dado o número limitado de*

organizações e redes, assim como de profissionais de gestão na área, que permita estabelecer comunidades de prática, o que provoca a escassez de métodos e técnicas apropriados, levando os promotores a sentirem-se amadores (Mulgan G. A., 2007, p. 5).

Segundo Moore, um papel essencial no desempenho de estratégias efectivas é o do *system entrepeneur*, termo que define os agentes com a capacidade de trabalhar os contextos institucionais de forma a obter maior aceitação e alargar os impactos de uma iniciativa (Moore, 2009, p. 14).O *system entrepeneur* representa a dimensão de agência presente na metodologia do trabalho em rede, que antes de se estabelecer como estrutura, emerge como dinâmica. É importante que o *empreendedor de sistema* compreenda quais as relações cruciais dentro das redes em determinado momento, de forma a mobilizar esforços no sentido de as estabelecer, nutrir ou alargar.

Do extenso leque de competências que definem um *empreendedor de sistema,* salientam-se a capacidade de gerar padrões, a orientação estratégica, a capacidade de transmitir conhecimento e transpor fronteiras ou limites de qualquer espécie, e a capacidade de servir como revitalizador para o funcionamento das redes (Moore, 2009, pp. 14-15). A orientação estratégica é fundamental para compreender as redes não apenas como um meio, mas como um fim em si, focando a missão e não a organização (Moore, 2009, p. 17). Para a aplicação das estratégias é necessária a capacidade de transmitir conhecimento específico e complexo, numa linguagem amplamente compreendida, acessível e mobilizadora, especialmente para os decisores políticos e financiadores. Isto requer capacidades de comunicação e de movimentação ampla, a nível interdisciplinar, inter-escalar e intersectorial, para visualizar as janelas de oportunidade para o desenvolvimento de políticas e reconhecer os timings estratégicos para transpor barreiras ou limites em termos de escalas, dimensões ou níveis de actuação. A sua principal tarefa é reduzir a resistência a uma nova ideia, ampliando progressivamente os campos da sua actuação e as entidades que lhe garantem legitimidade (Moore, 2009, p. 18).

No extenuante processo da inovação social, os elementos da rede vêm frequentemente os seus níveis de energia esgotados, tanto a nível mental, como físico e também, emocional. Assim, é fundamental a presença de exemplos inspiradores que funcionam como *revitalizadores do trabalho em rede*, figuras visionárias ou entidades promissoras, cuja atitude inabalável e permanente espírito positivo, contagiam os restantes elementos (Moore, 2009, p. 20).

É recorrente a utilização das redes de cooperação como meio de difusão de inovação social, contudo, não basta apostar na sua função de transmissão de informação e de plataforma de interacção de capital social. A estrutura de determinada rede é

fundamental, na medida em que *uma rede com demasiados elos fortes poderá diminuir a diversidade de ideias e padrões, enquanto uma rede com demasiados elos fracos poderá cair na dispersão e na perda de informação, é assim crucial ter a mistura certa de bees and trees* ('abelhas e árvores', pequenas e grandes organizações) (Mulgan G. T., 2007, p. 5); (Moore, 2009). De acordo com Moore, ao longo do processo evolutivo de uma inovação social, determinadas relações dentro de uma rede serão mais cruciais do que outras (Moore, 2009, p. 15). Para a promoção de um efectivo desenvolvimento da inovação social, através da activação das capacidades de resiliência de um sistema, são fundamentais redes sociais que operem a um nível de excelência, isto é, não como simples meios de difusão, mas como plataformas de conexão e disseminação que atravessam fronteiras de escala, dimensão, sector de actividade ou nível hierárquico (Moore, 2009, p. 21).

Para que uma inovação se consiga expandir nas redes sociais, há certas condições que dependem das características da mesma. São elas: *vantagem relativa; reduzida competição; capacidade de ser testada e resultados comprovados; compatibilidade e complementaridade; simplicidade; baixo preço e valorização de investimentos* (Mulgan G. A., 2007, pp. 14-15). Ora, uma iniciativa que inclui, em si, criatividade e valor adicional relativamente às alternativas existentes, estará seguramente em vantagem. Um projecto será também melhor sucedido se operar num campo onde tem reduzida competição por parte de outras ideias. Uma ideia que possa facilmente ser testada e comprovar a sua eficácia atrairá mais facilmente promotores. Assim como, uma ideia adaptável ao contexto social e à tecnologia existente será mais rapidamente aplicada, por implicar menores investimentos, e ser articulável com projectos já em curso. Por último, quanto mais simples, menos dispendiosa e financeiramente arriscada, for uma ideia nova, maior será a sua capacidade de ser desenvolvida e de se adaptar a diferentes contextos (Mulgan G. A., 2007).

Contudo, não podemos descurar a influência determinante de certos factores externos, na efectivação das estratégias de crescimento de um projecto inovador, como a disponibilidade de fontes estáveis de financiamento, incluindo para situações que requerem maior nível de risco; o desenvolvimento dos níveis intermédios das redes; a solidez do conhecimento e experiência na área da inovação social, e, o grau de incentivo à adopção de melhores performances em modelos inovadores na gestão dos sectores público e privado. As dificuldades que os processos de inovação, geralmente, enfrentam são a falta de procura para adopção de novos modelos de intervenção, por parte de entidades públicas ou de outras organizações, a ausência de agentes intermediários que aproximem a procura da oferta, a relativa ausência de recursos para investigação e desenvolvimento na área social, a escassez de capital para gerar

crescimento em organizações sociais, e a debilidade dos mercados de trabalho na área de gestão (Mulgan G. A., 2007, p. 24).

Fases de difusão

Um processo de inovação pode atingir diferentes estádios ou fases de desenvolvimento, de acordo com a articulação entre a oferta e a procura efectivas. Esta articulação determinará a marcha do seu crescimento, que idealmente se processa em quatro fases sequenciais.

Podemos ver na figura 2, que a inovação tanto pode partir de um estádio de baixa procura e oferta, como de um estádio de baixa procura, mas alta oferta efectiva. O quadrante desejado é o quadrante B, onde se efectivam procura e oferta de inovações sociais. O quadrante A é a situação em que caem muitas áreas da política social como as medidas de apoio ao emprego e à actividade profissional, em que há muita procura mas a oferta não lhe corresponde, é necessária uma maior demonstração e experimentação de opções viáveis. No quadrante D, situam-se os projectos inovadores que não correspondem à procura devido a condicionantes, como os orçamentos, a legislação ou o clima político.

Michelle Lee Moore, Frances Westley e Paul Born, sustentam que as diferentes fases dos processos de inovação social estão articuladas com as dinâmicas de resiliência dos sistemas sociais, definida como a capacidade de resposta dos sistemas aos problemas colocados pela constante contingência que resulta da sua própria evolução. Para perspectivar a relação entre a estabilidade de um sistema e as mudanças sistémicas, é necessário compreende-la como um processo de mudança contínua e de interações multi-escalares (Moore, 2009, p. 8).

Assim, a primeira fase de um projecto inovador será o período de arranque da iniciativa, no qual a

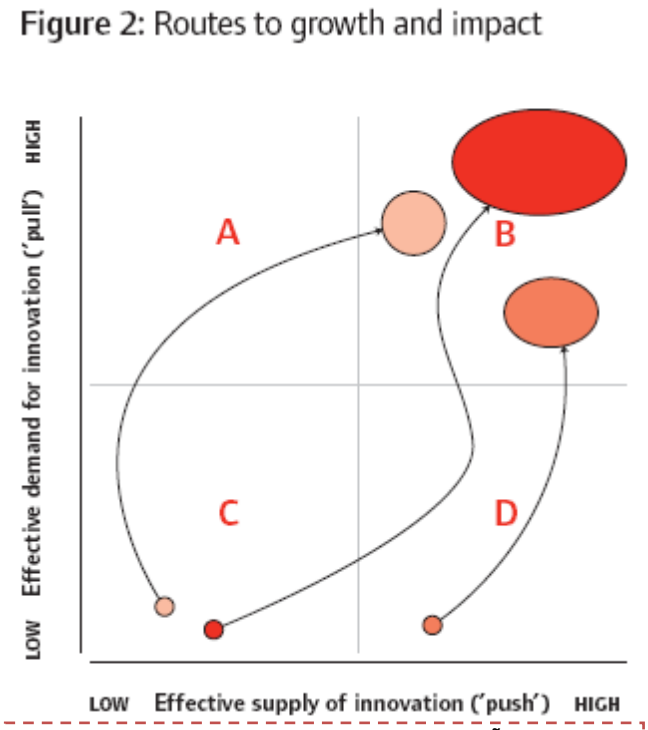

FIGURA 1 – CICLO DE DESENVOLVIMENTO DA INOVAÇÃO (MULGAN G. A., 2007, P. 16)

ideia é gerada, podendo partir dos próprios actores afectados por determinado problema social. Os laboratórios de inovação e os bancos de ideias, como o *Global Ideas Bank*, são exemplos de estruturas que se mantêm nesta fase de difusão, ocupando-se da gestação de ideias novas (Mulgan G. T., 2007, p. 16).

A segunda fase dá-se quando a ideia entra pela primeira vez em contacto com a realidade, sendo posta à prova. Muitas vezes é necessária mais do que uma experiência para que um projecto inovador possa realmente ser testado, assim, é aconselhável aos promotores começar cedo, pois o contacto com a realidade permite, por via de adaptações e reformulações, reforçar o potencial da inovação (Mulgan G. A., 2007, p. 16).

Na terceira fase, inicia-se o verdadeiro processo de difusão, em que se procuram parceiros, avaliam recursos e caminhos para o crescimento. As organizações mais jovens procuram o apoio de organizações estáveis (*the trees*) para trazer credibilidade ao seu projecto, e estas, por sua vez, procuram, por vezes, organizações mais pequenas e flexíveis (*the bees*) que possam concretizar determinadas ideias (Mulgan G. , 2009).

Cada uma das várias formas de desenvolvimento de inovação social encerra os seus riscos, apresentando, por outro lado, oportunidades próprias. É na 3ª fase que se vai definir o padrão de crescimento a adoptar, sabendo que o principal critério de distinção entre padrões é o grau de controlo que a organização que propõe a iniciativa detem sobre o processo de difusão de inovação (Mulgan G. A., 2007). É também nesta fase que se definem, segundo Mulgan, os 6 elementos cruciais de estruturação de uma iniciativa:

1. *Um modelo de negócio que acompanhe a missão da organização e que a torne sustentável*
2. *Um modelo de governância que forneça um mapa claro do controle das operações permitindo a comunicação de resultados*
3. *Um conjunto de fontes de financiamento – tanto para o arranque, como para a manutenção do projecto*
4. *Um esquema de rede de cooperação (parceiros) e comunicação – o capital relacional da iniciativa*
5. *Modelo de staff (pessoal) que inclua o papel dos voluntários*
6. *Um plano de desenvolvimento de sistemas de investigação, sistemas tecnológicos e de gestão da informação, de sistemas financeiros e de prestação de contas, de sistemas de distribuição (logística, controlo de qualidade, transparência) e de gestão do risco* (Mulgan G. , 2009, p. 19)

No que toca ao modelo de negócio, uma iniciativa de inovação social pode optar por uma estrutura privada de mercado, como a *Aravind Systems*, ou por um modelo de economia social dirigido especificamente a grupos que não podem aceder às soluções de mercado. Pode ainda seguir a via do empreendedorismo social que alia a prossecução de fins sociais com a venda de produtos ou serviços no mercado, como o caso das marcas de ONG's. Outra opção é a de se tornar intermediária de grupos de produtores, como o caso do Comércio Justo, outra ainda são as iniciativas organizadas pelos próprios grupos de produtores, como as cooperativas agrícolas. Há ainda o caso de projectos que implicam a posse de terra ou imóveis, como algumas iniciativas de desenvolvimento local e de habitação social. Em qualquer uma das 7 opções descritas, o importante é que a estrutura do modelo permita o desenvolvimento da ideia, que ambos se auto-sustentem (Mulgan G. , 2009).

O modelo de governância é igualmente fundamental, pois é este que vai definir como se efectiva a missão da organização ou iniciativa, sendo esta partilhada por todos os membros, as relações de poder dentro da organização, nomeadamente, a liderança e a propriedade, vão ter implicações no seu cumprimento (Mulgan G. , 2009).

Quanto às fontes de financiamento, a tendência emergente é a criação de formas de propriedade colectiva, como, por exemplo, o *Ebbsfleet United*, um clube de *football* mantido e gerido pelos próprios fãs através de um website (myfootballclub.com) (Mulgan G. , 2009).

Estas e outras importantes decisões são tomadas antes de chegar à quarta fase de desenvolvimento, em que consolidando-se os princípios base da inovação, esta se poderá adaptar e evoluir em sentidos não previstos inicialmente. Pois, à medida que um projecto ganha experiência, todas as possibilidades e implicações da ideia inicial ganham forma e visibilidade. Particularmente, quando uma ideia é aplicada em contextos diferentes, encontrará combinações diferentes de possibilidades e desafios, que multiplicarão os processos de aprendizagem. Assim, a difusão de um processo de inovação social, implica antes de mais uma constante aprendizagem, maturação e adaptação simultâneas (Mulgan G. A., 2007).

Padrões de difusão

O continuum de possibilidades de desenvolvimento da inovaçao social, vai do crescimento organizacional à inovação sistémica, passando por pontos intermédios

como a constituição de federações, o licensing, o franchising, a atribuição de programas específicos a grupos profissionais, e mesmo o take-over por organizações com mais poder. No extremo de máximo controlo, está o crescimento organizacional (uma só organização detém todo o controlo), e, no extremo de difusão não controlada, a inovação sistémica (difunde-se enquanto modelo ou comportamento). O crescimento organizacional baseia-se na difusão de um processo inovador pela transformação interna de uma organização que se expande como órgão único ou através da criação de filiais. Já a inovação sistémica extravasa os limites das organizações e difunde-se enquanto modelo ou comportamento imbuído de princípios inerentes ao projecto social que lhe subjaz, como a reciclagem, a formação contínua, a democracia parlamentar, etc (Mulgan G. A., 2007, p. 17).

Ora, os modelos de crescimento adoptados, dependem obviamente da relação da organização promotora com o seu contexto, se esta opera num ambiente competitivo, onde a inovação disputa com ideias similares, a organização terá que adoptar uma estratégia competitiva. Pelo contrário, se a inovação vai entrar em colisão com a cultura dominante, a estatégia a adoptar será desenvolver uma *mentalidade de guerriha*, que lhe permita prefurar os elos do sistema (Mulgan G. A., 2007, p. 20).

Em algumas situações, as organizações são de facto cruciais para o desenvolvimento dos processos de inovação, nomeadamente quando a sua difusão: exige competências especializada; implica um elevado grau de conhecimento tácito; depende de importantes relações directas; depende de alianças fortes com organizações maiores; implica um papel insubstituível do líder; carece de outras organizações aptas para a aplicar (Mulgan G. A., 2007, p. 19). Ao contrário, se estes critérios não se verificam, o crescimento organizacional não é aconselhável, sobretudo quando: a ideia de base da inovação é simples e facilmente adaptável; há facilidade em mover interesses mas alguma resistência há intrusão de organizações allheias ao meio; há facilidade em mobilizar recursos através de organizações já instaladas (Mulgan G. A., 2007, p. 19).

Embora o crescimento organizacional seja das formas mais visíveis de promover inovação, o caminho contrário, ainda que menos evidente, obtém resultados mais frutíferos. Ainda que, numa primeira fase, as ideias radicalmente novas sejam apresentadas pelo trabalho de uma organização, a sua difusão só ocorre, ao ponto de tornar-se parte do senso comum, quando outras organizações e grupos as utilizam e reproduzem. Uma inovação social bem sucedida depende de várias reinterpretações, por parte dos seus promotores directos, dos beneficiários, dos patrocinadores, e do público em geral. Quando todo este processo de reinterpretação é bem sucedido, o impacto da inovação atinge proporções que uma inovação garantida por uma só organização nunca poderá atingir (Mulgan G. A., 2007, pp. 22-23). Sendo o objectivo último da inovação social *mudar a forma como as sociedades pensam*, é necessário,

em primeiro lugar inserir a nova ideia nos valores, padrões socioculturais e normas, nas estruturas mentais tipo e nas práticas sociais de uma dada sociedade, de forma a que esta seja apropriada e reproduzida. *Não se conhecem casos de uma só organização ter produzido inovação sistémica, no sentido em que é aqui compreendida* (Mulgan G. A., 2007, p. 23).

DESENVOLVIMENTO ESPACIAL

O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

O conceito de desenvolvimento tem atravessado múltiplas controvérsias ao longo da história, desde a crença na possibilidade de um crescimento económico ilimitado (Smith, 1937 (1776)), à constatação da impossibilidade da velocidade da produção de alimentos acompanhar a velocidade de reprodução da espécie, que suscitou a defesa da redução da população por Malthus, da diminuição da protecção social por Ricardo (Ricardo, 1971), e a aposta Keynesiana na intervenção estatal (Keynes, 1947). Estas ideias partem da necessidade de solucionar o problema da escassez de recursos fundamentais à subsistência da espécie com métodos de planeamento e organização colectiva da produção, distribuição, redistribuição e consumo dos mesmos recursos. O objectivo genérico de todo o desenvolvimento é o Bem-Estar da população, do ponto de vista utilitário este consiste na satisfação de necessidades humanas, tais como o acesso a bens de primeira necessidade, outros bens de consumo, alojamento, educação, emprego de acordo com as suas qualificações e outros.

De acordo com a visão neoliberalista, a vertente sobrevalorizada do desenvolvimento é o crescimento económico, a produção riqueza passível de ser convertida em valor monetário que possibilite o poder económico de satisfazer mais necessidades e garantir maior Bem-Estar. Esta forma de pensamento teve consequências importantes nas espacialidades do desenvolvimento, para garantir o escoamento do excedente da produção capitalista, ainda no Séc. XVIII e sobretudo durante o séc. XIX, as nações desenvolvidas do norte do mundo alargaram os seus mercados aos territórios conquistados no hemisfério sul. E ao fazê-lo, provocaram consequências consideráveis não só nas economias locais, como nas economias dos próprios países desenvolvidos, gerando (inter) dependências cujas repercussões exponenciais são hoje marcantes.

As teorias marxistas vêm clarificar a dimensão globalizante de evolução do conceito e das práticas de desenvolvimento que se consubstanciaram na ascensão do sistema capitalista. Lenine (1971) e Rosa Luxemburg (1967) designam a última fase de desenvolvimento do capitalismo, na qual alguns países dominam outras regiões que são mantidas em desvantagem e dependência, por imperialismo. Segundo Lenine, as principais características do imperialismo são: a concentração da produção e do capital em monopólios, na qual se salienta o papel dos bancos; a fusão do capital bancário e industrial; a exportação, não só de mercadorias, mas também de capital; a divisão do

mundo em zonas de influência que implica uma quase divisão territorial pelos países capitalistas (Lenine, 1971).

Assim se desenharam as geografias do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. *Antes de existir desenvolvimento, não existia subdesenvolvimento* (Frank, 1961), o subdesenvolvimento resulta da dominação imperialista, mediante a exploração dos recursos das economias agrícolas, o controle sobre as suas estruturas industriais embrionárias, a troca desigual e a utilização do excedente económico em favor dos países industrializados. Os países colonizados contribuíram para a acumulação de capital e desenvolvimento dos seus colonizadores, tornando-se dependentes de um modo de produção e de organização macroeconómica que nunca verdadeiramente incorporaram (Frank, 1961). Portanto, a evolução e o sucesso dos países desenvolvidos não pode ser compreendida sem a análise da desestruturação dos sistemas socioeconómicos dos países não industrializados (Furtado, 1976). Segundo Marx e Engels, esta é uma consequência do carácter progressista do capitalismo, ou seja, da sua necessidade de romper com as estruturas anteriores (Engels, 1972).

Na ascensão do sistema capitalista tem prevalecido uma visão etnocêntrica do desenvolvimento que se expandiu com a criação da NATO e o Plano Marshal, em 1945, assumindo-se, sobretudo da década de 50 à década de 70, o exemplo norte-americano como modelo de desenvolvimento (Rojas, Duarte, & Delgado, 2009). Esta modelização ignora a dimensão cultural do desenvolvimento, visto que a cultura define os padrões de necessidades e de respostas adaptativas às mesmas, comuns a cada país. Como define Morgan, a cultura consiste no modelo de desenvolvimento reflectido nos sistemas sociais de conhecimento, ideologia, valores, leis e rituais quotidianos (Morgan, 2006). Portanto, quando cultura e desenvolvimento não se reflectem, produzem-se desequilíbrios estruturais (Rojas, Duarte, & Delgado, 2009).

Mais ainda, os fenómenos de centralização e concentração do capital que este modelo de desenvolvimento tem adoptado, reflectem-se de forma evidente nas geografias regionais, tanto no interior de cada país, como no sistema mundo, produzindo e reproduzindo desigualdades.

O desenvolvimento de base capitalista trata-se pois de um modelo unidimensional que advogando a universalidade do capital esquece a componente humana e ignora as múltiplas formas de produção de valor numa sociedade. A partir dos anos 70, emerge uma tendência para o questionamento do modelo de desenvolvimento vigente, marcado por conotações pejorativas associadas à desumanização e alienação provocada pelos métodos de trabalho preconizados, e, à depauperização das classes trabalhadoras. Este questionamento resulta numa re-conceptualização do conceito de

desenvolvimento, da qual se destaca a ideia de desenvolvimento sustentável (Rojas, Duarte, & Delgado, 2009).

A nível ambiental, a sustentabilidade consiste na habilidade de manter o bom funcionamento dos ecossistemas, garantindo a sua continuidade no futuro. A nível social, a sustentabilidade implica um compromisso para com as gerações futuras e o destino das comunidades em que vivemos, não devendo as acções das gerações presentes afectar as oportunidades de sobrevivência e bem-estar das gerações vindouras. Portanto, o desenvolvimento sustentável preconiza formas de organização da vida em sociedade que respeitem o equilíbrio entre ecossistemas e sociosistemas. O desenvolvimento sustentável pressupõe, antes de mais, a nossa relação com o outro, a consciência do nosso papel no mundo. Por menor que seja o âmbito de acção a que estejamos circunscritos, as nossas acções têm um reflexo nos contextos em que nos movemos e noutros actores que os habitam.

Este modelo está actualmente em voga nos países desenvolvidos e vem superar a unidimensionalidade do paradigma anterior, incorporando 3 vectores: o vector ambiental – o planeta e os ecossistemas que sustentam a vida; o vector económico – as estruturas produtivas que dinamizam a criação de riqueza; o vector social – as estruturas socioculturais que definem a distribuição de riqueza, oportunidades e poder. Pressupõe esta perspectiva que o desenvolvimento de uma dada região ou país resulta da interdependência entre a potencialização dos recursos naturais e humanos, as formas organizadas de produção de riqueza e os meios de distribuição e redistribuição da mesma pelas populações.

A activação dos recursos das comunidades é crucial para o desenvolvimento, parte importante destes recursos tem origem no ecossistema – que se define por uma comunidade de organismos vivos e a sua interacção com o sistema que os suporta – contêm, pois, as florestas, os corais e outras estruturas ambientais, mas também todos os campos de cultivo e pastoreio – conhecidos como agro-ecossistemas – responsáveis pela nossa subsistência. Os ecossistemas são a fonte de vida do planeta sobre a qual se alicerça toda a produção de bens e serviços. Outra crucial fonte de recursos endógenos é, sem dúvida, a população, visto que os grupos humanos que formam as comunidades são parte dos organismos vivos que interagem no ambiente. Portanto, a mera existência de pobreza é um obstáculo a uma eficiente utilização dos recursos no sentido do desenvolvimento, da sustentabilidade e da produção de riqueza. A existência de uma importante parte da população que não tem acesso a recursos materiais e imateriais que lhe permitam atingir patamares mínimos de inclusão no sistema de distribuição de riqueza, ou sequer a subsistência, produz ineficiências no equilíbrio das sociedades e por consequência, na gestão dos ecossistemas (Diogo, 2009). De acordo com o Relatório das Nações Unidas - *World Resources*, de 2005, o

poder sobre os recursos ambientais é a pedra de toque para a possibilidade de inclusão socioeconómica da população com poucos recursos, sobretudo das populações pobres das áreas rurais. Este relatório articula a gestão dos ecossistemas com a resolução do grave problema da pobreza por meio das formas de governância. Defende a criação de programas de intervenção capazes de favorecer o acesso e a possibilidade de propriedade legal dos recursos naturais às populações excluídas, e sobretudo, o seu poder de decisão na gestão dos ecossistemas. O desafio é o de imprimir maior consistência às políticas de governância democrática no sentido de incluir as populações em situação de pobreza, alargando o seu acesso à informação e às esferas de tomada de decisão, promovendo formas adequadas de representação e favorecendo a necessária transparência institucional. Isto implica exercer maior justiça na divisão dos lucros e custos da gestão de recursos ambientais, incluindo uma revisão dos direitos de propriedade sobre os mesmos. Das conclusões deste relatório, salienta-se a sugestão de que a mobilização das populações para a participação democrática é mais forte para as questões ambientais que lhe dizem respeito, a necessidade premente de reformular políticas de ordenamento do território, políticas financeiras e políticas sectoriais relativas a determinados recursos, como a água (UNDP UNEP, 2005).

Efectivamente, é urgente desenvolver formas de promover o acesso das populações ao uso e à propriedade dos recursos ambientais, à informação e ao poder de decisão sobre a gestão destes e de outros recursos endógenos. É imperioso promover a participação dos públicos excluídos para que representem um papel activo na comunidade sociopolítica (Diogo, 2009). Visto que qualquer processo de desenvolvimento deve objectivar a melhoria da qualidade de vida das populações através da expansão da liberdade humana (Marques, 2004, p. 340).

O conceito de qualidade de vida é associado em diversos estudos, abordados por Marques, ao nível de bem-estar de que desfrutam as sociedades. Baseado num estudo escandinavo sobre os componentes do bem-estar nas sociedades desenvolvidas, Allardt sintetiza o conceito de qualidade de vida em três principais dimensões da condição humana: ter, amar e ser. Estas dimensões podem associar-se às necessidades básicas e secundárias de Maslow. O ter corresponde à satisfação das necessidades fisiológicas e de segurança, ou seja, à dimensão material da vida; o amar à satisfação das necessidades sociais e emocionais, ou seja, à dimensão gregária do ser humano; o ser corresponde às necessidades de realização pessoal, portanto, à dimensão identitária da relação do indivíduo com o contexto socioespacial em que se insere. Amartya Sen (in Marques, 2004) considera central para o bem-estar individual e social a amplitude das liberdades individuais, isto é, as possibilidades de escolha disponibilizadas aos cidadãos, quer a nível de realização pessoal, quer de integração

social. O grau de sucesso de acções individuais e colectivas será portanto tanto maior, quanto maiores forem os benefícios individuais de todos os envolvidos. Isto implica que, a nossa liberdade individual não está apenas limitada pela dos outros, mas que depende da nossa relação com os outros e da sua própria liberdade. Assim, resulta que a maximização das liberdades individuais dos cidadãos é o objectivo central e a principal condição de efectivação do desenvolvimento (Marques, 2004, pp. 340-341). Pois, só quando os indivíduos satisfizerem os seus próprios objectivos de vida e as suas aspirações, tanto a nível económico, como político e social, poderão ser cidadãos verdadeiramente implicados no processo de desenvolvimento. Ora a satisfação das liberdades individuais implica critérios de justiça que regulem a distribuição universal de tais direitos, veremos à frente, como a justiça tem uma iminente dimensão espacial (Marques, 2004, pp. 339-341).

É importante frisar que no actual modelo socioeconómico, o conhecimento, a informação e a produção de novas ideias são recursos indispensáveis, não só a nível económico, como social e individual, pois as liberdades individuais serão tanto mais amplas quanto mais imediato for o acesso das populações à informação e ao conhecimento, seja este escolástico ou não. O conhecimento e a informação, por si só, ampliam as possibilidades de escolha dos indivíduos. O peso destes recursos na criação de emprego e no crescimento económico é tal que a espacialização das redes de inovação gera impactos nas políticas de desenvolvimento (Vale, 2009, p. 61). Veremos, em seguida, este aspecto em mais pormenor.

DESENVOLVIMENTO ESPACIAL

O conceito de desenvolvimento espacial é muito útil para estruturar uma perspectiva integrada, dada a alocação geográfica das populações, dos serviços e dos recursos. A dimensão espacial do desenvolvimento é inerente à constituição das próprias sociedades, as geografias do desenvolvimento e do subdesenvolvimento são espelho dessa realidade. É importante compreender a amplitude de escalas de análise da espacialização do desenvolvimento – local, regional, inter-regional e global – escalas que não são estanques, mas porosas, inter-relacionando-se e sobrepondo-se em diversas dimensões.

Para compreender o conceito de desenvolvimento espacial deve observar-se, antes de mais, a dialéctica entre espaço e sociedade, *space is place*, ou seja o espaço é socialmente construído, assim como as sociedades são construídas no espaço de tal forma que, como um espelho, o próprio espaço ganha identidade social, reproduzindo

as condições sociais que o moldaram (Soja, 2009). Citando Castells, *O espaço não é um reflexo da sociedade, é a sociedade* (Marques, 2004, p. 9). Esta constante evolui mediante dois pilares estruturantes da própria condição humana: a dualidade espaço-tempo e o binómio indivíduo-sociedade.

A noção de tempo é fulcral, em particular, a visão de futuro ao potenciar a acção, tanto individual como colectiva, que irá impor-se sobre o território (Schutz, 1932). Somos seres temporais na medida em que nos projectamos num futuro através de escolhas presentes baseadas em experiências vividas e em valores e crenças reinterpretados. A espacialidade é, em si, constituinte da própria experimentação humana da realidade, tudo o que ocorre, ocorre em algum lugar. E sendo um lugar, uma construção social sobre o espaço em que nos movemos, tanto somos seres sociais, como espaciais. A realidade que experienciamos, enquanto seres pensantes e produtores de conhecimento, tem um carácter inevitavelmente espácio-temporal. A este respeito, convém explorar as ideias de Massey sobre o carácter integrado da dualidade espaço-tempo, que a autora considera central para os desafios actuais das ciências sociais. Para o compreender devemos percepcionar as múltiplas temporalidades, as múltiplas histórias que interagindo entre si, na sua relação com a espacialidade, dão forma ao futuro, um futuro que é construído, antes de ser predizível. Isto implica, por de parte o determinismo histórico e as concepções simplistas, unitárias e ou etnocêntricas da História, abrindo-nos horizontes para a realidade multifacetada e o carácter aberto da própria história (Massey, 1999, pp. 7-8). Após um século de tradição historicista, na última década, tem-se reconhecido o papel activo do espaço na sua relação com as sociedades, enquanto gerador de efeitos positivos e negativos sobre as populações (Soja, 2009).

Quanto ao binómio indivíduo-sociedade, a condição de indivíduo implica ser portador de determinados padrões sociais, inculcados através do contínuo processo de socialização em que a consciência e a própria personalidade se formam, integrando os valores, normas e comportamentos próprios a determinada cultura, com determinada historicidade. Em processo recíproco, é esse indivíduo portador de símbolos e representações socialmente adquiridas que tem o poder, não só de reproduzir, como de renovar significações e, com elas, padrões de conduta. O património simbólico é produzido no domínio intersubjectivo das relações entre indivíduos e grupos sociais que reproduzem e modificam símbolos anteriormente construídos, nomeadamente, em torno de determinados lugares. Assim se constrói socialmente o mesmo espaço, que tornado lugar antropológico, molda a interacção dos indivíduos em sociedades determinadas histórica e geograficamente.

Ora, desenvolver é planear, e todo o acto de planeamento se depara com as temporalidades e espacialidades que nos condicionam. Assim, pensar o

desenvolvimento implica, antes de mais, uma reflexão espácio-temporal: como distribuir espacialmente recursos de forma a satisfazer as necessidades prementes, permitir a prosperidade e corresponder às aspirações de uma dada comunidade? Ao tentar responder às grandes questões que nos coloca o desafio do desenvolvimento, devemos antes de mais analisar as problemáticas, observar e consultar os actores em interacção no espaço-tempo em que nos movemos. Pois é nesse espaço-tempo que podemos operacionalizar os três vectores do desenvolvimento sustentável, o que só pode conseguir-se em pleno com a participação de todos os actores económicos e sociais que moldam a face dos lugares e construirão as futuras formas espaciais e estruturas sociais. A construção de um futuro próspero em Bem-Estar, sendo o propósito de todo o desenvolvimento, depende da possibilidade de participação todos os seres humanos, porque os indivíduos são actores de mudança, e não destinatários passivos das estruturas.

As grandes questões acerca do desenvolvimento prendem-se, primeiramente, com a forma como deve ser feita a gestão colectiva dos recursos e serviços necessários à satisfação das necessidades humanas, como devem ser organizados os sistemas político-administrativos para garantir a sua própria sobrevivência e o bem-estar das populações que os constituem.

No que diz respeito à inovação e ao conhecimento, recursos fundamentais na sociedade da informação, a proximidade geográfica favorece a aprendizagem localizada e a geração de externalidades, resultando na aglomeração dos centros de inovação sob a forma de clusters, distritos industriais ou meios inovadores. Mas, o crescente uso das TIC e a redução dos custos de transporte permite a constituição acelerada de redes multi-escalares e de comunidades de prática através do espaço (Vale, 2009, p. 62). Para este autor, as redes de inovação tanto dizem respeito às aglomerações como aos fluxos, alertando que a aglomeração geográfica implica uma focalização nas políticas regionais de inovação, e a via multi-escalar envolve uma abordagem dos sistemas inter-regionais, favorecendo a cooperação internacional (Vale, 2009, p. 62). Podemos aqui perceber, claramente, uma articulação entre o modo de difusão das redes de inovação e conhecimento e das redes de inovação social, visto que o elemento chave é o mesmo, como define Isabel André, é a transmissão do conhecimento entre vários agentes e a sua integração através da articulação de poderes que dá origem à inovação. Se as redes de conhecimento forem organizadas no sentido de ampliar as oportunidades dos menos favorecidos, estarão, pois, ao serviço da inovação social. Vale define como orientação de articulação espacial da nova política de inovação a formação de redes multi-locais de conhecimento (Vale, 2009, p. 69), o que se compagina com as dinâmicas de interacção inter-escalar propostas por Moore, podendo favorecer o desenvolvimento local.

Uma vez que o enfoque desta dissertação está centrado na escala local, valorizando os critérios geográficos de estabelecimento de redes de cooperação para a inovação social, focarei essencialmente as perspectivas de desenvolvimento local.

Ora, o desenvolvimento local, devendo articular os mesmos três vectores do desenvolvimento sustentável, define-se segundo Roque Amaro (1993), como um processo de transformação e não de mera conservação que se centra na comunidade, partindo de necessidades não satisfeitas que se pretendem solucionar com recursos locais mas também externos, já que estes podem *auto-fertilizar-se*. Como tal, o desenvolvimento local não defende a promoção do localismo, procura sim, *tornar cada local um nó da rede* (Animar, 2003) de *territórios-zona* (Haesbaert, 2005) em que nos inserimos, no sentido, de construir uma civilização sustentável (Animar, 2003).

Este modelo segue uma perspectiva integrada de intervenção, procurando soluções nas interligações entre as várias problemáticas territoriais, implicando, por isso, cooperação inter-institucional que contemple as necessidades dos diferentes grupos, activando um conjunto de respostas bem articulado que permita a negociação de conflitos locais. Para que os impactos das iniciativas de desenvolvimento local se sintam em toda a comunidade, os projectos não devem ser apenas fruto de reflexão teórica, devem ser cruzados com os testemunhos da população local e com o conhecimento da realidade, visto que o próprio local é, em si mesmo, um processo em construção (Amaro, 1993). Processo esse, que só poderá ser efectivado com a promoção da participação cívica e solidária dos cidadãos, ou seja, com o aprofundamento da democracia (Lavado & Barata, 2007).

O desenvolvimento local pode seguir por uma diversidade de caminhos, uma vez que cada local em cada momento histórico forma uma constelação de necessidades, interesses e vontades específica. Em suma, o desenvolvimento local é um processo, e não um fim em si mesmo, que envolve um esforço por parte dos actores residentes em identificar problemas e definir objectivos, desenhando estratégias para alcança-los, adoptando-as de forma democrática e participativa de modo a conseguir um efectivo impacto em toda a comunidade (Amaro, 1993).

JUSTIÇA ESPACIAL

Uma terceira peça-chave para a construção da visão de desenvolvimento que aqui adoptamos, é a noção de justiça espacial – entendida como a perspectiva integrada da justiça social e política numa determinada área geográfica. A acepção espacial permite-nos avaliar tanto os resultados dos sistemas de redistribuição, como os graus

de acesso e participação nos processos de tomada de decisão, quer a nível quantitativo, quer qualitativo. Permite-nos ainda transpor barreiras disciplinares e propor metodologias de promoção da justiça e da democracia. Analisando as realidades multi-escalares a que vivemos, percebe-se claramente a causalidade espacial da justiça, nomeadamente na face do desenvolvimento e do subdesenvolvimento (Soja, 2009, pp. 32-33).

No que respeita à criação de justiças e injustiças, os estudos focam sobretudo as realidades vivenciadas nas aglomerações urbanas. Referindo-se não apenas a processos de segregação, mas a todos os efeitos da centralização geográfica das decisões necessária à economia capitalista. A organização político-administrativa do território é sem dúvida um gerador fundamental de (in)justiça, que diferencia os níveis de acesso das populações a bens e serviços, como à participação política (Soja, 2009, p. 34).

Também Marcuse elabora algumas considerações a respeito da (in)justiça espacial, definindo duas grandes formas de injustiça espacial: o confinamento involuntário de um grupo a uma área delimitada – segregação; e a desigual distribuição de recursos entre os territórios. O primeiro caso está sobejamente documentado, sobretudo no que toca aos processos ocorridos em contextos urbanos, sendo importante distinguir a segregação das situações em que um grupo decide voluntariamente agregar-se numa dada área. O segundo caso resulta numa das principais causas de desigualdade social, diferenciando os territórios em termos de acesso aos empregos, aos rendimentos e à riqueza, ao estatuto social e ao poder político (Marcuse, 2009).

Este autor explora ainda a relação dinâmica entre (in)justiça espacial e (in)justiça social, defendendo que a injustiça espacial resulta da injustiça social, portanto as causas da injustiça espacial têm que encontrar-se no contexto socioeconómico e político em que se produzem. Contudo, a expressão espacial das injustiças sociais tem que ser tida em conta e abordada sempre que se pretende combater as causas da injustiça social. O contexto espacial tende a reproduzir os efeitos da injustiça social, não se tratando apenas de uma variável dependente, o espaço multiplica as desigualdades sociais nele inscritas. Portanto, sendo necessário tratar as duas dimensões da (in)justiça como um todo, os projectos de promoção de justiça num determinado território não podem ter apenas em conta a justiça espacial, as causas presentes nos sistemas sociopolíticos e nas desigualdades socioeconómicas têm que ser também abordadas (Marcuse, 2009, p. 54). Esta reflexão espelha de forma concisa e coerente a imbricação entre contextos espaciais e condições sociais, económicas e políticas, necessária a uma verdadeira acepção da realidade em análise.

O conceito de justiça associa-se directamente à noção de equidade que é perspectivada por John Rawls como a efectiva acepção da justiça. Em *Justice as fairness* (justiça como equidade), sustenta que o princípio básico da justiça é a garantia da maximização dos padrões mínimos de Bem-Estar - o princípio de *maximin* – a maximização dos mínimos sociais. Portanto, a existência de desigualdade de oportunidades deve levar à ampliação das oportunidades daqueles que tenham menos (Rawls, 2001). Este princípio baseia-se nos critérios de *diferença* – o reconhecimento de desigualdades sociais e económicas deve resultar na atribuição de benefícios aos mais desfavorecidos, e, de *liberdade* – cada um tem direito ao mesmo grau de liberdade que termina onde começa a liberdade do outro, resultando que os graus de liberdade de cada um são interdependentes, como já vimos acima com Sen.

Assim, a visão de Rawls afasta-se claramente das interpretações da justiça como igualdade, assumindo declaradamente a existência inevitável de desigualdades sociais. Contudo, as desigualdades só podem ser admitidas como consequência do exercício de cargos e funções acessíveis a todos em condições de justa igualdade de oportunidades. Podemos aqui fazer uma ponte para o ideal de justiça afirmado no Manifesto do Partido Comunista, por Marx e Engels, *tratar igual o que é igual, tratar diferente o que é diferente,* que em curtas palavras expõe a necessidade de atribuição de benefícios àqueles cujas oportunidades são mais limitadas (Marx, 1998 (21 de Fevereiro de 1848)).

A perspectiva de Rawls é analisada por Bret, no sentido de compreender as potencialidades do seu carácter universal na análise de realidades diversas. Bret alerta para os perigos de uma recusa cega de qualquer critério universal, como reacção à ocidentalização produzida pela globalização. Defende que a recusa do universal em favor de particularismos culturais pode correr o risco de cair no relativismo ou no comunitarismo, a ponto que as práticas sociais específicas ganhariam autoridade normativa, legitimando os factos com a sua mera existência, e assim, negando a liberdade dos indivíduos para lá do espaço-tempo em que vivem (Bret, 2009, p. 41). Para Bret, a incompatibilidade entre universalismo e particularidades culturais é apenas aparente, pois é justamente a diversidade do real, presente nas diversas culturas, nos diversos padrões de desenvolvimento que reclama a existência de uma teoria universal de justiça que permita aplicar os mesmos princípios básicos a todas as sociedades humanas. Tendo em conta, que apesar das suas diferenças, os seres humanos partilham uma mesma condição enquanto *pessoas morais*, e, portanto o seu valor é universal. O carácter racional e o nível de abstracção inerente às propostas de Rawls são para Bret elementos catalisadores da sua capacidade de alcançar validade universal. Ainda que o modelo de *maximin* seja imediatamente associado à redistribuição de rendimentos efectuada pelos sistemas de segurança social nos

regimes de democracia representativa, Bret defende que os seus princípios poderiam ser aplicados noutros regimes políticos. A teoria de Rawls não corresponde a uma mensuração das práticas sociais de acordo com normas impostas do exterior ou definidas noutros contextos sociais, trata-se de uma avaliação de práticas particulares de acordo com princípios abstractos de racionalidade colectiva comuns à espécie humana. Bret aconselha, pois, o discernimento entre ideias que contribuem para a ocidentalização do mundo e a teoria de Rawls, que pretende avaliar o cumprimento dos princípios de justiça como equidade em todo o mundo, incluindo no mundo ocidental (Bret, 2009, p. 45).

O carácter racional das premissas rawlsianas permite-nos não só reflectir sobre o mundo, como agir sobre ele e transformá-lo, pois a acção é o objectivo último de todo o pensamento. Ora, se observarmos a realidade da grande maioria dos países, vemos facilmente que a maximização dos mínimos sociais não é eficiente, as desigualdades sociais estão longe de aumentar as possibilidades dos mais desfavorecidos. É sobre esta realidade, nomeadamente sobre as desigualdades em níveis de desenvolvimento, que importa agir no sentido da mudança, respeitando princípios universais de justiça (Bret, 2009). O conceito de justiça incorpora assim uma dimensão de agência, uma componente prática de projecto em construção que Brawley refere no seu artigo sobre a importância de uma prática de justiça espacial em tempos de crise económica. No contexto norte-americano da crise financeira que mais abalou esta nação desde os anos 30, a autora insurge os actores políticos a recuperarem a sua relação com o público enquanto cidadãos e não meramente como parte da paisagem. Esse passo é fundamental para por em prática a justiça espacial que passa também pela denúncia das desigualdades espaciais e sociais e do uso ilegítimo do poder estatal e económico em variados aspectos da vida colectiva como – a segregação crescente, a vigilância urbana, a aquisição privada de infra-estruturas públicas, a crescente militarização de fronteiras nacionais e municipais (Brawley, 2009, p. 27).

Comparativamente com ideias que lhe estão associadas como liberdade e igualdade, o conceito de justiça tem atraído mais atenção por ser considerado mais concreto e operacionalizável, mais capaz de superar barreiras étnicas, de classe e de género, entre outras, que dificultam a partilha de significados. Diversos movimentos sociais de nova geração se têm mobilizado em torno da defesa dos direitos de variadíssimos grupos sociais e comunidades. Nomeadamente, a defesa do direito à cidade está historicamente enraizada na evolução de várias aglomerações urbanas por todo o mundo, entre as quais se inclui a cidade do Porto (Rodrigues M. , 1999)). Expressando a importância global deste movimento, em 2005, no Fórum Social Mundial, foi realizado um simpósio intitulado *World Charter of the Rights to the City* (Soja, 2009, p. 36). O direito à cidade como o enuncia Lefebvre vai para além do direito de habitar

uma cidade pré-concebida, passa pelo direito de modelar as formas, suportes e mecanismos que organizam a vida em sociedade. Aqui, salienta-se a importância da justiça no acesso aos processos de tomada de decisão, uma dimensão de governância que nas cidades assume maior expressão. Ainda que hoje, em contexto de crise económica, as cidades estejam a perder em democraticidade nos processos de planeamento e gestão, justificando-se, por exemplo, o benefício privado de estruturas públicas com as necessidades inquestionáveis de crescimento postas em causa pela crise. O processo de *desdemocratização* assinalado por Lisa Brawley deve ser tido em conta quando falamos de desenvolvimento, visto que da mesma forma que o direito ao local, ou à cidade, o desenvolvimento só pode ser equacionado na presença e com a participação de uma população que dá vida aos lugares (Brawley, 2009). Como aliás, já defendia Geddes, nas suas experiências pioneiras em planeamento urbano, nas primeiras décadas do séc. XX, na Índia.

Assim, se as principais questões a respeito do desenvolvimento concernem a distribuição dos recursos e a organização das actividades socioeconómicas de acordo com critérios de eficácia (capacidade de atingir objectivos) e eficiência (capacidade de rentabilizar meios na prossecução de fins), a articulação entre estes critérios deve adequar-se ao ideal de justiça como equidade (maximização das oportunidades de todos, privilegiando os mais desfavorecidos, no sentido de garantir a igualdade de oportunidades). A justiça assume-se como condição e, ao mesmo tempo, como objectivo central do desenvolvimento, dando propósito aos processos de decisão e planeamento público. Como aliás, o enuncia Marcuse, a respeito do planeamento urbano: a justiça (*a cidade justa) é o objectivo último do planeamento, não um objectivo entre objectivos, e não apenas de vários planos, mas do planeamento em geral* (Marcuse, 2009, p. 49).

Esta visão da justiça como o garante da liberdade económica, social e política dos cidadãos e, da satisfação das mesmas como a realização plena do objectivo último do desenvolvimento - o Bem-Estar social, é fundamental para o processo de mudança sistémica que a inovação social preconiza.

ABORDAGEM AO OBJECTO DE ESTUDO

METODOLOGIA

Por se entender que o objecto de análise em ciências sociais passa também pela acção desenvolvida pelos actores sociais mediante os significados que eles próprios lhe atribuem (*meaning-in-action*), a metodologia adoptada para esta investigação é de tipo qualitativo ou interpretativo. Ora, o significado atribuído pelos actores às acções em que estão implicados é produto de um processo de interpretação que desempenha um papel chave na vida social, pois lhes permite construir conhecimento acerca dos contextos que os rodeiam, e, os conduz a determinadas acções. Assim, compreendemos que a acção social se rege por formas de causalidade específica, avessas à uniformidade, visto que as acções humanas dependem de um conjunto de opções de significados, estando portanto abertas à mudança e à inovação (Lessard-Hébert, Goyette, & Boutin, 1990, pp. 39-40). Deste modo, só uma metodologia que abarque simultaneamente a dimensão material e imaterial da realidade pode apreender *a relação entre a perspectiva dos actores e as condições ecológicas da acção* (Erickson, 1986:127 in Lessard-Hébert, Goyette, & Boutin, 1990, p. 41). Justamente, uma importante trave do nosso quadro teórico se estrutura nesta relação, definindo Dees a perspectiva ecossistémica da inovação social com base na relação entre os actores e interactores dos projectos inovadores, de um lado, e, do outro, as condições ambientais que formam as estruturas geográficas, económicas e sociais.

A questão de partida desta investigação é: *Como podem as dinâmicas de inovação social promovidas pelo terceiro sector influenciar o desenvolvimento espacial?* O que se pode desconstruir no seguinte: *Apresentarão os casos de estudo possibilidades de afectar o desenvolvimento espacial? Se, sim, de que formas?* Neste estudo, concentramo-nos em compreender que formas de interacção entre estas iniciativas e o desenvolvimento das comunidades e regiões onde operam eram percepcionadas pelos actores, e que importância era atribuída por estes a uma abordagem integrada do desenvolvimento.

Do quadro teórico, desenvolvemos um conjunto de hipóteses que procuramos testar por meio de objectivos específicos, esboçando uma estrutura orientadora do projecto de investigação, que aqui, apresentamos.

TABELA 1 – PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO

Eixo estruturante – dimensão de análise		**Hipóteses**	**Objectivos específicos**
Processos/princípios	Significância dos resultados		
Dimensão interaccional		Hipótese	Objectivo
Trabalhar com e não para	Escala	A interacção entre membros com diferentes condições socioeconómicas, de diferente origem sociocultural e com diferentes problemas sociais pode ampliar as representações sociais das populações-alvo, no sentido de favorecer a sua inclusão social	Compreender que efeitos provoca, a interacção com o staff, os voluntários e outros interactores, nas representações da população-alvo sobre os seus interactores e auto-representações, e qual é a percepção dos interactores sobre esta interacção
Dimensão identitária		Hipótese	Objectivo
Trabalhar com e não para	Ressonância	A reinterpretação da ideia inovadora pelos membros(internos e externos) é inerente às dinâmicas de inovação social	Avaliar a presença ou ausência dos princípios de inovação social nas organizações, através da análise dos padrões valorativos dos diversos membros sobre a organização/projecto e o seu envolvimento na mesma/o
Dimensão cívica		Hipóteses	Objectivos
Trabalhar com e não para	Ressonância + escala	As experiências de voluntariado afectam não só as representações dos voluntários, como dos membros internos e da população-alvo sobre o papel do indivíduo na sociedade	Analisar as representações sobre o voluntariado pelos voluntários, membros internos e externos e populações-alvo, de forma a compreender a sua importância na construção da perspectiva de cada actor sobre o papel do indivíduo na sociedade
Trabalho em rede	Ressonância	As experiências de cooperação entre OTS's favorecem o reconhecimento interno do papel do terceiro sector na promoção da cidadania	Analisar a associação entre os papéis atribuídos, ao cidadão, ao terceiro sector e a importância dada à cooperação intrasectorial pelos membros das organizações
Dimensão inter-organizacional		Hipótese	Objectivo
Trabalho em rede	Alcance	A cooperação entre diferentes actores socioeconómicos demonstra capacidade de favorecer o desenvolvimento espacial e promover comunidades mais coesas	Compreender as perspectivas dos diferentes membros das possibilidades que a cooperação entre agentes com diferentes papéis socioeconómicos apresenta para o desenvolvimento espacial
Dimensão inter-escalar		Hipótese	Objectivo
Trabalho em rede	Escala	A utilização de dinâmicas globais de cooperação pode favorecer as auto-representações da população alvo, nomeadamente no que diz respeito ao seu papel na comunidade	Avaliar a presença ou ausência de interacção entre a escala global e local nestes projectos, em termos da intensidade de contacto da população-alvo com esta interacção glocal

Passando ao pólo técnico da metodologia, escolheram-se, como unidades de observação, organizações e projectos do terceiro sector no âmbito da inovação social, que se constituíram em casos de estudo.

Os casos de estudo foram seleccionados a partir de entrevistas com informantes privilegiados cuja experiencia no terceiro sector e particularmente em projectos de inovação social nos serviu de referência. Uma condição prévia foi a localização geográfica dos casos de estudo que por razões logísticas e, para proporcionar uma comparação mais fidedigna, se restringiu à região norte.

Após a análise de vários projectos e organizações, de acordo com as indicações dos informantes e com o precioso recurso à base de dados da Iniciativa EQUAL, através da participação em conferências sobre a temática, foram realizadas cinco primeiras entrevistas das quais seleccionamos os três casos em estudo.

Assim, o suporte empírico desta investigação centrou-se na realização de entrevistas (uma média de 6 por caso, com a duração média de 75 minutos) a vários actores, entre a população-alvo, os fundadores, os técnicos, os voluntários e outros colaboradores. Ainda que no terceiro caso de estudo, tenhamos apenas avaliado as representações da população-alvo, que ao contrário do que ocorre nos outros dois casos, não se trata de população excluída, mas sim, de membros de OTS's participantes no projecto Igualdade de Género como Exercício da Cidadania organizado pela ANIMAR. O papel da Animar enquanto organização promotora deste projecto foi abordado em entrevistas exploratórias com as técnicas da mesma, compreendendo-se aqui que a iniciativa se centra sobretudo na temática que a move e na promoção desta pelas entidades participantes, não tanto no fortalecimento de relações entre os membros da rede, ou no papel da rede em si no âmbito da temática. Por este motivo, e, devido aos constrangimentos geográficos envolvidos, considerou-se uma perda menor, a não inclusão dos actores da entidade promotora do projecto, ainda que se reconheça aqui uma lacuna na análise a este caso de estudo.

Optamos pela técnica da entrevista, por permitir aceder ao discurso dos actores, na sua dupla função de meio de expressão de práticas e opiniões, e de manifestação das representações sociais em que estas se baseiam, reveladoras da forma como os actores perspectivam as estruturas em que se inserem e nelas se posicionam (Albarello, Digneffe, Hiernaux, Maroy, Ruquoy, & Saint-Georges, 1997, p. 90).

Justamente, por considerar importante compreender o mundo segundo a perspectiva do actor, é necessário ir ao seu encontro no seu próprio ambiente (Albarello, Digneffe, Hiernaux, Maroy, Ruquoy, & Saint-Georges, 1997, p. 91). Assim, as entrevistas foram complementadas pela observação directa, assistindo ao primeiro dia da 3ª workshop do projecto Igualdade de Género como Exercício da Cidadania, que consistiu na

apresentação do diagnóstico das práticas de igualdade de género das organizações, seguida de uma breve discussão de cada tópico analisado em pequenos grupos pelos participantes, e, na apresentação da Campanha *Igualdade é Desenvolvimento* associada ao projecto. E pela observação participante, em cinco dias de construção da Habitat: a 2 e 3 de Junho, com uma equipa internacional de uma associação universitária de inspiração cristã - Envivo, com sede em Salamanca; a 11 de Junho com a equipa da St Julian's School, com sede em Lisboa; e, a 18 e 19 de Junho, com uma Equipa Global Village oriunda dos EUA. Assim como, em 2 sessões de ateliês do Espaço t: uma delas no ateliê de canto, a 16 de Junho, e a outra no de jornalismo, a 17 de Junho. Para o caso da Habitat, as entrevistas presenciais foram ainda contrapostas com entrevistas não presenciais directivas (anexo 1), realizadas a três equipas de voluntários internacionais, após a realização de programas de voluntariado, durante Abril, Maio e Junho de 2010. O motivo da opção por entrevistas não presenciais consistiu na impossibilidade de entrevistar os voluntários em solo nacional após a realização dos programas. O suporte empírico incluiu também a análise de documentação fornecida pelas organizações e conversas informais com os membros das mesmas, no sentido de clarificar alguns dados.

O recurso às técnicas de observação permite triangular os dados obtidos nas entrevistas, complementando a análise do discurso com a análise da postura dos actores em interacção. A observação participante permite captar *o mundo do não-dito*, do implícito, de acordo com a afirmação de Erickson de que *as pessoas sabem muito mais acerca dele do que aquilo que são capazes de exprimir* (Lessard-Hébert, Goyette, & Boutin, 1990, p. 54), como aliás, a etnografia tem demonstrado, desde Malinowski, no início do séc. XX. A observação participante permite incorporar uma dimensão descritiva do objecto de estudo e, pela participação activa do investigador como elemento do grupo, dá-lhe a possibilidade de captar a perspectiva interna do mesmo (Lessard-Hébert, Goyette, & Boutin, 1990, p. 156). Contudo, neste curto estudo, tivemos apenas a possibilidade de realizar alguns momentos de observação participante, não cumprindo com o preceito de que a observação participante implica uma integração do observador no grupo em análise por um período de tempo de média a longa duração. Por este motivo, os elementos passíveis de análise resultantes da aplicação desta técnica são limitados, mas, ainda assim, preciosos, pela possibilidade de experienciar as vivências juntamente com os actores e captar os significados partilhados em acção (meaning-in-action) (Lessard-Hébert, Goyette, & Boutin, 1990, p. 39). Para esta análise recorremos às notas descritivas de terreno e às pistas interpretativas anotadas, paralelamente, sobretudo no final dos momentos de observação, de acordo com uma grelha de observação (anexo 2) estruturada previamente, segundo os objectivos do estudo (Lessard-Hébert, Goyette, & Boutin, 1990, p. 158).

A análise das entrevistas baseou-se na técnica da análise de conteúdo, que permite analisar *de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e complexidade* (Quivy & Campenhoudt, 1992, pp. 225-227), ainda que *tributária do corpus e dos fins que se procura atingir*» (Poirier, 1999), não seja *um método infalível e objectivo que chegue necessariamente aos mesmos resultados independentemente do analista*, uma vez que *uma análise totalmente objectiva da linguagem humana é impossível* (Demazière & Dubar, 1997).

Sendo o nosso propósito apreender as representações sociais dos entrevistados, analisamos os seus discursos destacando os temas e as associações entre temas mais frequentes, de forma a captar, não só os significados manifestos, como a expressão dos mecanismos de produção de sentido. Para começar, procedeu-se à transcrição das entrevistas, e em seguida, à sua redução em resumos, seleccionando a informação pertinente para o estudo. Depois, seguindo um procedimento semi-indutivo, construímos categorias de análise a partir do próprio material, sem perder de vista as variáveis relacionadas pelos objectivos subjacentes a cada grupo de questões, comparando sistematicamente as passagens dos discursos dos vários actores, em cada tópico do guião de entrevista (anexo 3). Inicialmente, testamos a técnica num grupo de três entrevistas mais frutíferas de actores dos diferentes casos de estudo e com papéis diversos no seu seio, de forma a facilitar uma primeira interpretação. No final desta etapa, esboçamos um modelo de análise das entrevistas (anexo 4) que serviu de fio condutor para toda a posterior interpretação de associações e dissociações em cada discurso, e, entre os diversos discursos. Em seguida, integramos nesta estrutura analítica os resultados dos momentos de observação e, avaliamos a proximidade ou distanciamento das representações manifestas, num primeiro momento, face aos pressupostos teóricos, e, num segundo momento, face às relações entre variáveis que sustentam as hipóteses lançadas, de modo a proceder à validação destas (Albarello, Digneffe, Hiernaux, Maroy, Ruquoy, & Saint-Georges, 1997, pp. 127-134). É com base nesta estrutura que apresentamos a respectiva análise dos casos de estudo, no ponto seguinte.

DESCRIÇÃO DOS CASOS DE ESTUDO

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA HABITAT

O primeiro caso de estudo é uma associação sem fins lucrativos centrada na temática da habitação, a Associação Humanitária Habitat (AHH), filial da Habitat for Humanity International, (HFHI), uma ONG internacional cujo objectivo último é a erradicação da pobreza habitacional.

A HFHI foi fundada em Americus, na Georgia, por Millard e Linda Fuller, um casal que trocou uma vida de luxúria por uma vida de serviço à comunidade, com o apoio de diversas congregações cristãs. Com inspiração cristã e ecuménica, a Habitat professa a *Teologia do Martelo* — pondo de parte as nossas divergências, podemos encontrar um território comum, trabalhando em conjunto na construção de casas simples, dignas e acessíveis (Fuller, 1980). Porém, a Habitat não está vinculada a qualquer igreja em particular e inclui nos seus princípios a não descriminação por raça, género ou religião. Organizada em secções regionais, tem filiais em 92 países, entre os quais países muçulmanos como o Egipto e o Líbano, a HFHI já construiu mais de 300.000 casas, dando lar a mais de 1 milhão e meio de pessoas (Fuller, 1980).

Antes da fundação, Millard e Linda trabalharam no lançamento do projecto desde 1968, na área de residência próxima à quinta de Koinoinia, na Georgia, e em 1973, encorajados pelo sucesso obtido, decidem fazer a primeira tentativa além fronteiras, que resultou lindamente, no Zaire, actual república do Congo.

Foi justamente o exemplo inspirador do casal Fuller, lido num artigo de revista, que levou o Sr. Cruz Pinto, empresário e antigo piloto, a reunir um grupo de amigos para fundar a filial portuguesa — *Associação Humanitária Habitat,* em 1996. Quando o primeiro projecto se realizou, numa localização de difícil acesso, no topo de um monte, na Rechã, em Vieira do Minho, parecia difícil acreditar que grupos de voluntários orientados por um supervisor fossem capazes de fazer a obra, mas assim foi. As casas Habitat são, tanto quanto possível, construídas nas localidades de residência das famílias, pois é tida em conta a importância das redes locais de solidariedade social. O terreno é na maior parte das vezes propriedade das famílias, ou é doado por amigos, familiares, pelos municípios ou por outras instituições.

Hoje, a Habitat Portugal já realizou 25 construções de raiz e 11 reparações que criaram alojamento digno para 36 famílias no distrito de Braga. Tendo obtido o título de Instituição de Utilidade Pública, em 2007, o trabalho da AHH é reconhecido, como veremos a seguir mantém estreitas parcerias com o poder local, empresas e

instituições de ensino, e tem sido alvo de cobertura mediática por diferentes meios de comunicação social nacionais. Em 2010, iniciou-se o primeiro projecto no concelho de Amarante, em parceria com a empresa de construção civil, Mota Engil. Este passo poderá levar ao crescimento daquela estrutura organizacional que actualmente se limita a um corpo profissional de quatro pessoas, incluindo um estagiário, e a órgãos sociais voluntários.

A pobreza habitacional é de facto um problema global mas com importantes especificidades locais e dimensões socioculturais, que apenas podem ser tratadas com o envolvimento de todos os actores locais. Em todo o mundo, apenas nas áreas urbanas cerca de 1 bilião de pessoas vive em pobreza habitacional, em Portugal estima-se que 65% da população vive em habitação degradada (Habitat for Humanity International, 2010). Nos EUA, a HFHI trabalha sobretudo com comunidades urbanas marginalizadas, no nosso país, a AHH lida com a pobreza escondida nas áreas semi-rurais e peri-urbanas. Em Portugal, nomeadamente em Braga, embora se verifiquem necessidades habitacionais no centro da cidade, a maioria da habitação é arrendada, o que dificulta a acção da Habitat. Pelo contrário, nas áreas menos urbanizadas, é mais comum que as famílias sejam proprietárias da própria casa ou de um pedaço de terra, ou haverá maior facilidade de aceder a terrenos.

Assim, é fácil compreender que a população-alvo da AHH não se trata de população em pobreza extrema, o que ocorre noutras filiais, como Moçambique. Contudo, a Habitat apoia e encaminha as famílias que não cumpram os critérios de selecção, no sentido de encontrarem emprego, apoio da segurança social ou outra solução habitacional. Os critérios de selecção consistem na efectiva necessidade habitacional, no compromisso de participar na construção e na capacidade de pagar uma prestação mensal.

Estes critérios baseiam-se no primeiro pilar estrutural da metodologia da habitat que é trabalhar em parceria – em parceria com as famílias, na medida em que há um compromisso entre estas e a associação. As famílias têm que trabalhar um mínimo de horas de acordo com o calendário estipulado para a construção, a Habitat tem que informar as famílias sobre o orçamento estipulado para os custos de construção, e juntos, acordam um valor de prestação mensal, de acordo com o rendimento e as despesas familiares. Portanto, a Habitat ajuda as famílias a construírem as suas próprias casas, um pouco à imagem da auto-construção apoiada, embora a quantidade de trabalho das famílias seja reduzida, em comparação com o trabalho voluntário. O valor médio de mensalidade ronda os 150€ e o prazo máximo para finalizar o pagamento das prestações é de 20 anos. Os custos incorporados no orçamento correspondem apenas aos materiais e à (reduzida) mão de obra profissional, sem juros e sem qualquer margem de lucro. O trabalho em parceria estende-se também às relações com os doadores de materiais de construção, outros géneros ou dinheiro, os

patrocinadores de eventos ou projectos, todos os financiadores que apoiam a causa da Habitat, sejam eles empresas, instituições ou particulares[8]. As câmaras municipais têm um papel importante na rede da AHH, sinalizando famílias, desbloqueando terrenos, facilitando projectos arquitectónicos, limitando taxas, por vezes, financiando parte dos projectos. Outras organizações do Terceiro Sector são também parceiras da Habitat, sobretudo no encaminhamento de famílias ou na resposta a outras problemáticas das mesmas, mas também por vezes em colaboração logística durante as obras, nomeadamente no que diz respeito aos almoços (anexo 5 – rede de parceiros Habitat).

O segundo pilar estrutural da Habitat é o voluntariado, todos os órgãos directivos – *Direcção, Comissão de Construção, Comissão de Famílias, Comissão de Angariação de Fundos e de Voluntariado* - são constituídos inteiramente por voluntários, voluntários estes que juntamente com outros sócios compõem a Assembleia Geral e o Conselho Fiscal, órgãos sociais da associação. Também 90% do trabalho de construção é feito por voluntários locais e internacionais, ao abrigo do programa *Global Village (GV)*. Este programa de voluntariado internacional implica o pagamento de um donativo à filial por cada voluntário que varia entre 250 e 400 €, como contribuição pelo custo dos materiais e para apoio à causa. Os voluntários *Global Village*, de uma forma geral, perspectivam estas experiências como a sua contribuição para a equidade social e como uma forma de conhecer realidades alheias e criar ligações importantes com as comunidades locais.

O programa *Global Village* é uma importante ligação entre o local e o global, os voluntários que o integram, frequentemente repetem-no, dedicando-se ao combate à pobreza habitacional em várias partes do mundo. A Habitat Portugal é famosa entre os voluntários *Global Village*, só no ano passado acolheram-se 20 equipas de Março a Dezembro. Cada equipa GV tem 1 ou 2 líderes que gerem o orçamento e a logística da equipa e acordam com a filial todos pormenores do calendário de construção e actividades de tempos livres, desde que a viagem é agendada. Geralmente as equipas são compostas por 10 a 15 membros e trabalham por um período de 1 a 2 semanas com 1 ou 2 dias livres. As actividades podem variar tanto como visitas às caves do vinho do Porto e workshops de cerâmica no museu de Barcelos. A Habitat tem também programas de voluntariado internacional com escolas internacionais, com a duração média de uma semana e de acordo com os mesmos parâmetros de organização das equipas GV.

O voluntariado local é principalmente estruturado por dois programas – o voluntariado escolar e o *team building* – programa de voluntariado empresarial, estes dois programas têm desenvolvido importantes relações de parceria, tanto com empresas,

[8] Através do programa de Construtores de Esperança

como é o caso da *Boehringer Ingelheim* que para além do voluntariado tem efectuado donativos em dinheiro, como com instituições de ensino, tais como o CLIB – Colégio Internacional de Braga que tem patrocinado eventos de angariação de fundos. Os voluntários a título individual são integrados nos dias de construção de outras equipas e, noutras situações, formam pequenas equipas para reparações que exijam menor número de pessoas. O voluntariado local a título individual carece de estabilidade, contudo existe um grupo significativo de membros regulares.

O programa de *team building* para empresas requer especial atenção, tal como o Global Village, este implica um donativo para a filial, neste caso, de um mínimo de 500€ por equipa por dia, mas as empresas muitas vezes excedem este limite e ainda fazem donativos em géneros para as famílias ou à Habitat para que esta distribua pelas famílias mais necessitadas. Esta ligação com o mercado empresarial é uma forma importante de alertar consciências para o problema habitacional, facilitando às empresas o exercício da sua responsabilidade organizacional, tanto a nível externo, como a nível interno, promovendo o inter-conhecimento, o trabalho em equipa e desta forma a motivação dos seus colaboradores.

O projecto da AHH, baseado nos princípios da HFHI, demonstra-nos que a Habitação e o Planeamento Urbano são questões que transcendem as responsabilidades do Estado e dos municípios. No nosso país, todas as formas associativas foram afastadas desta temática, quando os municípios tomaram controlo da habitação social, no final dos anos 70. Desde então, só as cooperativas de mantiveram no mercado da Habitação a Custos Controlados. O modelo da Habitat é essencialmente diferente da estrutura cooperativa, a sua simplicidade poderá advir daquilo a que Fuller chamou *os princípios económicos de Jesus*, mas o facto que o torna único é o processo de construção. Em nenhum outro programa de apoio à habitação, em Portugal, os proprietários constroem as suas próprias casas e têm liberdade para decidir pormenores do projecto (Fuller, 1980).

ESPAÇO T - ASSOCIAÇÃO PARA APOIO À INTEGRAÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA

O Segundo caso de estudo é o Espaço t - Associação para Apoio à Integração Social e Comunitária, fundada em 1994, por um grupo de amigos reunido por Jorge Oliveira, um enfermeiro empenhado em fazer uma abordagem integrada e positiva à Saúde e ao Bem-Estar. A perspectiva de base é ver a pessoa como pessoa e não, como doente, ou seja, tratar a pessoa e não a doença. Ideias partilhadas por alguns clínicos conscientes da necessidade de uma abordagem integrada e humana da saúde, como Hunt Adams, mais conhecido por Patch, fundador do *Gesundtheit Institut*, em 1971, na West Virginia, nos Estados Unidos da América (Gesundtheit Institut, 2010). A saúde é sem dúvida uma das dimensões sociais mais problemáticas que reflecte os crescentes processos de exclusão social, em termos de acesso a serviços de qualidade, agravados por fenómenos demográficos e alterações nos estilos de vida que exigem metodologias inovadoras. Na bibliografia sobre inovação e empreendedorismo social, abundam exemplos de iniciativas na área da Saúde e do Bem-Estar.

Transformada em IPSS, em 1998, esta instituição tem sede no Porto e, em Março de 2001, foi convidada pela Comissão Instaladora da Câmara Municipal da Trofa para ali criar a actual filial, o que é sintomático do seu reconhecimento público. Neste momento preparara-se a criação de uma filial em Lisboa, sendo objectivo organizacional crescer gradualmente através da criação de filiais locais em vários pontos do país. Neste estudo centramos a nossa atenção sobre a sede da organização, dada a maior estabilidade e diversidade das dinâmicas nela criadas.

O Espaço t foi reconhecido com Instituição de Utilidade Pública em 1997, sendo a sua credibilidade amplamente reconhecida, inclusive pela atribuição de vários prémios, como o 3º Lugar no Prémio *Hospital do Futuro - Serviço Social*, em 2008, o Prémio *Igualdade é Qualidade*, atribuído pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego em 2006, assim como duas menções honrosas no mesmo prémio, em 2004 e 2002, este último relativo à política de Igualdade de Género, temática na qual a instituição tem também realizado alguns projectos de formação e sensibilização social (Espaço t, 2009).

A sua missão é promover o auto-conceito e o bem-estar de indivíduos, através da realização de actividades artísticas e formativas, e, fomentar através dessa arte uma mudança de atitude face à diferença. A filosofia do Espaço t aposta na integração pela arte, com base nos benefícios terapêuticos reconhecidos às actividades criativas e, sobretudo, na importância da arte como forma de expressão, assim como na capacidade desta em servir como veículo da mudança social.

A integração pela arte é uma metodologia aplicada em vários projectos em todo o mundo, inclusive em Portugal, nomeadamente, no Chapitô que apoia jovens institucionalizados ou em processos de marginalização. Regra geral, esta metodologia é aplicada a grupos relativamente homogéneos, ao contrário do que ocorre neste caso.

O nome *Espaço t* surge da ideia de que há um lugar para todos, salientando-se a valorização da pessoa humana acima das diferenças socialmente instituídas, portanto, o Espaço t é um espaço para todos, independentemente das suas necessidades específicas e da sua conformidade com os padrões sociais. Deste modo, a população-alvo do Espaço t é bastante abrangente, desde indivíduos com deficiências físicas a toxicodependentes, passando por pessoas com todo o tipo de perturbações mentais. Assim, o Espaço t lida não só com o Bem-Estar, mas com a temática da discriminação relativamente a diversos grupos de excluídos, incluindo indivíduos estigmatizados quer por deficiências físicas como por problemas mentais, entre outras fragilidades.

A designação dada aos utentes é a de *alunos* que se integram no espaço participando em ateliês de diversas artes, à sua escolha, sendo a política da instituição centrada na garantia de liberdade e autonomia, procurando fortalecer a auto-estima e o espírito crítico dos indivíduos. A designação *aluno* vem salientar o papel da aprendizagem, do auto-conhecimento e do crescimento pessoal, no processo de inclusão social.

A organização é estruturada em áreas e departamentos, na área da cultura, o Departamento de Comunicação e Imagem ocupa-se da divulgação, a área social é coordenada pelo Departamento Lúdico Terapêutico (DLT), operando ambos na Rua do Vilar. Num outro pólo, na Praça dos Poveiros, funciona o Departamento de Formação e Projectos que serve uma população-alvo distinta. Como órgãos sociais, a instituição tem ainda a Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal. No total, entre os vários departamentos, o Espaço t integra hoje uma média de 600 utentes. O foco deste estudo incide sobre a área social da organização que constitui a sua essência, enquanto organização promotora de inclusão pela arte.

Na área social, o DLT coordena todas as actividades e relações entre formadores, alunos, estagiários, instituições parceiras, entre outros, e é completado por um Gabinete de Psicologia, com consultas gratuitas para alunos e não alunos do Espaço t, por uma Ludoteca e por um Gabinete de Ligação à Comunidade, onde se incentiva a mudança de atitudes e comportamentos da comunidade envolvente, nomeadamente através de iniciativas de acção social. A área social inclui ainda um Departamento de Emprego, onde os alunos do Espaço t podem procurar informação e aconselhamento na procura de emprego ou formação profissional. O Acordo Atípico com a Segurança Social, permite ao Espaço t, no Porto, ter uma média de 140 utentes, cerca de 60% dos quais estão isentos de pagamento, 30% deles pagam 7.50€, enquanto os restantes,

pagam taxas dos 7.50 ao valor máximo de 25€ (que corresponderia a realizar todos os ateliers), estando nesse escalão actualmente vazio.

O encaminhamento inicial dos alunos começa pela consulta de psicologia e, em seguida, pela escolha dos ateliês que estes frequentarão, cuja frequência gradualmente produzirá a sua integração na dinâmica interna da organização, que será completada, de acordo com as necessidades dos alunos, pelo acompanhamento do gabinete de psicologia, da assistente social e do departamento de emprego. Os ateliês actualmente disponíveis são:

TABELA 2 – ATELIÊS DO ESPAÇO T

Informática na óptica do utilizador	Fotografia Projecto	Canto	Dança	Tai-Chi-Chuan
Informática na óptica do utilizador especial	Sensibilização para a Arte, Desenho e Pintura	Expressão musical	Expressão Corporal	Educação Física
Jornalismo	Pintura	Musicoterapia	Teatro	
	Criação de Adereços de Moda e Decoração		Teatro Terapêutico	
			Teatro Especial	
			Oficina de Dramaturgia	

Alguns destes ateliês, nomeadamente os que têm a designação especial e uma das sessões semanais de expressão corporal, são realizados com os utentes de instituições que trabalham a deficiência, sendo por esse motivo fechados a esses grupos, e, alguns deles, realizados nas instalações dos próprios parceiros.

O DLT oferece ainda sessões de dinâmicas de grupo, que incentivam a partilha de emoções e a auto-expressão, a *Escrita e Afectos*, e o *(Re)criando mundos*, geridas pelo psicólogo, e, quinzenalmente, a *Arte de Viver*, gerida por uma voluntária, que segue uma metodologia mais próxima a um grupo de auto-ajuda.

O Espaço t tem uma política de trabalho em parceria bastante alargada, construindo relações com entidades públicas, OTS, empresas e entidades culturais. No primeiro

caso, a Câmara Municipal do Porto tem cedido espaços para eventos realizados, tal como a exposição do Homem t[9], em plena Avenida dos Aliados, e o ciclo de espectáculos Corpo Evento, que é patrocinado pela Delegação Regional da Cultura do Norte, desde 2000, e, este ano se realizou no Rivoli. A Biblioteca Almeida Garret, também afecta à Câmara do Porto, tem cedido o seu espaço para a realização de eventos, como entregas de diplomas. A Junta de Freguesia da Sé tem colaborado directamente com o Espaço t no âmbito de projectos de formação realizados naquela localidade, actualmente, o Projecto + Saúde, que consiste na divulgação de hábitos de higiene junto das crianças da Sé. A Junta de Freguesia de Massarelos tem também colaborado, no encaminhamento de utentes, assim como o faz a Direcção Geral de Reinserção Social, cujos ex-reclusos são integrados no Espaço t para cumprimento de serviço social. Esta instituição tem também cooperado com outras organizações do Terceiro Sector, nomeadamente, através da participação de utentes destas instituições nos ateliers do Espaço t, assim como na realização do evento de teatro e dança, Corpo Evento, entre outros. Assim como, entidades da área da cultura, como a Fundação Serralves e a Fundação Calouste Gulbenkian têm patrocinado algumas actividades e no primeiro caso, integrado o Espaço t na realização dos seus próprios projectos, criando os alunos obras de arte para exposições desta instituição. A cooperação com empresas como patrocinadores, doadores de materiais ou de valores monetários, incluindo a cedência de descontos para sócios do Espaço t, é também visível, ainda que muitas destas parcerias tenham um carácter pontual, as que consistem em doação de equipamento e prestações de serviços vão tendo alguma continuidade. Várias instituições de ensino, tanto de nível secundário, como superior, sobretudo da Região Norte, mas não só, têm enviado estagiários para a organização (anexo 6 – rede de parceiros do Espaço t).

No que toca à cooperação internacional, a organização criou um Clube Unesco para a Educação ambiental, baseado nos princípios de promoção de uma cidadania mais activa e de responsabilidade organizacional, e na partilha dos valores professados por este organismo internacional. O Clube é de organização autónoma, não implicando qualquer financiamento ou patrocínio, e consiste na realização de palestras, exposições, eventos comemorativos, actividades culturais e visitas variadas, que possibilitem a reflexão sobre este problema global e as suas repercussões locais. E acolhe intercâmbios internacionais, como Serviço de Voluntariado Europeu, o Programa *Youth in Action*, assim como estágios curriculares e também profissionais no

[9] Exposição de estatuas de figuras humanas com diferentes caracterizações, simbolizando a diversidade humana

âmbito de diversos programas, como o PEJA – Projecto Europeu de Jovens Artistas contra a Exclusão Social e o *Leonardo Da Vinci*.

O reconhecimento gradual e a credibilidade que esta instituição tem vindo a adquirir, tanto entre a sua população-alvo, como no âmbito do Terceiro Sector, como junto dos órgãos do poder local e no meio artístico-cultural, é uma evidência do mérito do seu trabalho, cuja singularidade é a imagem de marca.

IGUALDADE DE GÉNERO COMO EXERCÍCIO DE CIDADANIA – PROJECTO ANIMAR

O terceiro caso é um projecto nacional sobre Igualdade de Género organizado pela Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local – criada em 1993 com o propósito de promover a cooperação territorial entre organizações, grupos e indivíduos de forma a fomentar o desenvolvimento local. Como já vimos, a Animar é a mais antiga e mais importante rede de Associações de Desenvolvimento Local do nosso país, e seguindo a tradição das organizações deste tipo, criadas no final do séc. XX, concorre para a promoção da cidadania e da participação democrática activa dos indivíduos como forma de potenciar o desenvolvimento das comunidades. Esta rede inclui não só associações de desenvolvimento local (ADL's) como também outros tipos de organizações sociais, num total nacional de 78 entidades e, incluindo ainda 104 sócios individuais (Animar, 2008); (Animar, 2007).

A Animar tem lançado vários projectos nacionais, organizados regionalmente, abrangendo um diverso leque de instituições e cruzando diferentes dimensões sociais. Como já referido, um dos projectos da Animar teve como produto a realização do portal do Terceiro Sector (http://www.3sector.net/), um importante recurso de informação sobre o sector, as suas lógicas, a sua história e realidade, a legislação vigente, que inclui divulgação da oferta formativa para organizações e membros das mesmas, um instrumento de pesquisa de emprego e estágios, uma base de dados das associações instituídas, informação útil sobre empreendedorismo, e ainda links sobre temas, como o voluntariado e a responsabilidade social, e organismos implicados nestas temáticas, como os observatórios e as organizações envolvidas em cada tema. Assim, a Animar assume-se como um pólo difusor da cultura do Terceiro Sector, favorecendo a qualificação das OTS's e o fortalecimento da cooperação entre estas, com o objectivo de que a *rede de redes* produza sinergias potenciadoras de um desenvolvimento local *assente na sustentabilidade, justiça social, igualdade de oportunidades, coesão social e territorial, reforço das economias locais, da participação cívica e democrática e solidariedade* (Animar, 2010).

A maioria dos projectos Animar têm sido financiados por fundos comunitários e alguns deles estiveram incluídos na supramencionada Iniciativa EQUAL. Este projecto encontra-se também ao abrigo do quadro comunitário, nomeadamente, inserido no Programa Operacional Potencial Humano – POPH, no Eixo 7 – Igualdade de Género, Medida 7.3 – Apoio Técnico e Financeiro às Organizações Não Governamentais, e, é também apoiado pela Comissão para a Igualdade de Género – CIG.

O projecto seleccionado, com o título Igualdade de Género como Exercício de Cidadania, tem pois o objectivo de *promover a capacitação organizacional e a sedimentação de uma cultura de intervenção incorporadora da dimensão de Género* (Animar, 2010) partindo da sensibilização e mudança de práticas dentro das organizações do Terceiro Sector. Ora, a Igualdade de Género é uma problemática transversal, com implicações significativas no mundo do trabalho, como demonstram os dados das Estatísticas do Emprego do INE (resultados anuais 2008), ainda que a taxa de actividade feminina seja de 69,1%, a taxa de feminização dos empregadores é apenas de 27, 7%, enquanto, por exemplo, a de trabalhadores não qualificados é de 66,8%; em situação de desemprego, estão 8,8% das mulheres face a 6.5% dos homens, inclusive com qualificações superiores, encontramos 17,7% das mulheres face a 8,5% dos homens no desemprego, o que sabendo que a taxa de feminização no Ensino Superior é de 60,4%, demonstra claramente uma maior propensão dos empregadores para contratar homens para empregos qualificados. Nos subsídios a pensionistas por invalidez, velhice e sobrevivência há disparidade nos valores atribuídos a homens e mulheres, recebendo as mulheres, respectivamente, 77, 3%, e 59,8% do que recebem os homens, embora recebam 141,0% do que eles recebem, no último caso. Na participação activa na vida política, facilmente detectamos a baixa presença feminina, dos deputados em funções até 20/05/2009 apenas 29,4% eram mulheres. Em várias dimensões como no que respeita à conciliação da vida familiar com a vida profissional, na saúde e no bem-estar, (7,6% das mulheres com depressões face a 2,2% dos homens (Fonte: 4º Inquérito Nacional da Saúde, 2005/2006, Instituto Nacional de Saúde) e nos estilos de vida, o género constitui-se como um importante factor de exclusão social (CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2009, pp. 83-132).

Aprovado em Dezembro de 2008, o projecto em estudo começou pela realização um diagnóstico das actuais práticas relativas à Igualdade de Género nas organizações, preenchido em conjunto entre técnicos e dirigentes. Neste diagnóstico foi incluída a enunciação de propostas de melhoria, possivelmente aproveitadas na segunda etapa, que consiste na realização de um Plano para a Igualdade de Género, em cada OTS, e, no lançamento de uma campanha nacional de sensibilização sobre a temática. Para este projecto foi convidada uma equipa de especialistas do CES – Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, para a elaboração do diagnóstico e dinamização de parte das sessões de formação-acção. Visto que a

Animar realizou o diagnostico também na sua própria estrutura, estando também implicada na elaboração de um Plano para a Igualdade.

O projecto foi organizado em *workshops* intercaladas ao longo do ano, na Região Norte, a primeira ocorreu em Viana do Castelo, a 25 e 26 de Outubro, e consistiu na introdução à temática e ao projecto; a segunda, a 15 e 16 de Novembro, consistiu na preparação do diagnóstico organizacional e a terceira, a 24 e 25 de Maio de 2010, em Ponte de Lima, serviu para a apresentação dos resultados do diagnóstico e introdução aos Planos para a Igualdade e à campanha "Igualdade é Desenvolvimento!". Desde o início, as organizações contaram com o acompanhamento virtual disponibilizado por uma plataforma interactiva (http://www.3sector.net/moodle/animar). Na Região Norte participaram 12 entidades, dos vários distritos da Região Norte: a AJD - Associação Juvenil de Deão, de Viana do Castelo; a ASSOCIAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS DE VILA D'ESTE, de Vila Nova de Gaia, Porto; a APAFDR - Associação Portuguesa de Agricultura Floresta e Desenvolvimento Rural, de Viana do Castelo; a ADLML — Associação de Desenvolvimento Local do Minho Lima, de Viana do Castelo; a ATLAS – Cooperativa Cultural, com sede no Porto e uma filial em Braga; a DOURO SUPERIOR — Associação de Desenvolvimento, de Torre de Moncorvo, Bragança; a ATHACA — Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave, de Vila Verde, Braga; a ANOP — Associação Nacional de Oficinas Projecto, de Santa Maria da Feira, Porto; a COOPERATIVA AGRÍCOLA DE VALDOSENDE, Braga; as GUIAS DE PORTUGAL, de Viana do Castelo; a PROBARROSO – Associação para o Desenvolvimento do Barroso, Vila Real; e a TROTE GERÊS — Cooperativa de Ocupação de Tempos Livres, de Cabril, Vila Real. Contudo, as presenças foram diminuindo de *workshop* para *workshop*, estando na última apenas presentes as cinco primeiras das participantes mencionadas acima.

A campanha iniciar-se-á a partir de Setembro de 2010, estando previstas acções como a realização de spots áudio para divulgação nas rádios locais, artigos na imprensa local, dinamização de actividades no âmbito do dia municipal para a Igualdade em 24 de Outubro, assim como outras actividades planeadas pelas próprias organizações para a sua população-alvo, que devido ao desencontro entre o financiamento esperado e o financiamento atribuído ao projecto, serão alvo de uma selecção. A Animar encarregar-se-á da divulgação a nível nacional, nomeadamente, através da publicitação da agenda da Campanha na própria página do *facebook*, da exibição de um vídeo na RTP2, da organização de um ciclo de cinema, e a realização de um almoço com jornalistas, de forma a sensibiliza-los para a temática.

Deste projecto resultará ainda a criação de uma rede de conselheiros/as para a Igualdade, cujos membros foram designados de entre as organizações participantes, para que possam ajudar a difundir a experiência, contribuindo também para o fortalecimento das relações entre organizações. Este tipo de instrumento é comum

aos projectos Animar, dado o seu foco na promoção de sinergias entre entidades activas com experiências multiplicadoras.

CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

As *entrevistas presenciais* aos vários actores abrangeram um total de 18 indivíduos, cujas principais características se evidenciam na tabela abaixo.

Código	**Género**	**Idade**	**Estado civil**	**Escolaridade**	**Profissão (classificada na CNP)**	**Situação face à actividade profissional**	**Lugar de residência**	**Papel na organização/projecto**
I	M	32	Solteiro	Superior	2.4.4 Especialistas das ciências sociais e humanas	Trab. Por conta doutrem	Braga	Técnico AHH
II	M	43	Solteiro	12ºano	4.1.3 Empregados de aprovisionanento, planeamento e transportes	Pensionista	Porto	População-alvo Espaço t
III	F	41	Solteira	Superior	2. 4.2 Advogados, magistrados e juristas	Trab. Por conta doutrem	Viana do Castelo	População-alvo ANIMAR
IV	M	35	Solteiro	Superior	2.4.4 Especialistas das ciências sociais e humanas	Trab. Por conta doutrem	Porto	Técnico Espaço t
V	F	32	Divorciada	Superior	2.4.4 Especialistas das ciências sociais e humanas	Trab. Por conta doutrem	Braga	Técnica AHH
VI	F	29	Solteira	Superior	2.4.4 Especialistas das ciências sociais e humanas	Trab. Por conta doutrem	Porto	Técnica Espaço t
VII	F	29	Solteira	Superior	2.2.1 Especialistas das ciências da vida	Trab. Por conta doutrem	Viana do Castelo	População-alvo ANIMAR
VIII	M	64	Casado	12º ano	1.3.1 Directores e gerentes de pequenas empresas	Trabalhador por conta própria	Braga	Fundador/Voluntário AHH
IX	M	41	Solteiro	Superior	2.2.3 Enfermeiros	Trab. Por conta doutrem	Porto	Fundador/Director Espaço t

X	F	27	Solteira	Superior	2.4.4 Especialistas das ciências sociais e humanas	Trab. Por conta doutrem	Porto	População-alvo ANIMAR
XI	M	38	Casado	6ºano	_	Pensionista	Braga	População-alvo AHH
XII	F	45	Solteira	Superior	2.3.2 Docentes ensino básico e secundário	Pensionista	Porto	População-alvo Espaço t
XIII	F	34	Casada	12ºano	5.1.4 Outro pessoal dos serviços directos e particulares	Trab. Por conta doutrem	Braga	População-alvo AHH
XIV	F	25	Solteira	12ºano	3.4.3 Profissional de nível intermédio gestão e administração	Trab. Por conta doutrem	Braga	População-alvo ANIMAR
XV	M	41	Casado	4º ano	7.1.2 Trabalhador da construção civil e obras públicas	Trab. Por conta doutrem	Braga	População-alvo AHH
XVI	M	38	Casado	6ºano	1.2.2 Directores de produção, exploração e similares	Trabalhador por conta própria	Braga	Colaborador AHH
XVII	M	37	Solteiro	4ºano	_	Pensionista	Porto	População-alvo/voluntário Espaço t
XVIII	F	41	Casada	9ºano	5.1.4 Outro pessoal serviços directos e particulares	Trab. Por conta doutrem	Braga	População-alvo AHH

TABELA 3- CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS FACE A FACE, CONTACTADOS ENTRE MAIO E JUNHO DE 2010

As *entrevistas não presenciais* aos voluntários, inseridos em programas internacionais da Habitat, abrangeram um total de 11 indivíduos, cujas principais características se podem ver na seguinte tabela.

Código	Género	Idade	Estado civil	Escolaridade	Profissão (classificada na CNP)	Situação face à actividade profissional	Lugar de residência	Participação no programa	Experiência de voluntariado
A	M	40	Solteiro	Superior	1.3.1 Directores e gerentes de pequenas empresas	Trabalhador por conta própria	Canada	Repetição	Repetição
B	M	64	Casado	_	_	Reformado	Canada	Primeira experiência	Repetição
C	F	53	Casada	Superior	2.1.3 Especialistas de informática	Trabalhador por conta doutrem	Canada	Repetição	Repetição
D	M	53	Casado	Superior	4.1.1 Secretários e operadores de equipamentos de tratamento de Informação	Trabalhador por conta doutrem	Canada	Repetição	Repetição
E	M	55	Casado	_	_	Reformado	EUA	Repetição	Repetição
F	M	47	Casado	Superior	2.4.2 Advogados, magistrados e outros juristas	Trabalhador por conta doutrem	EUA	Repetição	Repetição
G	F	45	Casada	Superior	3.4.7 Profissionais de criação artística, espectáculo e desporto	Trabalhador por conta doutrem	EUA	Repetição	Repetição
H	M	23	Solteiro	Superior	3.2.2 Profissionais técnicos da medicina excepto enfermeiros.	Trabalhador por conta doutrem	Espanha	Primeira experiência	Repetição
I	F	20	Solteiro	12ºano	_	Estudante	Portugal	Primeira experiência	Repetição
J	F	52	Casada	Superior	5.2.2 Vendedores e demonstradores	Trabalhador por conta doutrem	Canada	Primeira experiência	Repetição
K	M	35	Solteiro	Superior	5.2.2 Vendedores e demonstradores	Trabalhador por conta doutrem	Canada	Primeira experiência	Repetição

TABELA 4 – CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS À DISTÂNCIA, CONTACTADOS EM JUNHO DE 2010, APÓS A REALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE VOLUNTARIADO INTERNACIONAL

Caracterização dos grupos da observação participante

Associação Humanitária Habitat

Código	**Género**	**Idade**	**Estado civil**	**Escolaridade**	**Profissão (classificada na CNP)**	**Situação face à actividade profissional**	**Lugar de residência**	**Participação no programa**	**Experiência de voluntariado**
I[10]	F	20	Solteiro	12ºano	_	Estudante	Portugal	Primeira experiência	Repetição
H[1]	M	23	Solteiro	Superior	3.2.2 Profissionais técnicos da medicina excepto enfermeiros	Trabalhador por conta doutrem	Espanha	Primeira experiência	Repetição
Iii	F	33	Casada	Superior	_	Missionária (*minister*)	Espanha	Primeira experiência	Repetição
Iv	F	21	Solteira	12ºano	_	Estudante	EUA	Primeira experiência	Repetição
V	F	23	Solteira	12ºano	_	Estudante	Espanha	Primeira experiência	Repetição
Vi	M	30	Solteiro	Superior	_	Missionário	Espanha	Primeira experiência	Repetição
Vii	F	23	Solteira	12ºano	_	Estudante	EUA	Primeira experiência	Repetição

[10] Os dois primeiros indivíduos desta lista reponderam também à entrevista à distância e por esse motivo são identificados pelo mesmo código que nas entrevistas.

Viii	M	22	Solteiro	12ºano	_	Estudante	Espanha	Primeira experiência	Repetição
Ix	F	20	Solteira	12ºano	_	Estudante	Espanha	Primeira experiência	Repetição
X	F	22	Solteira	12ºano	_	Estudante	Espanha	Repetição	Repetição

TABELA 5 – CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO DA ASSOCIAÇÃO ENVIVO – SALAMANCA, PRESENTE A 2 E 3 DE JUNHO, EM BUSTELO, AMARANTE, PORTO

Código	Género	Idade	Estado civil	Escolaridade	Profissão (classificada na CNP)	Situação face à actividade profissional	Lugar de residência	Participação no programa	Experiência de voluntariado
A)	F	17	Solteiro	9ºano	_	Estudante	Lisboa	Primeira experiência	Repetição
B)	F	17	Solteiro	9ºano	_	Estudante	Lisboa	Primeira experiência	Repetição
C)	M	17	Solteiro	9ºano	_	Estudante	Lisboa	Primeira experiência	Repetição
D)	M	17	Solteiro	9ºano	_	Estudante	Lisboa	Primeira experiência	Repetição
E)	M	17	Solteiro	9ºano	_	Estudante	Lisboa	Primeira experiência	Repetição
F)	F	17	Solteiro	9ºano	_	Estudante	Lisboa	Primeira experiência	Repetição
G)	F	17	Solteiro	9ºano	_	Estudante	Lisboa	Primeira experiência	Repetição
H)	F	17	Solteiro	9ºano	_	Estudante	Lisboa	Primeira experiência	Repetição
I)	M	17	Solteiro	9ºano	_	Estudante	Lisboa	Primeira experiência	Repetição
J)	M	17	Solteiro	9ºano	_	Estudante	Lisboa	Primeira	Repetição

								experiência	
K)	F	17	Solteiro	9ºano	_	Estudante	Lisboa	Primeira experiência	Repetição
L)	F	17	Solteiro	9ºano	_	Estudante	Lisboa	Primeira experiência	Repetição
M)	M	17	Solteiro	9ºano	_	Estudante	Lisboa	Primeira experiência	Repetição
N)	F	17	Solteiro	9ºano	_	Estudante	Lisboa	Primeira experiência	Repetição
O)	F	17	Solteiro	9ºano	_	Estudante	Lisboa	Primeira experiência	Repetição
P)	M	17	Solteiro	9ºano	_	Estudante	Lisboa	Primeira experiência	Repetição
Q)	M	17	Solteiro	9ºano	_	Estudante	Lisboa	Primeira experiência	Repetição
R)	M	17	Solteiro	9ºano	_	Estudante	Lisboa	Primeira experiência	Repetição
S)	M	17	Solteiro	9ºano	_	Estudante	Lisboa	Primeira experiência	Repetição
T)	F	17	Solteiro	9ºano	_	Estudante	Lisboa	Primeira experiência	Repetição
U)	F	17	Solteiro	9ºano	_	Estudante	Lisboa	Primeira experiência	Repetição
V)	F	17	Solteiro	9ºano	_	Estudante	Lisboa	Primeira experiência	Repetição
W)	F	30	Solteiro	Superior	2.3.2 Docentes do Ensino Básico e Secundário	Trabalhador por conta doutrem	Lisboa	Primeira experiência	Repetição
X)	M	29	Solteiro	Superior	2.3.2 Docentes do Ensino Básico e Secundário	Trabalhador por conta doutrem	Lisboa	Primeira experiência	Repetição

TABELA 6 – CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO DA ST JULIAN'S SCHOOL - PORTUGAL, PRESENTE NO DIA 11 DE JUNHO, EM GONDIÃES, VILA VERDE, BRAGA

Código	**Género**	**Idade**	**Estado civil**	**Escolaridade**	**Profissão (classificada na CNP)**	**Situação face à actividade profissional**	**Lugar de residência**	**Participação no programa**	**Experiência de voluntariado**
G[11]	F	45	Casada	Superior	3.4.7 Profissionais da criação artística, espectáculo e desporto	Trabalhador por conta doutrem	EUA	Repetição	Repetição
F	M	47	Casado	Superior	2.4.2 advogados, magistrados e outros juristas	Trabalhador por conta doutrem	EUA	Repetição	Repetição
E	M	55	Casado		_	Reformado	EUA	Repetição	Repetição
4	M	*53*[12]	Casado	Superior	_	_	EUA	Repetição	Repetição
5	F	*53*	Casada	Superior	_	_	EUA	Repetição	Repetição
6	M	*58*	Casado	Superior	1.1.4 Outros dirigentes e cargos superiores de organizações humanitárias e outras organizações especializadas	Trabalhador por conta doutrem	EUA	Repetição	Repetição
7	F	17	Solteiro	9ºano	_	Estudante	EUA	Primeira Experiência	Repetição
8	F	*23*	Solteiro	12ºano	_	Estudante	EUA		Repetição
10	F	*40*	Solteiro	Superior	2.4.2 Advogados, magistrados e outros juristas	Trabalhador por conta doutrem	EUA		Repetição
11	F	24	Solteiro	12º ano	_	Estudante	EUA	Repetição	Repetição
12	F	*63*	?	Superior	2.4.4 Especialistas das ciências sociais e humanas	Reformado	EUA		Repetição

TABELA 7 – CARACTERIZAÇÃO DA EQUIPA GLOBAL VILLAGE, PRESENTE A 18 E 19 DE JUNHO, EM BUSTELO, AMARANTE, PORTO

[11] Os três primeiros indivíduos desta lista, responderam também à entrevista à distância e por esse motivo são identificados pelo mesmo código que nas entrevistas.

[12] As idades destacadas a itálico, são idades aproximadas, devido a uma falha na obtenção dos dados desta equipa, que levou também à ausência de informação sobre a profissão e a situação face à actividade profissional

Caracterização da família presente nos momentos de observação participante

Código	**Género**	**Idade**	**Estado civil**	**Escolaridade**	**Profissão (classificada na CNP)**	**Situação face à actividade profissional**	**Lugar de residência**
XI	F	54	Solteira	Sem escolaridade		Pensionista	Bustelo
XII	F	31	Casada	9º ano	5.4.1 Outro pessoal dos serviços directos e particulares	Trabalhadora por conta doutrem	Amarante[13]
XIII	F	23	Solteira	12ºano		Estudante	Bustelo
XIV	M	20	Solteiro	9ºano	8.2.8 Trabalhadores da montagem	Trabalhador por conta doutrem	Bustelo

TABELA 8 – FAMÍLIA PRESENTE A 2 E 3 DE JUNHO E PARCIALMENTE PRESENTE A 18 E 19 DE JUNHO

[13] Elemento que não habitará a casa Habitat, mas participou na construção. Os irmãos fizeram questão de salientar o apoio material e imaterial prestado pela irmã mais velha, ao longo das suas vidas.

Espaço t

Código	Género	Idade	Estado civil	Escolaridade	Profissão (classificada na CNP)	Situação face à actividade profissional	Lugar de residência
XII[14]	F	45	Solteira	Superior	2.3.2 Docentes do Ensino Básico e Secundário	Pensionista	Porto
b	F	47	Solteira	6º ano	5.2.2 Vendedores e demonstradores	Pensionista	Gaia
c	F	43	Viúva	11º ano	_	Desempregada	Porto
d	F	36	Solteira	9º ano	_	Pensionista	Porto
e	M	51	Viúvo	7º ano	_	Reformado	Porto
f	M	53	Casado	4ºano	2.7.1 Moldadores, soldadores, bate-chapas, caldeireiros, montadores de estruturas metálicas e trabalhadores similares	Pensionista	Porto
g	M	17	Solteiro	6ºano	_	Desempregado	Porto
h	M	32	Solteiro	8ºano	_	Desempregado	Porto
i	M	26	Solteiro	8ºano	_	Desempregado	Gaia
j	M	*20*[15]	Solteiro	_	_	_	_
k	M	*32*	_	Superior	2.3.5 Docentes do Ensino Superior, Básico, Secundário e Similares Não Classificados em Outra Parte	_	_

TABELA 9 – CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO DO ATELIÊ DE CANTO, NO DIA 16 DE JUNHO DE 2010

[14] Este indivíduo foi também presencialmente entrevistado, motivo pelo qual é identificado pelo mesmo código.

[15] As idades destacadas a itálico são aproximadas, devido a devido a uma falha na obtenção dos dados desta equipa, que levou também à ausência de informação sobre a profissão, a situação face à actividade profissional e o local de residência

Código	**Género**	**Idade**	**Estado civil**	**Escolaridade**	**Profissão (classificada na CNP)**	**Situação face à actividade profissional**	**Lugar de residência**
b[16]	F	47	Solteira	6ºano	5.2.2 Vendedores e demonstradores	Pensionista	Gaia
d	F	36	Solteira	9ºano	_	Pensionista	Porto
e	M	51	V	7º ano	_	Reformado	Porto
g	M	17	Solteira	6ºano	_	Desempregado	Porto
h	M	32	Solteira	8ºano	_	Desempregado	Porto
l	F	52	Solteiro	12º ano	_	Pensionista	Porto
m	F	38		6º ano	9.1.3 Pessoal de limpeza, lavadeiras, engomadores de roupa e trabalhadores similares	Desempregada	Porto
n	M	57	Solteiro	6º ano	6.11 Agricultores e trabalhadores qualificados de culturas agrícolas	Pensionista	Porto
o	M	43	Solteiro	12º ano		Pensionista	Gaia
p	M	*36*[17]	_	Superior	2.3.5 Docentes do Ensino Superior, Básico, Secundário e Similares Não Classificados em Outra Parte	_	_

TABELA 10 – CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO DO ATELIÊ DE JORNALISMO, NO DIA 17 DE JUNHO DE 2010

[16] Os cinco primeiros indivíduos desta lista compareceram também ao ateliê de canto, motivo pelo qual se mantêm os códigos.

[17] As idades destacadas a itálico são aproximadas, devido a devido a uma falha na obtenção dos dados desta equipa, que levou também à ausência de informação sobre a situação face à actividade profissional e o local de residência

ANÁLISE DOS CASOS DE ESTUDO

A abordagem aos casos de estudo é centrada no potencial de inovação social destas iniciativas e na sua relação com o desenvolvimento espacial, estruturada pelo quadro hipotético desenvolvido a partir da grelha conceptual e, por último, guiada pelos objectivos específicos baseados nas hipóteses descritas.

Assim, estruturamos a análise em cinco eixos constituídos pela articulação entre objectivos e hipóteses e centrados numa dimensão específica do objecto de estudo.

As citações dos participantes serão identificadas pelos códigos definidos nas tabelas de caracterização dos mesmos, expostas anteriormente.

DIMENSÃO IDENTITÁRIA

Ao objectivo de averiguar a presença ou ausência dos princípios de inovação social, associa-se a hipótese de que a reinterpretação da ideia inovadora pelos membros (internos e externos) é inerente às dinâmicas de inovação social.

Assim, começamos por avaliar a manifestação de representações que favoreçam ou dificultem a filosofia de trabalhar com as pessoas e não para as pessoas, de desenvolver um trabalho em rede e não fechado na própria organização, através da análise dos padrões valorativos dos diversos membros sobre a organização e o seu envolvimento na mesma, enquanto evidências da efectividade ou insuficiência da aplicação dos princípios acima expressos.

Dado o seu foco na essência da organização, este objectivo leva-nos a fazer uma abordagem geral, e, em primeiro lugar, a contrapor o objecto de estudo com os pressupostos teóricos. Vimos que a estrutura de uma iniciativa inovadora não inclui necessariamente todos os elementos definidos por Mulgan, nomeadamente na realidade analisada não são observáveis sistemas de investigação e sistemas tecnológicos, ou mesmo sistemas de gestão da informação muito estruturados. E ainda, no caso do Espaço t o papel dos voluntários não está claramente incorporado, e no caso do projecto da Animar, não se tratando de uma iniciativa independente, não podemos encontrar nele um modelo de negócio. Quanto às condições organizacionais internas necessárias, segundo o mesmo autor, à difusão da inovação − a vantagem relativa, a reduzida competição, os resultados comprovados, a compatibilidade e a complementaridade com estruturas existentes, a simplicidade da ideia, o baixo preço e o valor de retorno dos investimentos, quase todas estão presentes nas iniciativas abordadas. Exceptuando, nos dois primeiros casos, o baixo preço, ainda que as

estruturas garantam fontes de financiamento; e, em todos, mas sobretudo nos dois últimos casos, o retorno de investimentos, no último pela evidência de que não há investidores, apenas um financiamento comunitário, no segundo, porque a maioria das relações com investidores privados carecem de uma contrapartida palpável para além da divulgação positiva da imagem das empresas. No primeiro caso, o programa de *team building* (voluntariado empresarial) ainda que com expressão pouco significativa no conjunto das relações com investidores, permite uma relação mais frutífera com benefícios mútuos substanciais. E, em segundo lugar, permite-nos comparar as convergências e divergências entre as representações mais significativas de organização para organização, assim como analisar as semelhanças e dissemelhanças entre as representações dos membros de cada organização.

Na aplicação da entrevista este objectivo foi dividido em 5 tópicos: i) motivo de entrada na/criação da organização; ii) definição da organização/projecto; iii) mensagem da organização/projecto; iv) motor da organização/projecto; v) importância da organização/projecto.

O primeiro tópico pela sua vinculação aos próprios actores não foi analisado em profundidade, revelando a clara associação dos motivos com os papéis ocupados dentro da organização.

Definição da organização/projecto

No segundo tópico, detectamos uma distribuição bastante equilibrada entre os 3 casos, sendo mais evidente a aproximação das representações de acordo com o papel dos membros. Assim, detectamos uma maior tendência entre técnicos, colaboradores e fundadores para *definirem a organização de acordo com o seu papel na sociedade*, enquanto a população-alvo (dos dois primeiros casos de estudo) tende a *atribuir-lhe um valor mais associado à sua vida pessoal*. A população-alvo do terceiro caso, divide-se entre o papel do projecto na sociedade (*promover a igualdade de género* (XIV)) e o valor pessoal que este assume para os participantes (*descoberta, parceria, amizade (III)*). Uma orientação menos significativa das representações define a organização *de acordo com os valores e ideais partilhados*.

No primeiro caso de estudo, há uma dispersão considerável, as representações de um dos técnicos e do colaborador enquadram-se na primeira categoria (*muda a vida das pessoas (I)), instituição necessária e útil(XVI)),* já as respostas da técnica e do fundador

expressam sobretudo o valor pessoal*(inspiração, esperança, encontro pessoal(V), a minha quota parte na responsabilidade social(VIII)),* a população-alvo concentra-se no valor pessoal atribuído à organização (*tudo de bom (XI);o pessoal, a casa e a emoção(XV)*), contudo apenas numa razão de 2 para 1 relativamente às outras categorias. Aprofundando um pouco mais, podemos compreender que esta dispersão das representações não invalida graus elevados de envolvimento com a organização, sobretudo no caso dos técnicos, uma identificando a organização com o seu encontro pessoal, e o outro afirmando o seu crescimento pessoal dentro da mesma e a sua entrega (*No trabalho que eu faço na Habitat valorizo-me muito como pessoa e como profissional e consigo-me encontrar enquanto colaboradora da Habitat*(V); *Penso que me tornou, sem dúvida, uma pessoa melhor(…)Alargou-me os horizontes relativamente a culturas, a língua, ou seja... a nível profissional também aumentou muito. Mas ao mesmo tempo também me obrigou a uma coisa que eu não aconselho a ninguém que é abdicar um bocado da vida pessoal para...para trabalhar*(I)). No caso do fundador, este identifica a Habitat como a sua quota parte na responsabilidade social (*eu gosto imenso, sinto-me tão compensado no aspecto social e até moral. Porque participei na melhoria das condições de vida de pessoas que doutra maneira não teriam…eu e os nossos colegas todos, o grupo da Habitat*(VIII)). O construtor sente-se motivado pelo seu papel como instrutor dos voluntários (*E quem olha, não diz, isto foi feito por voluntários, isto foi feito por pessoas que nunca pegaram numa colher e numa talocha, ninguém diz isso. E é essa parte que também me dá gozo! E me fascina(…)porque eu gosto de ensinar(...) eu faço aquilo que gosto e é verdade!*(XVI)). As famílias expressam acima de tudo gratidão e um reconhecimento do papel da associação na resolução do problema da habitação e nas suas vidas em particular (*ó pá, a Habitat, eu acho que devia haver centenas de habitat em Portugal! porque a Habitat é como um enxame de abelhas...é...ver aqueles trabalhadores a ajudarem a ir buscar o pólen...e a habitat ser a abelha mãe...não é?(* (XI); *acho que é importante e deve ser mais reconhecido e mais ajudado...porque o trabalho tem valor! tem valor! P'ra mim, fico, porque eles me acabaram a casa*(XVIII)).

No segundo caso, na primeira categoria enquadram-se as respostas dos dois técnicos e do fundador da organização*(espaço para todos*(*IV); espaço onde se encontra a própria identidade(IX))*, enquanto a população-alvo foca mormente o valor pessoal que atribui à organização (*amor, amizade e carinho(XVII); acolhimento, unidade, ensinamento(II))*. E daqui, podemos perceber que o envolvimento dos membros é, em geral, bastante elevado, chegando a uma total identificação do projecto de vida com a ideia inovadora, no caso do fundador (*eu sofro um bocado disto, que é, como fui o fundador de uma associação, o Espaço t acaba por ser uma projecção de mim, não é? Ou seja, embora foram um grupo de pessoas, mas foi um grupo de pessoas convidadas por mim...não é? Ou seja, o conceito saiu sempre de mim…eu acabo por ter esse peso de ser o ideólogo, se pudermos chamar ou o fundador* (IX)). Da parte dos técnicos percebemos uma total entrega, empenho e satisfação no seu trabalho (*faço muito voluntariado no Espaço t.*

(..)nós questionamos porque é que há pessoas que depois das 10h… às noites, por ex, agora vem aí o Corpo Evento, vamos trabalhar noites(…) a exposição do Homem t, fizemos directa no dia da inauguração(IV); *na parte profissional, estou extremamente realizada, não podia estar mais. Eu sinto-me muito realizada, porque eu consigo lidar com muitas problemáticas ao mesmo tempo(…)adoro o meu trabalho*(VI)). Assim como uma forte identificação com a organização (*eu acho que sem arte seriamos mais muito mais pobres e sem o Espaço t, sem cultura nas nossas vidas seriamos mais pobres*(IV); *identifiquei-me muito com a instituição(…)é uma instituição para todos, não excluís ninguém*(VI)). A população-alvo manifesta um grande apreço pela organização, assim como se identifica com os seus valores(*aqui não há diferenças, aqui não há superioridades…porque aqui nós somos iguais* (…)*entre a normalidade e a anormalidade..o que é que é normal ou anormal? Não existe!*(II); *acima de tudo somos pessoas com os nossos valores como as outras pessoas* (XII)) e reconhece do seu papel na melhoria do bem-estar, e nas suas vidas em particular(*vai acolhendo cada vez mais utentes, outros de fora virão e penso que vão se sentir bem....*(II)).

No terceiro caso de estudo, o envolvimento das participantes com o projecto apenas é manifestamente pessoal para metade das entrevistadas, as outras duas demonstram estar envolvidas com o objectivo do projecto, e não no projecto enquanto processo, prestando mais atenção aos resultados esperados.

Mensagem da organização/projecto

Quanto ao terceiro tópico, verificamos que a mensagem da organização é *associada ao seu papel para com a população-alvo*, *projectada para o público em geral*, ou *associada aos ideais professados.* E neste ponto, os três casos de estudo dividem-se, associando-se quase directamente cada caso de estudo com uma das categorias. Assim, as representações associadas ao *papel da organização para com os seus utentes são manifestadas predominantemente na AHH*, por dois técnicos, um proprietário e o colaborador(*dá uma mão, não dá uma esmola(I)*; *não desistam dos sonhos! (V); leva as pessoas a acreditar que é* possível(XVI)), face a apenas uma resposta nesse sentido de um utente do Espaço t. *A associação entre a mensagem da organização e os seus ideais é sobretudo realizada pelos membros do Espaço t*, nomeadamente, por dois elementos da população-alvo, um dos técnicos e pelo fundador(*somos todos iguais, todos valemos(II)*;*valorizar a pessoa, o ser humano*(*XII*); *toda a gente tem direito a ser feliz*(IX)), face a três respostas nesse sentido de dois beneficiários da Habitat e do seu fundador (*aquele amor voluntário (XI)*). A *projecção da mensagem para o público em geral* é percepcionada por todas as entrevistadas do projecto da Animar – *quebrar com o preconceito (III); fazer alguma coisa para mudar (VII)*; *consciencialização social para a igualdade de género (X)*), face a apenas uma resposta nesse sentido de uma proprietária

da Habitat (*toda a gente tem direito a boas condições numa casa (XIII*)) e outra da técnica do Espaço t (*normal ninguém é, não é?(VI)*). O sentido desta divisão pode facilmente encontrar-se na própria actividade de cada um dos projectos em análise: ora, o foco principal da Habitat é a construção de casas com famílias carenciadas, logo, parece verosímil que a sua principal mensagem seja destinada a essas famílias e relacionada com a actividade concreta que realiza; já o Espaço t, lida sobretudo com o domínio do imaterial, procurando apoiar a construção do auto-conceito dos seus alunos, portanto, faz todo o sentido que a sua mensagem seja sobretudo associada aos ideais que professam a integração dos indivíduos em diversos processos de exclusão social; o projecto de Igualdade de Género como Exercício de Cidadania centra-se numa temática que implica a mudança de mentalidades, atitudes e comportamentos e o seu objectivo último é a campanha a ser realizada pelas OTS's nas comunidades em que operam, como tal, parece claro o motivo pelo qual as entrevistadas projectam a sua mensagem para o público em geral.

Assim, no primeiro caso, podemos perceber que a missão da Habitat é reinterpretada pelos seus membros: o foco principal na habitação (*E acima de tudo é dar a oportunidade a crianças de terem uma vida saudável (…)o principal problema das casas degradadas é não terem condições para as crianças desenvolverem(…)o que vai perpetuar um ciclo de pobreza e ao quebrar esse ciclo(…)não é só mudar a vida duma família mas de várias famílias*(I)); o seu papel como construtora de esperança(*não desistam dos sonhos! tentem sempre procurar forças para verem o amanhã duma maneira diferente* (V); *leva as pessoas a acreditar que é possível. Se aquela família que estava com tantas dificuldades(…) conseguiu, nós também vamos conseguir*(XVI)); e os valores humanistas e cristãos professados(*é uma mensagem de cariz cristão…fazer aos outros o que gostamos que nos façam a nós, e por os outros antes de nós*(VIII); *a Humanidade que há entre as pessoas...de ajudar o povo...aquele amor(...)é aquele amor de ajudar, aquele amor voluntario*(XI); *humanidade, voluntariado e...felicidade*(XIII)).

Contrariamente à opinião maioritária dos restantes membros, grande parte dos voluntários internacionais entrevistados considera que a principal mensagem da Habitat se dirige para o público em geral, enunciando-se da seguinte forma (*todos podem contribuir para erradicar a pobreza habitacional*), a segunda concentração de respostas traduz uma mensagem focada nos direitos e ideais(*todos têm direito a uma habitação decente*). Talvez se possa interpretar esta concepção pelo papel de relevo que a Habitat assume a nível internacional, que por esse motivo transpõe a sua mensagem para além do papel assumido perante a população-alvo, contrariamente ao que ocorre no nosso país.

No segundo caso de estudo, percebemos que a missão da organização é reinterpretada de formas muito próximas entre os membros, estando mormente associada com os valores e ideais professados. Assim, ele é visto enquanto um espaço

para todos (*somos todos iguais, somos todos seres humanos, somos todos capazes e temos todos os nossos problemas, ninguém é perfeito* (IV)); e como um pólo difusor da sua própria ideologia, tanto junto dos utentes (*eles aqui não se vêm como o louco, como o descompensado, como o mendigo ou como a Sr.ª professora* (VI); *se somos doentes ou não, isso é muito secundário, aliás, isso é anulado até!*(II)), como para a sociedade em geral(*tema para a exposição(…)deste ano é o 'inserir os ditos normais nos guetos sociais' e a nós faz-nos muito sentido porque é um virar ao contrário*(IV)).

No terceiro caso, as participantes demonstram a compreensão da função do projecto, não só para as organizações, mas junto das comunidades onde operam (*é um objectivo nosso* (organização participante)*...cumprir até ao fim do próximo mês este encontro de mulheres imigrantes p'ra discutir as dificuldades de integração (...) a proporção de mulheres imigrantes p'ra homens imigrantes é quase de 50%, portanto já se justifica …) porque as dificuldades de integração têm algumas particularidades (…) trabalhar a mulher não é a mesma coisa que trabalhar o homem (…) acho que esse progresso se deve ter devido a esta formação* (X); *vamos trazer isso p'ra fora (…) e tentar também mudar a nossa comunidade… (*III); *era essa a nossa ideia, na campanha que vamos fazer incluir uma sensibilização nas escolas…portanto, mudar a mentalidade de crianças p'a elas crescerem a pensar doutra forma* (XIV); *o projecto não acaba* (VII)), representações que se repetem quanto à importância desta iniciativa.

Motor da Organização/Projecto

No 4º tópico, encontramos a expressão dos princípios da inovação social pelos entrevistados, nomeadamente, *o trabalhar com – focado essencialmente por membros do Espaço t*: os técnicos, o fundador e um utente focam-no separadamente (*este espaço funciona porque há pessoas a precisar dele(…)e também sabemos que o empenho dos técnicos, dos monitores*, *toda aquela receptividade*(…)*e também os próprios utentes fazem com o Espaço t ofereça algo aos utentes, ou seja, nós juntos também fazemos criar ideais a quem os pode, pode melhorar o Espaço t, neste caso, o Dr. Jorge Oliveira que é o presidente. 'Tamos também a entusiasmar o Dr. Jorge(…) com o nosso empenho (…) pretendemos...projectar no Dr. Jorge uma imagem que vai obriga-lo, entre aspas, a melhorar cada vez mais este espaço*(II)). Aqui é notória a enunciação do critério de ressonância por este utente, a reinterpretação do conceito do Espaço t pelos utentes, permite ao próprio fundador e restante equipa reinventar a organização, numa dinâmica de trabalho conjunto. Outro utente refere-o juntamente com o trabalho em rede (*haver tanta colaboração entre os utentes, e as parcerias com várias entidades também deve ajudar (XII)*). Idêntica representação sobre o que move o funcionamento da organização tem um dos técnicos da AHH (*é trabalhar em parceria com famílias e instituições*(I)), enquanto a outra refere a importância do trabalhar com, salientando o papel dos voluntários internacionais(*pelo exemplo que os voluntários internacionais nos passam, não é?(V)*). *O*

trabalho em rede é destacado por dois elementos de famílias Habitat (*aquilo deve ser empresas ali que ajudam....e depois têm pessoal voluntário p'a fazer o trabalho, não é?*(XV)), mencionando um deles a escala internacional da mesma rede, e por uma participante do projecto da Animar. Metade das entrevistadas deste projecto identificam a temática do mesmo como a sua força motriz (*esta consciencialização social prá problemática da igualdade de género, parece-me que é realmente o fundamental aqui... o sumo, não é? ... o sumo deste projecto(X)),* enquanto a última salienta a capacidade organizativa da Animar. A capacidade organizativa é também referida pelo colaborador da Habitat (*o sistema é bom* (XVI)) e uma das suas beneficiárias manifesta uma representação próxima, mas mais relacionada com a *capacidade da organização responder às necessidades sociais* (*acho que a Habitat oferece condições que é acessível p'ra qualquer família* (XIII)). As últimas representações salientam o papel da equipa de trabalho, manifestada por um utente do Espaço t; o amor, identificado por um beneficiário da Habitat, e a força divina, interpretada pelo fundador da mesma. Aqui, podemos verificar que a relativa concentração de respostas de membros do Espaço t no princípio de *trabalhar com* se associa, mais uma vez, à sua matéria de trabalho, ao facto do trabalho relacional ser contínuo e mesmo diário, com boa parte dos alunos. Já, a mais expressiva identificação do trabalho em rede como motor da Habitat, e o facto de ser mormente a população-alvo a identifica-lo, resulta da visibilidade dos donativos de materiais por empresas de construção e do conhecimento geral dos acordos realizados com alguns municípios e instituições.

Portanto, no primeiro caso de estudo, podemos verificar a enunciação dos princípios de inovação social como motor do funcionamento da organização, embora se dê ligeiramente maior ênfase ao trabalho em rede(*é trabalhar em parceria com famílias e instituições(I); aquilo deve ser empresas ali que ajudam....e depois têm pessoal voluntário p'a fazer o trabalho, não é?(XV); dá uma mão, não dá uma esmola(I)*). Notemos que a quase totalidade dos voluntários internacionais, nas entrevistas não presenciais, identificou também o trabalho em rede como principal motor da Habitat. Contudo, na análise dos momentos de observação participante, perspectivamos a evidência da apropriação do princípio de *trabalhar com* no ritual de início de dia de trabalho da equipa Global Village observada. Reunidos frente à obra, após colocar o devido equipamento, os voluntários formam um círculo unem as mãos ao centro e, logo as atiram ao ar, dizendo *It's not a hands out, it's a hands up!*(todos os elementos da equipa, ver tabela). O que quase se pode traduzir na afirmação do técnico (I) transcrita acima, significando o que uma das voluntárias revela posteriormente, *it works because its focused on the people, I've seen other similar projects and the only ones who work are those who focus on the people*(12).

Já, no segundo caso, são também enunciados os dois princípios como motor do funcionamento da organização, mais expressivamente *o trabalhar com*, dando-se

particular ênfase ao papel dos utentes (*os próprios utentes fazem com o Espaço t ofereça algo aos utentes*(II); *o empenhamento das pessoas que cá trabalham(...)haver tanta colaboração...entre os utentes... se calhar, o facto de terem parceiras com várias entidades também deve ajudar*(XII); *fundamentalmente é o trabalhar com e não o trabalhar para, trabalhar com o utente, com o aluno*(VI); *funciona precisamente porque trabalhamos com pessoas, deixamos de trabalhar com rótulos(*IV)). Como vimos acima, os próprios utentes compreendem o seu papel activo, chegando um deles a identificar a própria função revitalizadora da reinterpretação do conceito da organização pelos utentes.

Dos momentos de observação participante realizados no ateliê de canto e no ateliê de jornalismo, podemos identificar claramente a importância da interacção entre os alunos, e a entreajuda existente entre eles. No primeiro ateliê, a desinibição permitida pelos exercícios de voz e pelo aquecimento físico, feitos em círculo, facilita a sensação de partilha e de trabalho em conjunto. No segundo, a troca de experiências e os jogos de palavras favorecem o inter-conhecimento entre os alunos, nomeadamente, a partilha de um excerto do artigo de uma aluna é bastante significativa (*Aprendemos a ir para baixo, a abrir a janela e a voltar atrás para apagar quando nos enganamos* (m)), fazendo a analogia entre o uso do computador e as aprendizagens realizadas no Espaço t.

No terceiro caso de estudo, a enunciação dos dois princípios pelas participantes não é significativa, embora uma participante mencione o trabalho em rede. A presença deste princípio, inerente à própria dinâmica do projecto, será talvez demasiado evidente para que as entrevistadas se centrem nele, demonstrando elas, que o motor central do projecto é a própria temática que o move. E, da reflexão apresentada pelas entrevistadas, identifica-se claramente a reinterpretação das ideias mobilizadoras (*isto é um problema social, isto diz respeito à sociedade não tem nada a ver com feministas (...) é uma questão de viver em sociedade é uma questão de como é que nós conciliamos a nossa vida familiar, social e de trabalho, independentemente do género* (III); *se houver, maior equilíbrio e maior oportunidade de acesso a tudo entre homens e mulheres, mais equilíbrio em todas as tarefas, todos vão estar muito melhor, todos vão contribuir muito mais e todos, ao dar mais de nós, sejam homens, sejam mulheres, traz sem dúvida mais desenvolvimento*(VII)) de uma abordagem integrada à problemática da igualdade de género.

Importância da Organização

Quanto ao 5º tópico, relativo à importância percepcionada da organização ou do projecto, verificamos que uma parte dos entrevistados, maioritariamente representada por membros da Habitat (quatro beneficiários, um técnico, um colaborador e o fundador) tende a relevar *os resultados directos* da acção em que estão envolvidos (*chega àquela faixa cinzenta das famílias que não têm outros apoios (I); nós conseguimos aliviar a carga que o Estado tem e o sofrimento de várias famílias (…) que não se*

encaixam nem nos programas do Estado, nem nos recursos à banca(VIII); *a importância da habitat é que tem ajudado muita gente!(XV)*), enquanto apenas a técnica valoriza nesta resposta *os resultados directos e indirectos* (*tocamos não só a casa mas a estrutura da família (V)*). Esta última afirmação pode compreender-se pelo facto desta técnica ser a responsável pelo acompanhamento das famílias, portanto, tendo maior contacto com estas, terá mais informação sobre as mesmas. No caso do Espaço t, dois alunos salientam os resultados directos (*a grande funcionalidade do espaço t é ser um espaço para alguém que precise dum espaço para estar com outros* (II)), enquanto o terceiro inclui os dois níveis de resultados, tal como os restantes membros inquiridos (*é tentar integrar essas pessoas na sociedade(XII);. é fazê-los acreditar que são capazes (…) e aí é que conseguem evoluir(IV); acho que tem essa missão de projectar esta mensagem pra'lem das quatro paredes do espaço(IX); Nós somos uma instituição aberta(…) para que a comunidade venha ter connosco e irmos também ao encontro dela(VI).* Mais uma vez se constata a maioritária concepção da Habitat como construtora de lares, e do Espaço t como potenciador de consciências que, aliás, pelo próprio método de trabalho, tem maior capacidade de medir os resultados indirectos na sua população, do que a AHH, onde o período de maior interacção termina com a edificação das casas, não permitindo obter tantos dados quanto ao segundo nível de resultados. Todas as entrevistadas do projecto da Animar apresentaram representações que identificam também os resultados indirectos(*vai promover mais desenvolvimento (VII)*; mudar as mentalidades dos mais pequeninos (XIV), *evidentemente que nós (…) vamos trazer isso p'ra (…)tentar também mudar a nossa comunidade(III)),* o que vai de encontro à já referida concepção da mensagem do projecto como dirigida ao público em geral.

Assim, no primeiro caso, confirma-se a reinterpretação da missão da Habitat na erradicação da pobreza habitacional, concentrando a sua energia nesse objectivo que é em si um processo. Vários membros da organização expressam uma forte consciência da amplitude do papel social da organização, assim como manifestam partilhar os princípios segundo os quais o projecto da Habitat se estrutura: trabalhando com as famílias e não para estas, envolvendo os voluntários nesse trabalho, e cooperando com empresas e instituições (*é trabalhar em parceria com famílias e instituições*(I); *deve ser empresas ali que ajudam....e depois têm pessoal voluntário p'a fazer o trabalho, não é?(XV)*). Portanto, confirma-se a hipótese segundo a qual *a reinterpretação da ideia inovadora pelos membros é inerente às dinâmicas de inovação social*.

No segundo caso, mais uma vez sobressaí a missão do Espaço t no despertar de consciências para a necessidade de uma nova forma de ver os problemas biopsicossociais, tanto no movimento dos grupos excluídos em direcção à sociedade, como no sentido da sociedade para os grupos de excluídos. E perante a excelente sintonia dos ideais partilhados, confirma-se a hipótese segundo a qual *a*

reinterpretação da ideia inovadora pelos membros é inerente às dinâmicas de inovação social.

No terceiro caso, vemos que a importância do projecto é unanimemente identificada com o seu impacto na sociedade, revelando a ênfase dada ao objectivo de mudança social proposto pela temática do projecto, facto pelo qual se confirma a hipótese de que a reinterpretação da ideia inovadora pelos membros é inerente às dinâmicas de inovação social. Aliás a própria temática da Igualdade de Género já aponta para o enquadramento deste projecto no âmbito da inovação social, pois esta constitui um dos objectivos do milénio e uma das principais áreas de oportunidade de mercado para o desenvolvimento do empreendedorismo social (Elkington, 2008).

DIMENSÃO INTERACCIONAL

Ao objectivo seguinte, relativo à compreensão dos efeitos que a interacção com os técnicos, voluntários e outros interactores, provoca nas auto-representações da população-alvo (nomeadamente, sobre o seu papel na comunidade), e à análise da percepção desta interacção (intensidade/efeitos na pop alvo) pelos interactores, corresponde a hipótese de que a interacção entre membros com diferentes condições socioeconómicas, de diferente origem sociocultural e/ou com diferentes problemas sociais pode ampliar as representações sociais das populações-alvo, no sentido de favorecer a sua inclusão social.

Devemos aqui, relembrar que no terceiro caso de estudo, podemos apenas avaliar as representações da população-alvo (representantes das OTS's participantes no projecto Igualdade de Género como Exercício de Cidadania).

Este tema foi dividido em 6 tópicos: i) a definição do tipo de relações estabelecidas dentro da organização ou no âmbito do projecto; ii) a importância dessas relações; iii) a continuidade das mesmas; iv) o grau de interacção da população-alvo com outros interactores; v) a evolução da população-alvo ao longo do tempo; vi) os efeitos percepcionados das relações na população-alvo/a percepção do problema pela população-alvo.

Definição das relações

No primeiro tópico, evidenciou-se uma importante concentração de respostas (nove entrevistados) em torno da representação de que havendo um *clima geral de cooperação*, as *relações são diferenciadas entre diferentes membros*, entre estes, seis entrevistados *salientaram a relação entre técnico e utente*, tendo cinco deles (dois utentes, um técnico, o fundador do Espaço t, e o técnico da AHH), referido a *necessidade de diferenciar papeis entre técnicos e utentes e/ou de manter um certo distanciamento* para evitar disfunções (*é um respeito diferente, têm outra função(II); Temos de saber distinguir quem é o técnico e quem é o aluno: não podemos criar aqui relações propriamente de amizade(VI); cria-se uma relação próxima, mas não pode ser muito próxima*, (…)*não podemos ser os paizinhos deles (I); acho que é uma relação de ajuda, em que se definem alguns limites, em que cada um sabe o papel que ocupa, mas ninguém invade o espaço do outro(IX))*. Uma opinião não necessariamente oposta, mas que salienta outro aspecto da relação, é a do técnico do Espaço t que a define como *uma relação humana (eu acho que no momento em que para mim o utente deixa de ser o utente 124/324 (…) então aí, já há uma humanidade, há o identificar, colocar um rosto no nome daquela pessoa(IV))*. Os

restantes três entrevistados do primeiro grupo(técnica, colaborador e fundador da AHH) referem o carácter diversificado das relações, sem salientar um dos tipos em particular, notando-se quanto às relações técnico-utente alguma ambivalência(*As famílias...é um pouco problemático(…)depois de terem a casa, relaxam(VIII); As relações das famílias com o staff é normal(XVI)).* Assim, parece haver uma maior preocupação com a relação técnico-utente entre os membros do Espaço t, o que mais uma vez se explica pelo foco de actividade da própria organização, e vai de encontro à sua preocupação com o *trabalhar com*.

Da outra metade dos entrevistados, duas participantes do projecto da Animar continuam a evidenciar o *clima de cooperação* geral, embora uma delas refira a *importância da proximidade geográfica* para o estabelecimento de relações e outra saliente a necessidade de um *inter-conhecimento prévio* para o cimentar das mesmas (*aqui, com as três de Viana há maior proximidade(III); na relação com a AJD, por ex., nós sabemos o que é que eles fazem, eles sabem o que nós fazemos(…)nós não conhecíamos propriamente as outras(VII)*). Uma outra participante deste projecto define as relações criadas como uma *troca de experiencias*, enquanto a última as considera *incipientes*.

Na população-alvo da AHH há uma concentração de respostas em torno da representação de que as *relações são positivas de uma forma geral*, o utente/voluntário do Espaço t expressa a mesma opinião (*são fixes. dou-me bem (XVII)*). A 4ª beneficiária da AHH define-as como *relações de amizade*, importante notar que esta é a entrevistada cuja casa foi construída mais recentemente, podendo ser esse o motivo do seu manifesto maior envolvimento com a associação, relativamente aos outros proprietários, como veremos noutros pontos (*Óptimas! Muito boas(…)mesmo o Sr. Luís quando foi a inauguração da casa, disse mesmo que tinha tido gosto em trabalhar com nós. Fomos um casal especial para eles (…)vamos ser sempre e vão 'tar sempre no nosso coração!*(XVII)).

Assim, quanto ao primeiro caso de estudo, percebemos que a teia de relações construída no seio da actividade da Habitat é multifacetada e não uniforme, ou não se tratasse de uma organização com múltiplos tipos de membros, prevalecendo uma avaliação positiva destas relações.

Também no segundo caso de estudo, se evidência uma rede de relações diferenciadas, sendo a avaliação geral positiva, e, salientando-se o carácter humano e pessoal das mesmas, assim como a complementaridade entre alunos e técnicos. Nos momentos de observação participante, podemos presenciar esta relação, de grande proximidade, dando os formadores, atenção a todos os alunos e motivando um clima de respeito mútuo e entreajuda, de trabalho mas também de diversão. No ateliê de jornalismo, notamos a preocupação do formador quanto aos interesses de cada um, e no ateliê de

canto, o cuidado do formador em escutar de perto a voz de cada um, assim como de escolher para primeiro exercício, cantar os nomes de todos os presentes.

No terceiro caso, as relações estabelecidas no âmbito do projecto assumem também diferentes tipos, maioritariamente decorrentes da proximidade geográfica e do conhecimento prévio, ainda que se depreenda uma proximidade geral, algo limitada, aliás, confirmada na observação realizada na 3ª *workshop* do projecto, os participantes não demonstravam proximidade entre si, sendo que apenas quatro das sete pessoas presentes já se conheciam de sessões anteriores. Na mesma *workshop* as técnicas da Animar apelam também aos participantes que utilizem a plataforma virtual criada para o projecto, demonstrando algum pesar pela reduzida adesão manifesta até ali.

Importância das relações

Quanto ao segundo tópico, uma tendência dominante é *a identificação da entreajuda e a cooperação como factor crucial das relações*, *expressa pela maioria das participantes do projecto da Animar,* excepto uma que considera que as relações estabelecidas têm pouca importância (*não houve grande contacto nem há neste momento (XIV*)). Contudo, a primeira tendência, manifestada também por um utente do Espaço t, é expressa das seguintes formas (*isto pode até potenciar parcerias (…) se nós tivermos necessidade de utilização de algum espaço para qualquer acção de formação ou outra coisa qualquer*(X); *aliás, há valências que outras associações têm que nós não temos, e que podemos fazer aqui uma interligação clara para atingir mais outro público(VII); sabemos que no final, são mais parceiros que nós temos e que nos poderão depois servir para fazer outros projectos também noutras áreas(III); transmite sempre o teu lado positivo (…) que ajudas os outros e também te ajudas ... é quase como um espelho...é o que tu 'tás a ver, 'tás-te a ver a ti(II)*). Aqui é fácil perceber que no caso do projecto da Animar, as entrevistadas salientam a importância da cooperação inter-institucional, enquanto o aluno do Espaço t se refere às relações interpessoais de entreajuda. Uma outra aluna do Espaço t não se refere propriamente à entreajuda, mas sim à troca de experiências como grande mais valia das relações criadas (*porque há sempre troca de impressões....como já se apercebeu há pessoas com vários problemas, com várias historias(...)portanto é enriquecedor, até*(XII)). Neste tópico há uma significativa dispersão das opiniões entre os membros do Espaço t, cada um dos técnicos salienta uma dimensão diferente, sendo a primeira, a própria *continuidade das relações* e a segunda, insistindo novamente, no *trabalhar com* as pessoas, enquanto a opinião do fundador se enquadra numa outra categoria.

Outra tendência com a mesma expressão é a identificação da importância com *o apoio prestado pela organização*, *representada por todos os beneficiários da Habitat* e muito associada, na maioria dos casos, à gratidão para com a associação(*que isto não ganha nada com ninguém(…).sem juros sem nada...e não há cá aquela coisa, ei, se não pagar vem o banco em cima de mim e vão-me quilhar! Não há nada disso!(XI); a gente precisa de alguma coisa, se calhar, tão prontos p'ra ajudar (…) no que dizer falta(XIII); p'ra mim são pessoas importantes porque já precisei da ajuda deles...naquela fase que deixei de trabalhar, não é?(…) baixaram-me a prestação e prontos. Já tenho muito que agradecer a eles!(XV); eles a mim foi uma ajuda muito grande que eles me deram!(XVIII)*). Estas representações vêm mais uma vez fortalecer a ideia de que o grande centro gravitacional das relações entre a AHH e as suas famílias é, de facto, a habitação. O que de certa forma pode vir completar a perspectiva de que a inovação social depende da (re)vitalização de relações disfuncionais, com a importância da dimensão material da inclusão social. Neste caso, a habitação, sendo uma necessidade básica inserida nos direitos constitucionais pode funcionar como base para essa revitalização. Portanto, nem sempre o movimento parte do imaterial para o material, nem sempre a inovação social se concentra no estabelecimento de relações, em certos casos, pode partir da introdução de uma mudança significativa nas condições de vida, como catalisador para a integração social e para a realização pessoal dos indivíduos. Aproximamo-nos aqui da teoria de Maslow sobre as necessidades humanas, segundo a qual as necessidades básicas favorecem a realização das necessidades secundárias, longe de defender que as segundas dependam das primeiras, reconhecemos apenas a sua interligação. Assim, para a população-alvo da AHH, das dimensões da qualidade de vida definidas por Alardt, é a mudança nas condições materiais (ter) que funciona como âncora das novas relações estabelecidas (amar) e de novos percursos de vida (ser).

A terceira categoria com maior expressão agrega as representações que apontam a *noção de projecto comum* como a grande mais valia das relações estabelecidas, identificada pelo fundador do Espaço t e pelos técnicos da AHH(*trabalhamos todos pró mm caminho*(V); *dá uma sinergia muito boa (...)aqui há aquela ideia da confiança, da família...(*IX); *há uma motivação muito forte de todos trabalharem para o mesmo fim(I))*. É interessante notar que são membros internos com grande envolvimento nas organizações a demonstrarem esta concepção, pois de certa forma associam o seu próprio projecto de vida à vida da organização. O *bom entendimento entre todos* é outro motivo apresentado também por 3 entrevistados, o fundador e o colaborador da AHH e um aluno do Espaço t (*e graças a Deus que a gente se entende bem! (*VIII); *se não houver uma boa relação entre todos não há um bom funcionamento* (XVI)).

Portanto, no caso da AHH, vimos que a população-alvo reconhece a importância das relações criadas, identificando-a unanimemente com o apoio prestado pela associação.

No caso do Espaço t, vimos que a população-alvo reconhece a importância das relações criadas, identificando-a com a entreajuda, a troca de experiências e o bom entendimento entre todos.

No caso do projecto Igualdade de Género como Exercício de Cidadania, podemos detectar que a grande maioria das entrevistadas considera as relações desenvolvidas ao longo do projecto como importantes, identificando a entreajuda entre instituições como a principal mais-valia das mesmas.

Continuidade das relações

A expressão da *continuidade* das relações demonstra associações directas com o tipo de relação definido pelos entrevistados, assim, a tendência dominante é a afirmação de que *as relações, sendo diferenciadas, têm também continuidades diversas*: a técnica, o colaborador e dois proprietários da AHH sustentam esta afirmação, acrescentando que em alguns tipos de relações dentro da organização, não existe continuidade, nomeadamente entre famílias e membros da direcção (*Com a direcção, não há continuidade de relações com as famílias(V); contacto que tenha mantido ...a x*[18] *(staff)...ou isso, de resto…(XV); num mantemos porque...são pessoas que estão fora do país(…)à Habitat vou lá uma vez por mês(XIII)*). Ainda dentro desta categoria mas sem referirem a existência de relações com total descontinuidade, está um participante do projecto da Animar e um aluno do Espaço t (nós temos nos relacionado mais com a AJDeão *não temos grande relação com mais...a não ser nos workshops(VII); são sempre as mesmas pessoas, temos pessoas diárias, outras…(XVII)*). Expressando *alguma descontinuidade* nas relações, encontramos um proprietário Habitat, referindo-se exclusivamente à relação de um elemento do staff com os moradores(*antigamente a x vinha cá e fazia actividades com as crianças aqui(…)mas às vezes, o pessoal não tinha camaradagem, união (…) e ela(…)foi-se desligando mais um bocado(XI)). Alguma descontinuidade* é detectada também pela participante do projecto da Animar que havia definido as relações como incipientes e de pouca importância, tendo assim uma afirmação coerente(*pelo menos eu falo por mim...não houve muito, se houver alguma coisa é no Porto mesmo* (XIV)). Passando a explicar, esta entrevistada pertence à filial em Braga de uma cooperativa com sede no Porto, o facto de outra técnica da sede da instituição estar também a participar neste projecto, pode resultar no afastamento desta entrevistada.

Uma tendência entre membros do Espaço t, unindo dois alunos e a técnica, é a defesa de que *a amizade presente nas relações supera as descontinuidades (alguns começam a*

[18] Nome omitido

trabalhar, alguns às vezes ainda vêm cá(…)e é uma alegria olhar para eles(VI); ontem(…) voltou um colega que já não vinha há dois meses foi como um dia depois do outro, acordar e vê-lo aqui!(II); eu no inicio não frequentava tanto como frequento agora (…) claro que há pessoas a quem acabo por me ligar mais e há maior apoio entre nós(XII)). Aqui, é interessante notar que estes três entrevistados mencionam o *trabalhar com* como motor da actividade da organização, e quando pensam na continuidade das relações vêm um bocadinho para além da frequência dos contactos. Na afirmação da técnica (VI), podemos perceber que a sua definição de relação profissional técnico-utente (expressa em *tipo de relações*) não invalida a proximidade própria das *relações humanas* defendidas pelo outro técnico(IV). Curioso constatar que os três entrevistados que aqui salientam o lado emocional das relações, sublinhem acima a diferenciação da relação técnico-utente, (ainda que aqui, apenas a técnica se refira a essa relação).

Os dois fundadores entrevistados convergem neste tópico, *associando a continuidade à agilidade do trabalho*, a posição de fundador permite talvez uma maior capacidade prospectiva, que por esse motivo à questão da continuidade associem o longo e não o curto-médio prazo como os restantes membros(*mas como somos os mesmos, praticamente, fazemos a mesma leitura dos problemas e é fácil de resolver*(VIII); *nós conseguimos manter a dinâmica toda e manter os resultados*(IX)). Aqui podemos abrir um pequeno parêntesis à questão da liderança, desempenhada por estes dois fundadores, de modo bastante distinto: um deles, quase diariamente presente na associação, presidente da direcção e ao mesmo tempo director executivo da instituição; o outro, presidente de uma direcção composta por voluntários, e por isso, menos presente no dia-a-dia da organização; um deles, técnico envolvido num projecto relacionado com a sua área de formação – a saúde; o outro representando este papel como cidadão preocupado com a sua responsabilidade social (*é a minha quota parte na responsabilidade social, mais nada* (VIII)); este afirmando a ausência de interesse pessoal (*Para mim mesmo, não é nada…em termos de interesse pessoal*(VIII) e o primeiro verificando a forte identificação do projecto com a sua pessoa(*eu acho que a partir daí o espaço t passou a ser não o meu emprego, mas sim a minha grande paixão de vida, o meu projecto de vida(IX).* Com perfis completamente diferentes e de gerações distintas, os dois convergem na vontade de agir, de implicar mudança na vida de outras pessoas (*E eu penso que aquilo que mais me afectou a minha vida pessoal, é de facto de provar a mim mesmo que isso é verdade: 'Não consigo!', não existe! Porque a gente consegue....Resta ver que quantidade de energia se põe para conseguir(…)como eles aprovaram, comecei a pensar, não fazia só uma, fazia mais...e como já conhecia outra família que também precisava, fui prá frente! (VIII); pensei em criar um projecto de raiz, autónomo, em que pudesse de alguma maneira ver o doente não como doente mas como pessoa(…)Eu acho que se tivesse a falar de, sei lá, 'eu quero criar o caminho virtual p'ra lua', aí 'tava a ser utópico (…) Agora eu 'tou a falar de coisas muito concretas: criar medidas para que não haja droga. Claro que isso ia mexer muito na economia dos países, não é? Mas não é impossível, não é? Tudo isto são conceitos*

utópicos, mas são utópicos porque queremos que sejam utópicos, não é? (…) *a própria utopia é utopia enquanto nós não quisermos que deixe de ser utopia, não é?(*IX)). Estes líderes pela sua perseverança e atitude proactiva são as figuras inspiradoras que refere Moore, necessárias a qualquer rede de inovação social.

Dos restantes três entrevistados, o técnico do Espaço t e a restante participante da Animar seguem relativamente à continuidade linhas de raciocínio próximas às que expressaram quanto ao tipo de relações, o primeiro de que a *continuidade favorece a evolução dos utentes*(*numa pessoa que 'tá connosco 10 anos, nós vemos a evolução*(IV); a segunda de que *a proximidade geográfica determina a continuidade das relações*(*agora (…)a 2ª fase do projecto que é trabalho mais forte e que também activa a nossa capacidade de divulgação (…) vai nos obrigar a trabalhar em conjunto estas 3 entidades, aqui, em Viana do Castelo*(III)). O terceiro e último entrevistado é o técnico da AHH que centra a sua reflexão sobre a continuidade no momento específico que a organização está a vivenciar(*está relativamente estável, o que é bom, mas também pode criar um bocado de conformismo, o que não é bom, portanto, penso também é importante haver sangue novo(I)*).

Assim, no caso da AHH, a continuidade das relações é vista como apenas presente nas relações entre população-alvo e elementos do staff.

No caso do Espaço t, ainda que os membros reconheçam algumas descontinuidades nas relações, defendem que a amizade consegue supera-las, salientando a profundidade dos laços ali criados.

No caso do projecto Igualdade de Género como Exercício de Cidadania, a continuidade das mesmas é apresentada como limitada por factores como a proximidade geográfica, o reduzido inter-conhecimento prévio entre instituições, e, dada como resultante do carácter condicionado dos momentos de interacção que a própria dinâmica do projecto implica (*tem sido um bocadinho confuso porque 'tamos a trabalhar duma forma muito faseada(...)devia haver um acompanhamento mais sério, as coisas deviam ser feitas duma vez só p'ra não permitir dispersões...depois as pessoas esquecem-se, não é?*(X)) e que as limitações das próprias organizações impõem(*neste momento as coisas 'tão muito mais viradas p'ra outras questões, nomeadamente monetárias(...)quer se queira quer não, isto gera a nossa vida(...)portanto, não vale a pena 'tarmos a pensar(…) só no bem-estar e nas questões da igualdade, quando na verdade há outras questões de raiz, que é...a oportunidade de abrir projectos, que é…haver ou não projectos para nos candidatarmos(…) acaba por nos absorver das outras coisas*(VII)). A observação realizada na 3ª *workshop* do projecto vem confirmar estas representações, visto que várias organizações se ausentaram, assim como, duas das que compareceram se fizeram representar por técnicos diferentes dos presentes em sessões anteriores.

Grau de interacção entre população-alvo e restantes membros

Quanto ao grau de interacção da população-alvo com os restantes membros, mais uma vez encontramos coerência nas opiniões expressas, cinco dos entrevistados que haviam identificado a diversidade de relações no seio das organizações, consideram também que *esta diversidade determina graus diferenciados de interacção entre a população-alvo e outros membros da organização* (*com os voluntários internacionais, há uma quebra de gelo inicial, porque a barreira língua é muito importante…com os voluntários locais há muito mais interacção porque há maior facilidade (…)depende do número de dias de trabalho em conjunto(…) com a comissão de famílias, há uma ligação forte, falam várias vezes, com o resto das comissões não, não há uma ligação forte, não há uma interacção* (I); *se tiverem algum problema vêm cá, porque têm aqui uma porta sempre aberta, no departamento das famílias, não é?(*V); *Em tempos nós quisemos envolver muito os voluntários com as famílias, são pessoas muito diferentes, de categorias sociais muito diferentes(…) depois, quando eles regressam (…) nós não conseguimos manter essa relação de amizade pessoal(VIII); nós aqui priorizamos também é de alguma maneira a espontaneidade, não é? embora, tenha que haver uma organização de procedimentos(…) isso é mais prós técnicos(...)se me pedem para falar, não têm hora marcada e entram(IX); aaa ... com os técnicos, bem eu... de perto conheço o Dr. Delfino, ou inclui também os formadores...?(XII)).* Curiosamente, aqui voltam a encontrar-se as percepções dos dois fundadores, juntamente com a de uma aluna do Espaço t. A representação expressa por outro aluno e pelo técnico do Espaço t, vem justificar esta diferenciação de graus de interacção pelas *relações pessoais* estabelecidas (*E não quer dizer que haja aqui privilegiados, não há! Há é utentes que estão mais diariamente connosco*(IV); *também há afinidades com eles (técnicos), há aqueles com quem a gente simpatiza mais...isso é verdade*(II)). Uma justificação de ordem totalmente diferente para a diferenciação de graus de interacção é avançada por uma participante do projecto da Animar – *a proximidade geográfica* - coincidindo com a opinião que já havia manifestado relativamente ao tipo de relações e à continuidade das mesmas. Aqui, podemos interpretar esta concepção como inerente à própria dinâmica do projecto em questão, que envolve entidades de diferentes distritos da Região Norte, mas também, não deixa de ser revelador que esta entrevistada, cuja organização participante no projecto opera numa pequena freguesia do distrito de Viana, seja aquela que mais insiste na importância dos constrangimentos geográficos.

Em seguida, temos dois extremos:

i) *a ideia de que a interacção é limitada no geral pela própria dinâmica da organização/projecto*, sobretudo representado pela AHH, com o colaborador e dois proprietários, mas também defendida por duas das participantes do projecto da Animar(*pelo tempo que lá paro...é só pagar a renda que de resto(XV);*

vou lá uma vez por mês fazer o pagamento e(…) de vez em quando é que passam aqui, fazem uma visita e.. pronto(XIII); Não, as famílias não têm envolvimento nenhum com a associação a não ser na construção…(XVI); isto tem um problema, é o problema do espaço de tempo...a 1ªworkshop acontece hoje, depois a 2ª acontece passado muito tempo(…)depois existe outro problema(…)que é as associações têm se feito representar por técnicos distintos...(X)); fora isto, não temos grande relação com mais...a não ser nos workshops, os momentos de partilha que vamos tendo(…)mas não criamos propriamente relações de parceria(VII)). Claramente, no caso Habitat as relações são sobretudo criadas em torno da construção, facto pelo qual o grau de interacção dos proprietários com os restantes membros, uma vez construída a sua casa, se vê diminuído. Contudo, não deixa de ser revelador que nenhum membro interno se inclua nesta categoria. No caso da Animar, de facto, a periodicidade descontínua das workshops pode limitar o grau de interacção entre os membros das organizações participantes.

ii) *a noção de que há uma grande proximidade geral* expressa pela técnica e por um utente do Espaço t, assim como por uma proprietária da AHH(*E mesmo com o Dr. Jorge que é o presidente, eles têm abertura suficiente para a qualquer altura ir falar com ele(VI)*; *dou-me, dou-me bem(…)'tou contente!(XVII); e cada grupo que vinha, eu conhecia-os todos(…)com a Filipa e o João(…)ainda estes dias tive com ela, ali, 'tou sempre com ela, aliás 'tou sempre com eles(XVIII)*).Esta técnica defendeu já o *trabalhar com* como motor da organização, insistiu neste princípio como motivo da importância das próprias relações, assumiu que a força das relações consegue superar as descontinuidades, portanto, a sua defesa de uma proximidade geral é coerente. Faz-nos compreender, novamente, que a diferenciação de relações e, em particular, a distinção entre técnico e utente se refere apenas a questões funcionais, que não interferem na intensidade das relações humanas. Mais uma vez, esta é a proprietária mais recente entre os entrevistados, podendo a maior proximidade manifesta corresponder a um primeiro período de maior contacto com a associação. Seria necessária, contudo, uma análise longitudinal para compreender devidamente estas dinâmicas.

Entre estes extremos, estão uma participante do projecto da Animar e um proprietário da AHH, que definem o grau de interacção como *algo limitado de forma geral,* mas sem especificarem os motivos(*interacção com as outras instituições...e com as pessoas das outras instituições, pelo menos eu falo por mim...não houve muito(XIV); podia ser mais, mais...mais chegada, não é? mas pronto...(XI)*). Novamente, os entrevistados demonstram coerência nos seus discursos, visto que esta é a participante do projecto da Animar que manifesta a opinião menos positiva quanto ao estabelecimento de relações entre as organizações participantes. E, por seu turno, este proprietário da Habitat manifesta pesar pela quebra de continuidade do relacionamento da AHH com os moradores do seu bairro.

Então, no caso da AHH, vemos que o grau de interacção é diminuído pela menor frequência de contactos após a construção das suas casas.

No caso do Espaço t, percebemos que há diferentes graus de interacção, de acordo com os papéis representados e também devido ao carácter pessoal destas relações.

No caso do projecto Igualdade de Género como Exercício de Cidadania, vemos que o grau de interacção é algo limitado devido à própria dinâmica do projecto, como confirma a observação realizada na 3ª workshop do projecto, onde a interacção ao longo da sessão não foi significativa para além da imposta pela sua própria dinâmica.

Evolução da população-alvo

No que respeita à *evolução da população-alvo ao longo do tempo*, a população-alvo da AHH e do Espaço t é unânime em caracteriza-la como *muito positiva*, associando-lhe os primeiros, *a melhoria das condições de vida*, um deles *o aumento de auto-estima*, outra *a criação de relações interpessoais* e outro *a recuperação de dependências* (a *antiga casa não tinha condições pró Sr. Custódio...ele só se movimentava entre a cozinha e o quarto... e agora, movimenta-se na casa toda*(XIII(…);*incentiva, incentiva a pessoa, claro que sim, incentiva bastante! ninguém é inútil. nem que seja transportar o martelo pela boca...não é?*(XI); *faz agora no domingo oito anos...nunca mais bebi nada. Ter a casa conservada, os filhos terem o colégio ali, tudo à beira, foi uma coisa que me ajudou muito (…)comecei a pensar noutra vida*(XV); *claro! fiquei com uma casa nova! e conheci pessoas de fora...que me ajudaram a construir a casa(…) nunca me hei-de esquecer o que eles fizeram!(*XVIII)). E, os segundos *a melhoria das condições de saúde e a alteração de comportamentos e atitudes*(*mudei muito, era muito inibido, quase não falava, era muito pessimista. diminui os rituais*(II); *já da ultima vez que tive no psiquiatra ele disse que eu estava bastante melhor... penso que o Espaço t me ajudou muito nessa melhoria(...) porque comecei a sair mais de casa(…) a falar mais(...)deixar um bocado os problemas, não 'tar sempre a pensar nas coisas como eu fazia (*XII); *sinto-me melhor…(*XVII)). Aqui, percebemos a clara associação entre a evolução vivenciada pela população-alvo e a principal dimensão de trabalho das organizações em causa. Ainda que no caso da AHH a evolução siga direcções não directamente associadas à habitação, como *a criação de relações interpessoais* e outro *a recuperação de dependências*, o que é uma manifestação de resultados indirectos, demonstrando o *alcance* da acção da organização. E também no caso do Espaço t a população-alvo refira dimensões não apenas relacionadas com o bem-estar, mas com o seu estilo de vida.

Já, a população-alvo do projecto da Animar tende a considerar a evolução como organizacionalmente positiva (*assim, vamos ter que trabalhar em conjunto (…)pra'lém dos formulários que tiveram que ser preenchidos em conjunto, também o próprio plano tem que*

ser elaborado em conjunto(X); é verdade que falamos muito mais de igualdade de género desde que 'tamos no projecto, é verdade, 'tamos muito mais conscientes das coisas que (…) há p'a trabalhar(VII); está a mudar, nesse sentido, de regulamentar os procedimentos(III)), mesmo a entrevistada XIV que considera que o projecto não teve qualquer influência relevante na sua vida, nem na sua organização(*Não mudou absolutamente nada*(XIV)), acaba por encontrar um ponto, potencialmente positivo, da participação no projecto, para a evolução da sua organização (*há outros aspectos que falamos na última formação, como a flexibilidade de horários, coisas que podem ser ajustadas para o bem estar de todos os funcionários da ATLAS*(XIV)). Como vemos, a evolução desta população-alvo está directamente relacionada com a temática do projecto em análise.

Quanto aos membros internos dos dois primeiros casos de estudo são quase unânimes em afirmar que *a evolução tem sido geralmente positiva*, à excepção do fundador da AHH que considera que não tem havido um padrão típico de evolução das famílias Habitat(*há famílias que melhoraram imenso o estilo de vida depois da casa.... não há digamos, uma rotina(...)as pessoas passam por fases e depois reconsideram*(VIII)). A já mencionada menor intensidade de interacção entre a população-alvo e a direcção desta organização poderá ser o motivo para a percepção distinta do seu presidente. Motivo idêntico poderá motivar a percepção do colaborador da Habitat que considera que evolução da população-alvo ao longo do tempo é pouco significativa no que diz respeito ao seu relacionamento com a associação (*eu acho que as famílias (…) ficam com a sua casa feita e depois esquecem a associação. Em geral.*(XVI)). Os técnicos da AHH salientam o *alargamento das perspectivas de futuro e a abertura das mentalidades*, sobretudo das crianças envolvidas(*Vês os miúdos empenhados, e falo por mim que os vi desde pequenininhos, não é? (…)não largaram a escola, o que há uns anos atrás era a primeira coisa que queriam, 'faço o 6º ano e vou'! (…)hoje vês que andam em cursos profissionais, (…) estão empenhados em ser alguém mais na vida*(V); *Algumas famílias evoluíram, há outras que nem tanto…mas no geral, as famílias, abrem-se mais*(I)).

Como resulta óbvio, os membros do Espaço t salientam a *melhoria de saúde, de auto-estima e autonomia*(*cada vez 'tão mais críticos, 'tão mais conscientes dos seus direitos, dos seus deveres, sabem o que querem(…)E cada vez (…) exigem mais do Espaço t, o que também é bom, não é?(IX)*; *diminuem a medicação, começam a cuidar mais delas, ficam com a auto-estima melhorada, não têm tantas depressões(VI); As pessoas chegam cá institucionalizadas e depois são mais autónomos, fazem teatro, vão aqui, vão ali…* (IV)). Da afirmação do fundador(IX) surge uma ponte para a anterior expressão do critério de ressonância por um dos alunos (II), o primeiro percebe que a evolução dos alunos, os leva a exigir mais da organização, e o segundo detecta que é a evolução dos alunos nesse sentido que faz mover o próprio Espaço t. Assim estamos perante um encontro de representações simbiótico que simboliza a efectividade da aplicação do princípio de *trabalhar com as*

pessoas. Contrapondo as afirmações dos proprietários e dos alunos com os respectivos interactores, facilmente percebemos que há maior sobreposição no caso do Espaço t.

Então, no primeiro caso, os proprietários perspectivam a sua própria evolução como muito positiva, e não a associam apenas com o factor habitação, o que é importante em termos de percepção da importância do contacto com esta associação no seu estilo de vida e modo de pensar, provas do alcance da iniciativa inovadora. As representações demonstradas como o aumento de auto-estima (*ninguém é inútil*(XI), a criação de relações interpessoais (*e conheci pessoas de fora(…) nunca me hei-de esquecer o que eles fizeram!(*XVIII) e a recuperação de dependências (*comecei a pensar noutra vida*…(XV)) poderão levar-nos a induzir algum impacto, ainda que intangível, na inclusão social desta população. Vejamos, a participação na construção da própria casa de um indivíduo com uma deficiência física, leva-o a pensar que *não é inútil* (*nem que seja a transportar o martelo na boca, não é?* (XI)), uma casa condigna facilita a recuperação de outro indivíduo que sobre novos alicerces constrói uma nova vida, a construção da sua casa permite a outra proprietária o contacto com pessoas nacionais e estrangeiras que nunca mais esquecerá. Esta última revela, sem dúvida, uma ampliação de representações e o impacto do contacto com interactores não familiares. As três vertentes poderão construir caminhos para uma auto-representação mais capaz, mais saudável, e mais conhecedora do mundo, e estas por sua vez, constituem possibilidades para a inclusão social.

No segundo caso, os alunos perspectivam a sua evolução de forma muito positiva, salientando a melhoria de bem-estar, de condições de saúde, de auto-estima, assim como a alteração de atitudes e comportamentos (*porque eu metia-me muito em casa. comecei a sair mais, falar mais(…)deixar um bocado os problemas(…)de alguma forma fizeram-me acreditar um bocadinho mais em mim...e que apesar de estar deprimida...posso...há coisas em mim que posso desenvolver...e portanto...talvez me tenha dado mais auto-estima, é um bocado isso....e feito ver que...mesmo deprimida, eu posso, sei lá..posso começar a pintar....ou posso continuar a escrever, porque já escrevia* (XII); *porque estava numa associação que me lembrava também que era mais doente e aqui achei ..que eu, era um doente mas útil, doente activo*(II)), verificamos aqui, o exercício da autonomia e a melhoria da auto-estima identificada pelos restantes membros da organização. Ora, esta evolução evidencia caminhos que podem favorecer a inclusão social dos indivíduos em questão: se o doente se sente activo, se percebe os comportamentos que podem ajuda-lo a sentir-se melhor, se acredita mais em si mesmo e nas suas capacidades independentemente da doença(*até não é a doença que é importante, mas a pessoa*(II)), parece evidente que a sua trajectória será a de um indivíduo mais satisfeito, mais interessado, mais aberto(*com uma atitude mais positiva com relação a mim próprio e com relação aos outros*(II); *há pessoas com vários problemas, com várias historias, com vários modos de vida...portanto é enriquecedor, até*(XII)), e logo, sentir-se-á socialmente mais incluído.

No terceiro caso de estudo, a evolução descrita pelas participantes é maioritariamente definida como organizacionalmente positiva, o que nos indica que a participação no projecto terá efeitos positivos na sua organização (*não quer dizer que nas relações entre os associados e entre os voluntários não possam haver desigualdades, não é? nós, na prática(…) acho que temos sabido superar essas questões... mas, não temos nada escrito, nem como missão, nem como valor...não tínhamos nada disso e portanto 'tamos a ganhar essa consciência, talvez seja importante colocar isso no papel*(III); *despertou-nos p'ra problemática, deixou-nos curiosas p'ra estudar mais sobre isso e para alem disso para criar(...) um plano p'ra igualdade e trabalhar as questões da igualdade também com a nossa população*(X); *assim, vamos ter que trabalhar em conjunto*(…)(X); *'tamos muito mais conscientes das coisas que (…) há p'a trabalhar(VII)*).

Efeitos das relações na população-alvo (perspectiva dos interactores)

Passando agora para *os efeitos percepcionados das relações na população-alvo*, notamos que os membros internos da AHH são unânimes em apontar a *mudança de mentalidades* e a *abertura de perspectivas de futuro,* salientado também um deles *o aumento de auto-estima* (*estas crianças (…)são pessoas que vão ter outra maneira de ser*(VIII); *sabemos de meninos que 'tavam no 5º ano e não queriam estudar mais e agora tão no 9º ano e no 10º...e querem continuar*(V); *a relação de confiança que nós temos com eles(…)o facto de alguém os ter apoiado, de (…)ter acreditado neles, para eles é muito importante em termos de auto-estima*(…) *e tem um efeito de longo prazo com as crianças(...)muitas delas que lidaram com os voluntários estrangeiros, penso que irá ter um efeito a longo prazo(…) importante, porque vão ter uma mentalidade diferente*(I)). O colaborador da AHH salienta a *melhoria das condições de vida* como efeito mais visível (*mudaram de vida, devido a ter uma casa nova, agora, em relação à associação, não os vejo vir participar noutros projectos, não os vejo vir ajudar outras pessoas*(XVI)). Novamente, o grau de informação sobre as famílias após construção será o motivo para esta divergência de opiniões, contudo, a afirmação do colaborador quanto à participação das famílias noutras obras corresponde à realidade na grande maioria dos casos. E a melhoria das condições de vida é de facto evidenciada nas representações da população-alvo quanto à sua própria evolução, mas, também o é, o aumento de auto-estima identificado por um dos técnicos, assim como outros aspectos não percepcionados pelos interactores. Concluindo, as representações dos membros internos da organização, ainda que não coincidam com as representações demonstradas pelos proprietários, vão também no sentido de evidenciar o potencial impacto na inclusão social da população-alvo.

No caso do Espaço t, um dos técnicos e o fundador salientam *o aumento de autonomia e a criação das próprias estratégias e de grupos de referência* (*perceberam que nós vamos fechar mas não os abandonamos e organizaram-se entre eles e é isso que nós pretendemos*(IV)(relativamente ao fecho para balanço em Agosto); *eles (…) saem ao fim do dia uns com os outros, ou seja, criam grupos de referência fora do espaço t e esses grupos foram criados dentro do Espaço t*(IX)); enquanto a outra técnica sublinha *a quebra do isolamento(As actividades acabam por quebrar este isolamento social que eles têm*(VI)). Portanto, estas representações vão de encontro às afirmações dos utentes, e ambas indicam o potencial impacto na inclusão social da população-alvo.

Percepção do Problema pela População-alvo

A percepção do problema pela população-alvo, no caso dos proprietários da AHH é dominada pela *defesa de maior cooperação entre o Estado e as OTS's*(*eu acho que o governo devia ajudar estas associações*(XI); *o Estado podia ajudar mais estas associações*(XIII); *o Estado não dar a estas associações, é uma coisa que anda a fazer mal! dão ajuda p'a muita coisa que não necessitava e pr'ali que necessita não dão!*(XV), uma delas referindo também a importância do exercício de responsabilidade social das empresas(*O Estado devia ajudar esta acção comunitária da Habitat!(…) e até empresas...que têm mais possibilidades e tudo, deviam ajudar as pessoas, não é?*(XVIII)). Esta revelação da forte consciência da importância das OTS's e portanto, da cooperação do Estado, e mesmo das empresas com estas organizações, demonstra alguma abertura de perspectivas quanto à resolução dos problemas sociais e aos agentes implicados no desenvolvimento que são por ela responsáveis. E voltaremos a encontrar esta percepção, mais à frente no tópico sobre a cooperação intersectorial, o que vem mais uma vez salientar o trabalho em rede como pilar mais visível da AHH, nomeadamente, entre a sua população-alvo. Contudo, seria necessária uma análise longitudinal para perceber até que ponto, estas representações são impulsionadas pelo contacto com a AHH, ou se já eram defendidas anteriormente. O que só seria possível se o horizonte temporal deste estudo nos permitisse acompanhar as famílias enquanto candidatas, e posteriormente, enquanto proprietárias Habitat.

Concluindo, pelo alcance da iniciativa inovadora demonstrado nos discursos analisados, neste primeiro caso, podemos confirmar a hipótese de que as interacções entre a população-alvo e os diversos membros da organização, incluindo membros externos como voluntários locais e internacionais, não só tornaram possível uma mudança significativa nas suas vidas, a nível material, como ampliaram as suas representações, favorecendo a sua inclusão social.

Entre os alunos do Espaço t, um deles não demonstra percepção do problema, os outros dois tendem a *reivindicar uma mudança no tratamento prestado aos doentes mentais*, uma delas centrando-se nos cuidados de saúde mental e o outro referindo-se ao sistema de saúde, em geral. Ambos manifestam ainda ter consciência do papel do Espaço t como agente de mudança, o que vai de encontro ao efeito percepcionado de aumento do espírito crítico mencionado acima (*lá fora, se tratassem as pessoas com doenças psiquiátricas como tratam aqui seria muito melhor(...) porque eu acho que (…) os médicos lá fora, (…) na publica, acabam por (…) pôr um bocadinho o doente na prateleira e não o motivam tanto pr'a sair daquele estado. pronto, fica rotulado, tem 1 neurose tal, tal, tal. E pronto, 'agora trato daquilo', dão-lhe medicamentos e ...a partir daí, desenvolver como pessoa, não o fazem!(*XII); *até não é a doença que é importante, mas a pessoa(…)sempre que alegava que andava em psiquiatria, elas mudam logo de comportamento e diziam logo que eu tinha de pensar bem e que tinham doentes sérios. Sérios! Como se aquilo fosse uma brincadeira! Eu tenho um problema sério...eu uma vez tive de tirar uma pedra da bexiga e eles não acreditavam! (…)Eu acho que é benéfico para a saúde haver um Espaço t, e que acolhe pessoas seja que problema tiverem… porque eles (hospitais) pensam 'bem se há um espaço pr'ós acolher talvez nós também possamos dar o nosso contributo' que assim os dois quase ficam num, unimos as partes...e assim, melhora-se*(II)). A forte crítica ao sistema de saúde, nomeadamente, aos cuidados prestados aos doentes mentais (*lá fora, se tratassem as pessoas com doenças psiquiátricas como tratam aqui seria muito melhor*(XII); *eu acho que é benéfico para a saúde haver um Espaço t, que acolhe pessoas seja que problema tiverem...(…) 'bem se há um espaço prós acolher talvez nós também possamos dar o nosso contributo' (…)que assim(…)unimos as partes...e assim melhora-se*(II) é, como já foi dito acima, prova da capacidade crítica destes alunos. Mas também revela, no primeiro caso, a consciência da necessidade de mudança de paradigma no tratamento da dimensão social em questão, o que vai de encontro aos próprios princípios estruturais desta organização. E no segundo caso, a percepção das responsabilidades dos vários agentes implicados na melhoria do Bem-estar social, e, em última análise, no desenvolvimento. Contudo, seria necessária uma análise longitudinal para perceber até que ponto, estas representações são impulsionadas pelo contacto com o Espaço t, ou se já eram defendidas anteriormente. Por limitações temporais do estudo, foi impossível entrevistar os mesmos alunos na sua fase de entrada no Espaço, e numa fase posterior.

Em suma, pela centralidade das interacções criadas no âmbito do trabalho desta organização, pela escala das mesmas e pelo alcance demonstrado nos discursos, podemos confirmar que surtem efeitos ampliadores das representações da população-alvo, nomeadamente das suas auto-representações, podendo favorecer a sua inclusão social.

As participantes do projecto da Animar são unânimes em definir a problemática da Igualdade de Género como um *problema cultural e educacional* (*também deve passar*

p'la educação, nas escolas através da cidadania…porque cidadania não é só fazer bem ao outro, no sentido de ajudar a velhinha a atravessar a rua...não é?(VII); *acho que isto tem que passar mesmo por uma questão educacional e cultural, só quando isto estiver bem incutido é que aí não iríamos ter problemas(…) e também as entidades patronais e nós todos compreendermos que a Igualdade de Género é uma mais valia na própria gestão de uma empresa. também vimos na formação, que quando um trabalhador está satisfeito, quando vê os seus problemas bem equacionados pela entidade patronal, está mais feliz, está feliz, veste a camisola, e está mais capaz de dar...se estiver mal, vai criar conflitos...não há paz de espírito p'ra trabalhar(*III)*; isto vai muito pr'alem da legislação é uma questão cultural*(X); *se calhar passava por um bocadinho de formação naqueles pontos mais críticos, com (…) aquele público-alvo que mais faça sentido fazer*(XIV)). Revelando consciência da necessidade do projecto(*este projecto é fundamental e ainda bem que surgiu* (…) *porque(…) acho que a maioria das pessoas está adormecida p'ras questões da igualdade de género, a maioria* (X); *em termos de desenvolvimento social e pessoal é muito importante que esta questão seja abordada*(III)). Assim como, evidenciando os efeitos do mesmo na sua reflexão e conhecimento sobre a temática(*há muito esta questão de que a igualdade de género é a revolta das feministas(…) claro que quanto mais vamos aprofundando a temática, mais conseguimos ter nós consciência que não é uma questão de ser feminista ou não ser feminista*(VII); *é mesmo pela questão educacional!*; *aprendi bastante…sobre a lei da parentalidade, por ex*.(XIV)).

Contudo, não são especificamente as relações criadas ou as interacções vivenciadas ao longo do projecto que são postas em destaque, mas sim, o trabalho da própria temática do projecto, que é, afinal, o seu principal foco. Portanto, confirma-se que este projecto poderá potenciar um trabalho social mais inclusivo e efectivo no âmbito desta temática, contudo este resultado não é directamente provocado pelas relações ou pelas interacções, mas sim pela formação/acção desenvolvida. Assim, para o terceiro caso de estudo, refuta-se a hipótese de que a interacção entre OTS's que trabalham diferentes problemáticas, em diferentes localidades e distritos da Região Norte, favoreça a ampliação das suas representações, no sentido de potenciar um trabalho social inclusivo e mais efectivo.

DIMENSÃO CÍVICA

Ao objectivo de analisar as representações sobre o voluntariado pelos voluntários, membros internos e externos e populações-alvo, de forma a compreender a sua importância na construção da perspectiva de cada actor sobre o papel do indivíduo na sociedade, corresponde a hipótese de que as experiências de voluntariado afectam não só as representações dos voluntários, como dos membros internos e da população-alvo sobre o papel do indivíduo na sociedade.

Importa aqui ressalvar que para o projecto Igualdade de Género como Exercício de Cidadania, este objectivo teve que ser adaptado, assim, com o intuito de perceber o efeito da cooperação intersectorial na percepção do papel do terceiro sector como promotor da cidadania, analisaremos, mais abaixo, a relação entre os papéis atribuídos ao cidadão e ao terceiro sector, e, a importância dada à colaboração voluntária em projectos intrasectoriais pelas participantes. A este objectivo, corresponde a hipótese de que as experiências de cooperação entre OTS's favorecem o reconhecimento interno do papel do terceiro sector na promoção da cidadania.

Neste eixo, atentamos: i) na *avaliação do trabalho voluntário/com os voluntários;* ii) *nos motivos percepcionados do voluntariado/colaboração voluntária*; iii) *na expressão de vontade em fazer voluntariado*; iv) *na mudança de estilo de vida associada à experiência com/como voluntários; v) na concepção do papel de cidadão; vi) na constância desta última opinião.*

Avaliação do trabalho voluntário/com os voluntários

Assim, no primeiro ponto, percebemos claramente a clivagem entre os entrevistados da AHH, que unanimemente *avaliam o trabalho com os voluntários ou a sua experiência voluntária* (no caso do fundador) *como muito positiva* (*a toda a hora tu 'tás a aprender e com vontade de tu própria ser voluntária noutros sítios*(V); *é fantástico! Além de ser muito gratificante, porque eles vêm pr'a cá de coração aberto e normalmente têm um espírito completamente diferente do normal*(I); *potente! (grande sorriso), (risos) foi, foi...a sério!(*XI); *andamos lá a fazer as paredes(...) e aquilo dava pr'a gente se divertir e dava pr'a rir 1 bocado, não é?*(XV)); *Para mim, é um prazer mesmo. Sinto-me realizado porque gosto de ensinar e vejo que da maneira que eu ensino eles também aprendem*(XVI)). O papel central do voluntariado no dia-a-dia desta associação reflecte-se nestas respostas, podendo entender-se em alguns discursos que a figura mais presente quando falam em voluntariado é a do voluntário internacional. Entre os dois outros casos de estudo,

apenas o fundador do Espaço t manifesta percepção idêntica da sua experiência inicial como voluntário.

Os voluntários internacionais são unânimes em classificar a sua experiência como enriquecedora, opinião muito similar manifestam os voluntários locais contactados em entrevistas exploratórias. Nos momentos de observação participante, presenciamos nos grupos de jovens, sobretudo o entusiasmo, no primeiro grupo(Associação Envivo) uma grande proximidade entre todos e a vontade de comunicar com os trabalhadores da Mota Engil e a família; o segundo grupo (St Julian's School), manifestou a percepção do programa como um programa de férias (*Estar sem escola uma semana e vir prá'qui são férias!*(A)) e um grande gosto em aprender o trabalho (*É mais fácil do que pensava! P'ró ano somos prós!*(B)), não estando a família presente nesse dia. No grupo Global Village, constituído por pessoas de várias faixas etárias, mas com maior representação de indivíduos acima dos 40 anos de idade, presenciamos um forte espírito de voluntariado, a entrega ao trabalho, a vontade de conhecer a família e a comunidade e a simpatia na oferta de brinquedos a crianças da mesma. As palavras de um dos membros da equipa no início do último dia de trabalho (*Courage doesn't allways roar! Courage is sometimes just a tinny voice that tells you to go on, try again, one more day*(6) demonstram a determinação e o espírito de voluntariado, enquanto, as advertências da líder expressam a sua preocupação com equipa (*Remember as you move around here, remember that your body is exhausted and that safety is our first priority*(G).

No caso do Espaço t, entre a população-alvo, um dos utentes acumula os papéis de aluno e de voluntário na instituição, e a avaliação do voluntariado varia de *positiva,* ainda que um dos alunos aproxime a figura de voluntário à de estagiário (*quer voluntários quer estagiários tirei sempre o benefício do que me era dado*(II); *estou contente porque...achei que nunca entrava pr'a esta casa como voluntário e agora estou como voluntário aqui nesta casa*(XVII); a *pouco consistente*(*há uns meses largos conheci uns voluntários(…)sei que (…)organizaram algumas coisas....mas não me lembro de ver aqui muitos voluntários*(XII)). Os dois técnicos manifestam uma avaliação *pouco positiva* do trabalho com voluntários, centrando-se na dificuldade em gerir o trabalho voluntário (*nós temos muito cuidado com as pessoas que vêm fazer voluntariado aqui no espaço t...voluntários assim, organizados e com tudo definido, tudo bem* (…) *Mas há um problema nos voluntários, é que ser-se voluntário aqui em Portugal implica alguma desresponsabilidade, isto é: eu sou voluntário, mas eu posso faltar quando quero, eu posso fazer isto, eu posso fazer aquilo. Ainda há muito esta mentalidade, então, isto aconteceu aqui, nós optamos por não ter, então, este tipo de voluntariado*(VI); *Depois há um voluntariado que é, pronto, vamos fazer umas coisas, vocês são fixes e vamos fazer umas coisas convosco, a mas hoje 'tá a chover e já não vou...*(…) *E aqui o bruto das pessoas que vêm fazer voluntariado, nós ficávamos com a sensação de que era um voluntariado interessado em algo mais*(IV)). Assim explicam o motivo pelo qual o voluntariado não é um pilar estruturante do Espaço t(*E nós quando nos tornamos IPPSS*

decidimos cortar a base do voluntariado(…)no sentido de passar a ter todos os contactos de natureza profissional, até porque para trabalhar com a segurança social...Então passamos a remunerar os formadores(…)*Temos duas formadoras voluntárias(…) é na base de 15 em 15 dias, não ser uma actividade semanal, reduz imenso as falhas*(IV)). E advertem(*eu acho que temos de apostar numa sensibilização forte, a nível do voluntariado, tentar sensibilizar as pessoas antes de irem pró terreno, mas sensibiliza-las bem!*(…) *porque no Espaço, os voluntários que vinham tinham uma formação, eram orientadinhos, sabiam os dias e as horas, tudo direitinho e mesmo assim, tínhamos aquele problema!*(VI)) Facilmente podemos compreender que a própria natureza do trabalho do Espaço t e a dinâmica contínua dos ateliês dificulta a inclusão de voluntários, restringindo o seu número. Contudo, este problema na gestão do voluntariado não deixa de ser comum entre as OTS's portuguesas, que raramente têm programas específicos para voluntários, e é um facto que a fidelidade dos voluntários é tendencialmente limitada. Nesta questão, podemos encontrar uma dificuldade à efectivação da ressonância fora das paredes das organizações, pois, se os cidadãos tem menor propensão a envolver-se em actividades voluntárias, haverá menor possibilidade de captar a sua imaginação, ao ponto de se tornarem militantes da causa ou reinterpretando, revitalizando ou propagando a mensagem inovadora. Ainda que, evidentemente, existam outras modalidades de contacto entre estas organizações e o público em geral, como o instrumento utilizado pelo Espaço t, a sensibilização pela produção artística e cultural, o estabelecimento de relações através do voluntariado é uma via extremamente frutífera para a implicação da sociedade em geral na resolução dos problemas sociais.

No caso do projecto Igualdade de Género como Exercício de Cidadania, convém frisar que o voluntariado neste caso consiste na participação voluntária no projecto, e a avaliação da mesma é *positiva de forma geral* para todas as entrevistadas (está *a ser bom por dois motivos, em primeiro lugar pela troca de experiências e por conhecer outros parceiros do Norte*(X); *foi interessante… perceber que realmente todos nós temos dificuldades semelhantes, (…) perseguimos 1 objectivo muito comum, aliás todos nós falamos a mesma linguagem*(VII); *claro, que foi interessante. tem sido positivo, sim(III); foi interessante*(XIV)).

Motivos percepcionados do voluntariado

Entre os motivos percepcionados do voluntariado, *a responsabilidade social* ou o dever cívico está presente em quase todas as categorias de resposta, oscilando as representações entre:

i) a *associação da responsabilidade social com a necessidade individual*, alguns entrevistados acrescentando-lhe a *experiência profissional ou social*(*temos aqui um exemplo de um voluntário que(...)procura não só nas paredes, no cimento, alento, mas também nas pessoas que param 2 minutos pr'a ouvir, porque nós também fazemos isso. Nós somos amigos dos nossos voluntários*(V); *Há duas coisas essenciais que são o 'ajudar o próximo' ou a vontade de ser útil na sociedade' que cada vez se dá mais valor a isso(…)e depois há a parte egoísta (…)que é sentires-te bem e acho que isso (…) faz parte do voluntariado(…)agora, depois há várias outras: uma é a experiência profissional ou técnica* (I); *primeiro, sentem-se bem porque estão a dar a uma família (…)outros vêm também porque (…) precisam de ter nos currículos que fizeram voluntariado*(XVI); *aprendem também que os doentes são doentes, mas que também têm muito de voluntários, porque eles vêem que nós somos uns p'rós outros*(II)); Nesta primeira categoria é notória a presença maioritária de membros não pertencentes à população-alvo, com excepção de dois alunos do Espaço t.

ii) a associação da responsabilidade social *com as possibilidades financeiras dos voluntários*(*vêm pr'a ajudar o pessoal que necessita(...) penso que também têm possibilidades pr'a isso...n é?*(XV); *eu acho que deve ser pessoas... que não precisam, que 'tejam bem de vida, pronto...e eles gostam de ajudar as pessoas*(XVIII)). Neste ponto, a figura do voluntário internacional que vem do outro lado do mundo, pagando todas as suas despesas e contribui monetariamente para construir casas com famílias carenciadas, sobressaí mais uma vez.

iii) E, por último, a associação da responsabilidade social com a *necessidade de aprendizagem organizacional*, no caso do projecto da Animar(*talvez porque sejam associações locais, a maioria delas e talvez porque nos meios rurais se note ainda maior necessidade de trabalhar isto!*(X); *este tipo de associações quer efectivamente trazer algo de novo pr'a sociedade(…)e acho que sabendo que a igualdade de género é uma temática que causa diferença e que causa bom ou mau estar, não é? é importante 'tar aqui a apanhar o comboio e andar p'a frente!*(VII)). Aqui, evidencia-se a noção de identidade das OTS's e a consciência do seu papel fundamental nas comunidades onde operam.

A aprendizagem organizacional é por sua vez associada, ora ao sentido do dever de colaboração (*é sempre muito bom a participação nestes projectos*(III)), ora à esperança de financiamento(*Provavelmente estavam interessadas e pensavam que haveria um financiamento (risos) para depois desenvolver algumas acções de formação e de sensibilização*(XIV)).

Representações distintas são manifestadas por dois proprietários da AHH, identificando o puro *altruísmo* como motivação para o voluntariado(*porque gostam de ajudar o próximo... e demonstram humanidade*(XIII); *olhe, é ter bom coração*(...) *se calhar, vontade de ver alguém feliz!*(XI)); enquanto o aluno/voluntário do Espaço t demonstra orgulho na sua participação como voluntário, como já visto acima, e apresenta como única justificação o gosto pessoal pela organização(*Já queria vir pra cá.* (…) *Gosto!*(…)*eu*

*não sei explicar... é melhor!(*em relação à instituição onde fazia voluntariado anteriormente)(XVII)).

Concluindo, no caso da AHH, os motivos percepcionados do voluntariado concentram-se na responsabilidade social ou dever cívico(*E sabem que estão a construir para que finalmente, aquela família, aquelas crianças vão 'tar como eles estão, nas suas casas, não é?*(V); *eu se soubesse, ali o lado, naquela casa lá ao fundo, que havia uma família com filhos a viver em condições subhumanas, eu não dormia, não conseguia dormir, enquanto não resolvesse o problema*(VIII)), chegando alguns a apontar o puro altruísmo(*eu acho que uma pessoa que tem bom coração que tem aquela vontade de ajudar, faz tudo e mais alguma coisa em troca de nada! De uma boa amizade e...pronto*!(XIII)) e na necessidade individual(*P'ra mim há várias razões, até porque há vários tipos de pessoas a fazer voluntariado(…) a grande parte é porque têm, sempre tiveram outro tipo de trabalho(…), então vêm p'ra fazer coisas diferentes(…); outros, vêm por curiosidade(XVI)), e minoritariamente nas possibilidades financeiras dos voluntários*. Desta última representação e de algumas afirmações feitas quanto à percepção do trabalho com os voluntários, destaca-se a figura do voluntário internacional como personagem mais proeminente das representações sobre o voluntariado nesta organização(*Além de ser muito gratificante, porque eles vêm p'ra cá de coração aberto e normalmente têm um espírito completamente diferente do normal…de um turista normal, digamos assim…São uma coisa diferente os voluntários internacionais e os nacionais: os internacionais normalmente vêm com um espírito diferente...acima de tudo têm um cultura de voluntariado diferente*(I); *fora do pais as pessoas têm mais sentido de ajudar, aqui é menos*(...) é *como...se calhar lá não ajudam tanto, não sei...no próprio país*(XIII); *e…o povo português é um bocado forreta*(XI)). Aliás, o motor da organização é definido pela técnica, no primeiro objectivo, como o próprio *trabalho com* os voluntários(*pelo exemplo que os voluntários internacionais nos passam, não é?*(V)).

Nas entrevistas directivas feitas aos voluntários internacionais, não presencialmente, os principais motivos apresentados para a realização do programa de voluntariado são a ajuda ao próximo(*Desire to help others*(E)), o exercício da responsabilidade social(*volunteering for a good cause* (D)), a vontade de conhecer outros países(*another chance for me to see a new country* (F)) e também a possibilidade de contribuir noutros países(wanted to help a different part of the world(B)). Portanto, há uma certa correspondência entre os motivos percepcionados pelos voluntários e pelos seus interactores.

No caso do Espaço t, a responsabilidade social e a necessidade individual são os motivos maioritariamente apontados (*têm intenção de ajudar os outros … isto pelo lado mais utópico: é: eu tenho disponibilidade, eu quero ajudar alguém, e vou dar essa disponibilidade*(…)*Outra é, neste momento até tenho disponibilidade*(…) *até posso fazer alguma coisa, porque eu sou fixe!*(…)*Então aí, não é tanto o querer ajudar por querer ajudar sem esperar qualquer retorno, mas é p'ra se sentir bem consigo próprio. Há esse lado, também*

não quer dizer que seja mau(IV); *Eu acho que a pessoa ganha uma virtude que tem a ver(…) com o bem-estar, com a realização como pessoa, 'eu fiz voluntariado'(...) até parece poético(...)que é uma coisa que cai bem dizer isso, qualquer pessoa*(II); *é uma necessidade de dar alguma coisa de nós(…) a pessoas que precisam..*(XII)). Portanto, o social e o individual encontram-se na actividade voluntária, onde a dádiva surge como necessidade humana.

No caso do projecto da Animar, verificamos que a percepção dos motivos da participação é unanimemente identificada com a aprendizagem organizacional (*melhoria das próprias instituições*(III)), ainda que associada a factores diversos entre as entrevistadas, maioritariamente à responsabilidade social(*por serem associações de desenvolvimento local, muitas associações com poder, algumas delas com mais poder que as próprias autarquias. e por isso sentem essa responsabilidade porque a informação vai chegando lá...mas mais tardiamente*(X)).

Vontade de fazer voluntariado

Relativamente à *vontade de fazer voluntariado*, esta é *expressa e realizada*, por motivos óbvios pelos dois fundadores, pelas participantes do projecto da Animar e pelo aluno/voluntário do Espaço t, sendo-o ainda por um técnico da AHH, outro do Espaço t e por uma aluna do mesmo(*já fiz, faço voluntariado não só na Habitat, mas também faço noutras associações*(I)*; Desde 2006 que sou juiz social do tribunal de menores do Porto*(IV); *sim, já fui voluntária no Hospital da Prelada*(XII)).

Ela é *expressa mas não totalmente realizada devido a indisponibilidade* pelas duas técnicas, uma do Espaço t, outra da AHH, podendo aqui verificar-se uma clivagem de género no grupo dos técnicos (*eu, volta e meia, já o faço, não é? Com crianças que são a minha paixão!* (…) *não é bem voluntariado…mas eu adoro....infelizmente não tenho tempo (…) sou mãe (V); mas era porque era só ali, por que era só acolá, por causa da hora…tentei mais do que uma vez*(VI)).

Todos os proprietários da AHH, juntamente com o seu colaborador, e um aluno do Espaço t, *expressam* a vontade de fazer voluntariado, mas *com algumas reservas (acho que tenho em mim esse altruísmo, mas não sei se já estou preparado…porque poderia não ter o resultado que espero*(II)*; era (capaz)! porque não? mas só que, claro...eu não me posso mover pelos meus próprios meios(XI); claro...se não tivesse trabalho, eu ia(XVIII);sim, quando tivesse disponibilidade pr'a isso, ajudava de boa vontade*(XV); *pr'a nós fazermos voluntariado, temos que ter possibilidades, temos que ter tempo, temos que ter dinheiro. Mas eu fazia, gostava de*

ir um dia pr'a fora, com a Habitat(XVI)). Esta representação maioritária entre os membros externos da AHH não deixa de ser contraditória, quando o voluntariado é um dos pilares fundamentais da sua estrutura e, para as famílias Habitat, o compromisso de participação nas obras, por princípio da HFHI, estende-se à construção de casas alheias. Pode induzir-se fraca ressonância neste ponto, visto que, até à data, não está a haver uma reinterpretação do princípio do voluntariado pela população-alvo com impacto suficiente para alterar o seu comportamento. Eventualmente, este impacto poderá ser sentido nas novas gerações como indicam alguns dos entrevistados e documentam publicações da HFHI.

Mudança de estilo de vida

Quanto à percepção de *mudança no estilo de vida* após a experiência de voluntariado/com voluntários, ela é *percepcionada positivamente* pela maioria dos entrevistados (*a nível pessoal, sem dúvida! (…) entretanto já fiz um curso, a nível comunitário, sobre igualdade de género*(VII); *antes entrava às 9h agora só entro às 10h, antes saía às 5.30, agora saio às 6h…*(XVII); *muda sempre (…) porque nós conhecemos pessoas, que tínhamos uma ideia totalmente diferente, um médico, um advogado(…)e depois de os ouvir (…) mexe um pouco connosco*(XVI)). Neste grupo se inclui metade da população-alvo da AHH, ainda que um deles relacione esta mudança com outros factores (*conheci pessoas novas e com bom coração(…)que há pessoas aqui que querem mais é mal do que bem....e eles não, são pessoas mesmo...boas(XVIII); eu porque antes de conhecer a Habitat, foi quando deixei de beber, deixei de fumar (…)a partir daí (…) já estava na habitat..continuei com o tratamento(XV)*; os outros dois proprietários relacionam a mudança de estilo de vida quase unicamente com a nova casa, revelando contudo, mais à frente, outros efeitos desta experiência.

A mudança de estilo de vida *não é percepcionada* neste ponto, apenas pela técnica da AHH, pelos técnicos do Espaço t e pela maioria da sua população-alvo, assim como por metade da população-alvo do projecto da Animar(*Não propriamente, também é assim, eu não tenho uma relação com os voluntários tão próxima como tem por exemplo o y*[19] *não é?*(V); *Não. Já desde os tempos da faculdade tinha essas ideias…*(VI); *não mudou propriamente o meu estilo de vida… porque na altura o meu estilo de vida ainda não estava muito bem definido. Não é?*(IV); *não mudou…(*XIV)).

[19] Nome omitido

Papel de cidadão

O *papel de cidadão* é *fortemente associado ao voluntariado* pelo técnico e pelo fundador da AHH, e pela técnica do Espaço t, embora esta revele também alguma associação com o seu papel profissional *(eu acho que o meu papel é igual ao dos outros todos(…)que é contribuir, que é dar…também não vou dizer que sou completamente altruísta(…)Porque nenhum voluntário consegue ser voluntário a tempo inteiro!* (I); *eu costumo pensar que sou um catalisador…Deus deu-me a capacidade de juntar o pólo positivo e o pólo negativo e fazer surgir energia(…) quando eu preciso de alguma coisa, consigo chegar lá(…)não conheço a palavra impossível, nem 'não consigo'(…)Realmente, a habitat é uma coisa que me deu imensa satisfação*(…)*é de facto de provar a mim mesmo que isso é verdade. 'Não consigo' não existe(VII); foi exactamente essa pergunta: eu, enquanto pessoa o que é que posso contribuir (…) pr'a isto mudar, foi exactamente isso que me fez pensar em voluntariado. (…) A nível profissional tu dás muito d ti(…)E às vezes por muito que tu não queiras, acabas por fazer uma mistura do pessoal com o profissional(…)contribuis também dessa forma*(VI)). Portanto, a actividade voluntária é entendida aqui como um exercício do papel de cidadão, no sentido do indivíduo dispor do seu tempo e contribuir com as suas capacidades para o Bem-Estar de outros indivíduos, desta forma cumprindo um dever social. Duas participantes do projecto da Animar associam-no *ao associativismo* (*é preciso respeitar o outro, só ao respeitar o outro é que eu posso garantir o respeito pelos meus direitos(…)talvez por ter esta noção é que me liguei ao associativismo*(III)). Ou seja, a vontade de praticar activamente a cidadania impulsiona a associação entre cidadãos, visto que na sociedade organizacional, indivíduos isolados têm uma capacidade de acção limitada pelas imposições estruturais. E aqui, podemos interpretar da afirmação desta entrevistada a defesa da noção de justiça como equidade que supõe a interdependência de direitos e liberdade entre os cidadãos.

As duas outras participantes do mesmo projecto *associam-no sobretudo ao seu papel profissional*, assim como faz a técnica da AHH (*acho que é fundamental trabalhar(...)com quem mais precisa e não tem muitos apoios*(XIV)*; bem o meu papel é igual ao papel de todos os técnicos*(X); *eu tenho um papel que é o de ouvir. Adoro ouvir as pessoas. Adoro.(…) Ouvir e tudo fazer pr'a tornar o dia das pessoas que precisam de nós, diferente, pr'a melhor*(V)). O papel profissional é aqui identificado com o papel de cidadão, pelo grau de envolvimento que a actividade profissional em questão implica, tal como explica, anteriormente, a técnica do Espaço t.

O colaborador da AHH manifesta uma representação próxima, não propriamente centrado no seu papel profissional, mas na sua colaboração com a associação(*há muita desunião, muito individualismo(…)nesse sentido, o meu papel é transmitir isso, fazer ver isso… com este tipo de trabalho e de organizações ajudamos também as pessoas a trabalharem em*

conjunto e ao mesmo tempo também reflectirem sobre a vida e as coisas(XVI)). Aqui percebemos que a ligação deste indivíduo com esta OTS, pela proximidade que lhe permite da realidade social e dos problemas da população, o faz aproximar o seu papel de cidadão ao papel social que estas organizações cumprem. Portanto, como cidadão, vê-se acima de tudo como colaborador da AHH, portador de uma experiência e de um conhecimento que poderá abrir perspectivas a outros cidadãos, o que demonstra a sua reinterpretação e reprodução da mensagem da organização. Ora, como colaborador, inserido no mercado da construção civil, ele pode constituir um elemento catalisador, alargando a capacidade de ressonância desta organização.

Das representações do técnico e do fundador do Espaço t sobressai a *necessidade de mudança social* como motivação do seu papel na sociedade(*sou mais um, mas a sociedade é feita desses um mais um(…), não é? uma pessoa não vai mudar a sociedade mas muitas umas pessoas vão mudar…então eu acho que toda a questão da mudança social é um processo lento mas tem que começar algures, não é? (…) é uma visão objectiva... se eu quiser mudar, eu posso, eu tenho servir agente de mudança, é eu sentir que pelo menos, eu, da minha parte…saber que fiz o possível*(IV); *Eu 'tou a falar que não deviam haver offshores, mas a verdade é que há muita gente a quem interessa que haja. Eu sou a favor que se legalize o casamento entre pessoas do mesmo sexo, porquê? porque eu acho que é uma injustiça, quando existe homossexualidade há tantos anos, desde a existência humana, haja pessoas que vivem no escuro quando deviam viver na claridade. Sou a favor da legalização da prostituição porque a prostituição não deixa de existir, não é? e quem é que vai à prostituição são os ditos normais, não é? Por isso.. acho que nós vivemos num mundo de hipocrisias....e de alguma maneira acho que sou, não é um revoltado, porque não sou nada revoltado, mas acho que sou um … consciente de uma sociedade que tem de ser mais justa p'ra todos!(...) 'tamos todos muito formatados sociologicamente, até geograficamente, psicologicamente. há gavetas p'ra tudo! e eu sou um bocado uma pessoa que tento recriar e reformular e repensar aquilo que já existe(…)se eu mudar a minha consciência(...) se contribuir para mudar a consciência de pessoas da minha rua, no caso, da associação que eu dirijo, acho que já 'tou a contribuir p'a mudança social, não é?(IX)).* Aqui vemos, mais do que a noção de dever cívico, de contribuição ou entreajuda, a vontade de criar mudança sistémica, manifestando alguma consciência da ciclicidade dos sistemas resilientes(*é um processo lento mas tem de começar algures*(IV), e do papel do indivíduo como reinventor dos sistemas que o produzem(*tento recriar e reformular e repensar aquilo que já existe*(IX)).

Outra tendência é a *associação do papel de cidadão com a condição física ou psíquica que impõe limitações aos entrevistados e num dos casos, ao seu cônjuge* (*eu acho que é como uma pessoa normal!(...)só tenho um bocado de coisa porque não tenho maneira de me deslocar e o caraças…é uma vida um bocado dependente, 'tá a perceber?*(XI); *eu já sou um pensionista inválido por psiquiatria(…)sou inválido na teoria...mas na prática sou muito válido, e eu até sou bem activo(…)eu tento transmitir uma imagem de pessoa que sou capaz de fazer qualquer coisa ,quanto mais não seja sorrir e dizer um 'bom dia'!*(II); *o meu papel como cidadã!*

(suspiro)…olhe…eu conheci o Sr. Custódio na situação que está...e o meu papel ...se hoje ele não tivesse comigo, se calhar estava num lar...e num estava numa casa boa assim, a desfrutar(XIII)). Nestas representações notamos o sentimento de inferiorização próprio aos indivíduos estigmatizados, e, o sentimento de compensação moral pela minimização dos efeitos deste estigma que a relação com um indivíduo de mobilidade reduzida proporciona.

A *ajuda ao próximo* é a tendência dominante entre a população-alvo dos dois primeiros casos de estudo, salientando uma aluna do Espaço t, o *respeito pelo outro*, e demonstrando o segundo, bastante dificuldade em expressar esta representação(*é ajudar, naquilo que puder...não é?..eu acho que só fica bem a qualquer um de nós, poder dar a mão aos outros*(XV); *eu se puder ajudar, eu também...sou muito dada e sou muito de ajudar*(XVIII); *eu tento ao máximo (...)ser correcta, respeitar os outros, respeitar o lugar do outro*(XII)). Esta percepção mais genérica resulta, provavelmente, da menor oportunidade para reflectir sobre estas questões destes entrevistados.

Resumindo, no caso da AHH, embora apenas o técnico, o fundador e uma voluntária(*volunteer when I can and encourage my children to volunteer* (J)) o relacionem directamente o seu papel de cidadão com o voluntariado, ele é associado por metade da população-alvo com o mesmo motivo maioritariamente apontado para o voluntariado - a ajuda ao próximo. Assim como, esta mesma dimensão é apresentada por quase metade dos voluntários inquiridos(*do my best to help other people(B); help others whenever I can(B)*; *ajudar quem precisa* (I); *be good to others* (G)). Comparemos, então, as afirmações da população-alvo(*uma pessoa que tem bom coração (…)faz tudo e mais alguma coisa em troca de nada! De uma boa amizade*(XIII)/ *se hoje ele não tivesse comigo, se calhar estava num lar. E pronto...eu acho que o meu contributo é esse… é de...*(XIII)), portanto, ter bom coração implica dar de si àqueles que mais precisam, apenas pelo valor da amizade ou do amor, que é o exemplo que esta entrevistada dá, pela sua relação com um senhor com mobilidade reduzida. O amor é anteriormente focado por um dos proprietários como motor da própria Habitat, e completa ele(*só o amor já faz tudo, o amor move montanhas! ã?*(XI)). Note-se ainda que este amor(*não é amor físico...é aquele amor de ajudar, aquele amor voluntario*(…)*a Humanidade que há entre as pessoas...*(XI)). O mesmo entrevistado identifica justamente esse sentimento de humanidade como motivo para o voluntariado(*por que gostam de ajudar o próximo... e demonstram humanidade*(XI)), e quanto ao seu papel como cidadão, ainda que condicionado pela deficiência física, afirma que(*eu acho que qualquer pessoa pode ajudar outra!*(XI)). Poderíamos fazer comparações idênticas mas menos frutíferas para outros dois casos. Mas, não só na população-alvo, se encontra esta associação, mesmo aqueles que valorizam outras dimensões, não deixam de a fazer: o colaborador refere que(*primeiro, sentem-se bem porque estão a dar a uma família*(XVI)) e quanto ao papel de cidadão considera que(*as pessoas acho que deviam se ajudar mais….nesse sentido, o meu*

papel é transmitir isso(XVI)); a técnica afirma (*ficam motivados, p'ra já porque vêm as pessoas sorrir*(V)) e quanto ao seu papel de cidadã refere que (*E tento sempre dar a minha palavra e que ela seja o mais sábia possível no sentido de ajudar*(V)).

No discurso do técnico que associa directamente o voluntariado com o papel de cidadão, vemos uma interessante ponte com a ideia de cooperação como caminho para o desenvolvimento, que veremos no tópico seguinte*(a vontade de ser útil na sociedade, que cada vez se dá mais valor a isso(…) 'tá-se a criar a ideia que é necessário haver entreajuda p'ra sociedade evoluir*(I)). Esta afirmação faz-nos pensar na necessidade do envolvimento não só de todos os actores, como de todos os indivíduos na melhoria do bem-estar social, o que é professado pelas teorias da inovação social, e exemplificado pela crescente adesão à metodologia de grupos de *peer-to-peer*, e, a subida da importância do próprio voluntariado.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, a percepção do papel de cidadão do fundador da Habitat, que é directamente associada à criação da mesma, chama-nos à atenção para o papel activo do indivíduo, para o seu poder enquanto agente de mudança, e para a importância da definição de objectivos e do exercício das capacidades e das liberdades individuais (*não conheço a palavra impossível, nem 'não consigo'! É um termo português que eu não sei utilizar 'Não consigo!' É uma coisa horrível. Detesto ouvir. Proibi os meus filhos de me dizerem, jamais, 'Não consigo, pai!' Porque a gente consegue....Resta ver que quantidade de energia se põe para conseguir…(*XVI)). É justamente esta forte aposta no poder de agência dos indivíduos que se baseiam as teorias da inovação e do empreendedorismo social, as primeiras apontando sobretudo os actores sociais alvo das intervenções como membros activos da própria inovação, e as segundas, focando o papel crucial de empreendedores que conseguem ver oportunidades onde as dificuldades toldam a visão.

No caso do Espaço t, a associação directa do papel de cidadão com o voluntariado é apenas feita pela técnica, mas de certa forma, como uma extensão do seu papel profissional(*foi exactamente isso que me fez pensar em voluntariado*, *a nível técnico e profissional, eu sabia que gostaria de contribuir nesta área, agora como pessoa, como cidadã, se calhar dar mais um bocadinho de mim*(…)*adoro o meu trabalho e podia também estender um bocadinho para o voluntariado*(VI)). No caso do fundador que associa o seu papel de cidadão à necessidade de mudança social (*E o meu papel na sociedade é um bocadinho fazer repensar todo um conjunto de paradigmas que existem*(IX)), ele apresenta também o mesmo motivo para a fundação do Espaço t (*eram dois objectivos: o primeiro era integrar pessoas a partir da arte, sem discriminar nenhum tipo de pessoas; e o segundo era tentar promover uma mudança social face à diferença através da cultura do Espaço t, e isso era ainda mais ambicioso. Num movimento da sociedade para a associação através da cultura do Espaço t*(IX)). De qualquer forma, a criação de uma associação é uma acção muito específica de voluntariado que pode não ser significativa enquanto associação dos dois conceitos. É

significativa sem dúvida, da consciência do papel do indivíduo na sociedade, que também manifesta o técnico(*se eu quiser mudar, eu posso, eu tenho de servir agente de mudança (...)é eu sentir que pelo menos, eu, da minha parte, saber que fiz o possível*(IV)). Na população-alvo, vemos que a aluna que perspectiva a dádiva como necessidade, ao definir o seu papel como cidadã, refere que(*eu ligo muito às relações humanas, dou primazia ao facto de como cidadã estabeleço relações humanas com as outras pessoas*(XII)), podemos entender que aqui, as relações humanas são o denominador comum entre o conceito de voluntariado e o papel de cidadã. O aluno que para além da realização pessoal, salienta que os voluntários ganham em(*conhecer que há pessoas com muito valor...com muita coisa que podiam dar se tivessem oportunidade de dar*(II)), afirma o seu papel como cidadão, tentando combater o estigma da invalidez(*eu sou um inválido(…) porque é assim que o governo o entende(...) e classifica-me, rotula-me(…) mas eu tenho a minha parte válida, que é o meu sentir, é o que eu faço, é como me porto...é como eu tento lhe fazer feliz, a si, em casa, ao pai*(II)). Portanto, aqui é a dimensão social, da atitude face à diferença que referia o fundador que está em foco e não tanto o papel do voluntário.

No caso do projecto da Animar há uma relação directa entre o papel atribuído ao cidadão e o próprio associativismo(*e o papel que tenho noutras associações...nesta associação é também elevar dinâmicas que promovam a agricultura e o desenvolvimento rural, no meio da acção da associação, não é? Portanto, e o meu papel como cidadã é em tudo em que eu 'tou envolvida conseguir criar alguns frutos*(VII); *se eu sei apenas os meus direitos, p'ra mim isso não é exercício de cidadania* (…)*E talvez por ter esta noção é que me liguei ao associativismo* (III)), assim como uma associação entre o primeiro e a actividade profissional das entrevistadas(*o meu papel é igual ao papel de todos os técnicos*(...) *o facto de trabalhar com imigrantes não é que tenha mudado a minha vida*(X); *no fundo é um bocadinho o que faço aqui com os imigrantes, nós temos de ter alguma sensibilidade e.. ter um sentido de entreajuda*(XIV)). Ora, o papel profissional destas entrevistadas é o de técnicas de organizações sociais, sabendo que são dimensões diferentes, as primeiras referem-se à colaboração associativa, incluindo formas voluntárias, elas aproximam-se pelo facto de se centrarem no papel do Terceiro Sector na sociedade.

Constância da concepção do papel de cidadão

A *constância desta última opinião* é manifesta por quase todos os entrevistados, à excepção do técnico da AHH e de um dos alunos do Espaço t, que expressam a *existência de um ponto de viragem* no seu modo de ver, embora só o segundo o relacione directamente com a organização, nomeadamente com as relações nela

estabelecidas(*Mas penso que mudei muito no último ano da Universidade, foi depois de vir da Alemanha(*I); *Não, eu evolui muito. Também fruto daquelas amizades que já lhe falei*(II)).

Portanto, no primeiro caso as concepções do papel de cidadão são apresentadas como constantes por quase todos os entrevistados, e mesmo a excepção, não é relacionada directamente com a Habitat. Portanto, mais uma vez, seria necessário um estudo longitudinal para perceber se a evolução destas representações terá, ou não, sido influenciada pela experiência, ainda que a percepção dos agentes seja contrária.

No segundo caso de estudo, encontramos a única excepção à regra, pelo aluno que considera que as amizades criadas no âmbito da organização tiveram efeitos na sua forma de pensar, contudo, as relações por ele destacadas, não são as relações com os voluntários.

No terceiro caso, sendo a opinião unanimemente constante, uma das entrevistadas que demonstra associar o seu papel de cidadã com o associativismo, revela (*confesso que tenho um pensamento um bocado viciado, porque sou guia desde os 5 anos*(VII)), ao que a outra contrapõe(*por ter esta noção é que me liguei ao associativismo*(…)*porque eu via-me mais, lá está, como cidadã, numa intervenção mais directa, no estar com as pessoas, no compreender as pessoas, no dar apoio a problemas*(III)). E acrescenta (*o que não quer dizer que este seja o caminho natural, o caminho certo! Eu penso que desde a mais tenra idade devemos estar no mundo do associativo*(III)), o que é coerente com a sua percepção do papel do 3º Sector, como veremos a seguir. A entrevistada que define o seu papel de cidadã de acordo com o papel de técnica, quanto à constância da sua opinião, refere que(*nós trabalhamos muito a questão da integração, portanto o exercício do direito de cidadania, que os imigrantes muitas vezes não têm!(…)portanto este trabalho também foi bom nesse sentido, não é?...permite-me um bocadinho incutir esse espírito de cidadania no estrangeiro que acha que tem que ser marginal porque não é de cá*(X)), o que revela a proximidade estas organizações do exercício de direitos cívicos, justificando a associação feita pelas entrevistadas. E nos dá a ideia de que há uma ampliação do papel de cidadão proporcionada pelo trabalho numa organização deste tipo.

Resumindo, no primeiro caso de estudo, é feita uma clara associação entre o significado do voluntariado e a concepção do papel do indivíduo na sociedade, que basicamente consiste na ideia de entreajuda ou de ajuda ao próximo, associada ao sentimento de partilha que une os seres humanos. Assim, ainda que não possamos estabelecer uma relação causal, podemos confirmar a hipótese de que estas experiências de/com voluntariado afectaram as representações de voluntários, de membros internos e da população-alvo sobre o papel do indivíduo na sociedade.

No segundo caso, não podemos dizer que as experiências de voluntariado no âmbito do Espaço t tenham afectado significativamente as representações dos indivíduos

sobre o seu papel na sociedade. Como aliás refere o técnico, ainda que num âmbito mais geral (*não é que o Espaço t me tenha moldado nesse sentido….não! Se calhar, é mais(…) que a essência do Espaço t conseguiu atrair determinadas pessoas …e manteve-as por alguma razão também*(IV)). Podemos, sim, afirmar que o próprio conceito do Espaço t valoriza a atitude proactiva dos indivíduos, não fosse um dos seus principais objectivos promover o auto-conceito dos seus alunos.

No caso do projecto Igualdade de Género como Exercício de Cidadania, avaliamos a importância da cooperação voluntária entre OTS's na perspectiva das participantes sobre o papel do 3º sector como promotor da cidadania. E para isso, acrescentamos os seguintes tópicos: i) o papel do Terceiro Sector na Sociedade; ii) a importância da cooperação entre OTS's; iii) a relação entre Terceiro Sector e Estado.

Papel do Terceiro Sector

Então, *o papel do Terceiro Sector* é identificado por três das quatro participantes com a sua dimensão social, o seu papel junto das comunidades onde opera, a sua proximidade aos problemas sociais e a relação de confiança que estabelece com a população, que o capacita como agente de mudança (*estas associações do Terceiro Sector são…contribuem para ajudar as pessoas mais desfavorecidas que não tem tantas oportunidades*(XIV); *o Terceiro sector (…)a vantagem que traz é esta proximidade que tem com as pessoas(...)e o explicar e o transmitir às pessoas a confiança(…) a importância do 3º sector, sem dúvida nenhuma, é (…) esta relação de apoio e de confiança...é...saberem que...há ali alguém com quem podem contar sempre...acho que é muito a relação com o desenvolvimento, podemos chegar às pessoas de forma muito mais fácil que outras instituições (VII)*; *são as organizações que conseguem chegar à própria população e que vão mudando as suas vidas. São estas organizações que conseguem fazer a diferença, porque (…) trabalham in loco, não é? conhecem a realidade, conhecem os problemas e conseguem fazer a diferença, porque conseguem ...mudar um bocadinho as coisas*(X)). A quarta participante tem uma perspectiva mais abrangente do papel do 3º sector, referindo a sua *dimensão cívica* (*em primeiro lugar, tem um papel muito importante, porque há um reforço da cidadania. quando os cidadãos estão associados, trabalham em conjunto, necessariamente têm que saber os seus direitos e as suas obrigações e saber como exercê-los(…)portanto, acho que há uma maior consciência do cidadão e da cidadania, do que é viver no colectivo, que é uma grande mais valia que o associativismo traz (…)*) a pessoal (*depois há sempre a questão do enriquecimento pessoal, qualquer pessoa faz parte duma associação, cresce...sem dúvida alguma que cresce. cresce, porque tem que contactar com os outros, tem que saber lidar com as diferenças dessas pessoas(...) vai (…)adquirir um série de competências que de outra forma não adquiria...vai ter que lidar com questões fiscais, contabilísticas, organizacionais, de gestão,*

jurídicas...portanto é um mundo ...muito grande!(…)) e a económica (*e depois(…) também faz crescer uma economia, porque há todo um conjunto de actividades que são desenvolvidas e que geram riqueza, pode não ser riqueza estrita... por dinheiro...não é? P'a fazer o banco crescer! mas gera movimentos, gera transferências...entre as pessoas, quer seja por trocas directas, também de serviços. Portanto, colmata muitas necessidades da vida das pessoas e isso tem um peso económico*(III)).

Importância da Cooperação entre Organizações do Terceiro Sector

As representações acerca da importância da cooperação entre OTS, revelam que esta assume um lugar estratégico para todas as participantes, seja como potenciador da eficiência do seu trabalho (*eu acho que todo o trabalho p'ra ser um trabalho com frutos, deve ser um trabalho em rede. Quando se trabalha em rede e em parceria as coisas funcionam melhor*(X); *ter um trabalho em conjunto, à partida terá mais resultados*(XIV)), como expressão do seu objectivo comum (*cada associação trabalha com públicos alvos diferentes, mas todos na realidade queremos a mesma coisa, não é? na verdade, queremos a sustentabilidade(...) se calhar todas juntas conseguimos mais (…) temos dificuldades semelhantes, todos nós perseguimos um objectivo muito comum, aliás, todos nós falamos a mesma linguagem* (VII)) ou como manifestação da essência do próprio associativismo(*se nós temos uma associação, uma associação já por natureza é um conjunto de pessoas que se organizam para…aaa se essa associação é fechada, está a ser um bocadinho um contra-senso, não é*? (…) *o próprio ser do associativismo é isso, é trabalhar em conjunto, em cooperação, em parceria...só assim é que faz sentido. (…)em permanente diálogo com todos*(III)).

Notemos que a aprendizagem organizacional é justamente o primeiro motivo apontado acima para a participação neste projecto, depreendendo-se assim que estas organizações crescem através da cooperação, justamente pelas razões apresentadas em seguida para a importância da cooperação entre OTS's. Todas estas representações revelam a extrema importância atribuída à cooperação, e esta última faz a analogia entre indivíduos que se associam e associações que cooperam, explicitando que os dois níveis fazem parte do mesmo movimento (*um conjunto de pessoas que se organizam para*(III)). Daqui podemos facilmente entender a dimensão cívica do associativismo, tanto potenciando o exercício de cidadania no seu seio, ao favorecer a cooperação entre OTS's, como ampliando este movimento para as comunidades. Visto que, como foi descrito acima o terceiro sector tem um lugar privilegiado junto das populações(*sabem que podem contar...muitas vezes vêm com questões do género: fizeram-me esta proposta, e agora, o que é que eu faço?*(VII)), portanto, ajuda as pessoas a reflectirem e organizarem-se, e, age onde os direitos humanos são negados(*eles não estavam a aceitar as inscrições dos imigrantes, e nós tivemos que agir* (XIV)). Neste sentido, o

associativismo impulsiona a participação activa de indivíduos, tanto no interior como no exterior das organizações.

E o papel do cidadão segundo as entrevistadas (*é um papel muito importante porque é o papel activo*(X); *ou seja, educar as crianças para. Ou seja, aquelas pessoas que têm muito mais… não é liberdade, mas muito mais consciência…comecem a dar o ex., não é?*(VII), neste sentido associam-no significativamente com a responsabilidade social(*é fundamental trabalhar(...)com quem mais precisa* (XIV); *é preciso respeitar o outro*(III)), que foi a dimensão mais focada do papel do 3ºsector e o segundo motivo mais frisado para a participação neste projecto(*sentem essa responsabilidade*(X)). Ou seja, compreende-se aqui uma associação entre os papeis atribuídos ao cidadão, as funções do Terceiro Sector e a importância da cooperação entre OTS's, cujo denominador comum é a participação activa e a consciência de que a liberdade do outro potencia a própria liberdade, seja o outro, um indivíduo ou outra organização. Pois a ideia de responsabilidade social não é muito mais do que isso, o questionar o nosso papel e o nosso contributo tendo em conta a comunidade.

Relação entre Estado e Terceiro Sector

No que respeita à relação entre o Terceiro Sector e o Estado, duas das participantes perspectivam a *dependência do 3º Sector em relação ao Estado*(*de dependência: nós dependemos muito(...) eu não defendo o subsidio propriamente dito ...mas nós temos de nos candidatar a projectos e cumprir as regras daqueles projectos...corta-nos um bocado(…) a autonomia! nós muitas vezes temos que entrar num projecto para chegar a um fim, e se calhar não chegamos verdadeiramente àquele fim porque temos que cumprir uma série de coisas*(VII); *O Estado lança para determinadas áreas o que o Estado entende que é aquilo que nós temos que fazer. e desde há muito que temos vindo a defender que não deve ser assim, quem trabalha com as populações, quem trabalha com as comunidades, é que tem um diagnóstico muito próximo da realidade e sabe quais são as necessidades. e será em função dessas necessidades que deve haver um financiamento. não deve ser o Estado lá de cima a dizer*(III)), outra considera ter havido recentemente uma *evolução positiva*(*acho que começa a haver mais interacção e começa a haver uma preocupação maior com as questões do 3ºsector*(…)*por ex., instituições ligadas à banca já se começam a preocupar e começam trabalhar com as questões do 3º sector(…) e acho que tudo isto tem o impulso do Governo, não é? do Estado, concerteza*(X), e a última não demonstra ter grande percepção desta relação, para além do dia-a-dia da organização(*depende(...) Em que sentido? No caso da ATLAS não há dependência(…)no sector de solidariedade social já houveram alguns conflitos com a Segurança Social e com as finanças(…) eles não estavam a aceitar as inscrições dos imigrantes, e nós tivemos que agir* (XIV)).

Portanto, se entendermos a cooperação como inerente ao espírito do associativismo e resultante da aposta comum das OTS's na sustentabilidade, a todos os níveis, facilmente entendemos que o papel do 3º sector ultrapassa a sua dimensão social. Ainda que esta tenha vindo a ser a mais divulgada, contribuindo para a recente evolução positiva no seu relacionamento com os restantes sectores, sem contudo, superar as dependências estruturais deste face ao Estado.

Uma das entrevistadas interliga de forma muito clara os papeis do Estado, do cidadão e das OTS's(*o Estado tem o papel passivo, não é? De determinar, de fornecer instrumentos, e o cidadão tem o papel de com esses instrumentos poder transforma-los alguma coisa(…) o cidadão é o agente da mudança...parte dos técnicos (…) fornecer as bases para que o agente dê, não é? para que a mudança aconteça*(X)). Ora, a relação com o Estado é fundamental para o Terceiro Sector, e a maior parte das entrevistadas reconhece a dependência deste em relação ao Estado, ainda que uma delas refira que se tem registado uma recente melhoria. Portanto, se o Estado tem o poder de legislar, e o cidadão tem a liberdade de exercer os seus direitos e o dever de cumprir as suas obrigações, as OTS's têm o dever de impulsionar a participação dos cidadãos, de ampliar a sua consciência divulgando informação(*a maioria dos cidadãos se calhar também não estão devidamente informados de quais são os seus direitos e as suas obrigações*(III)), e, têm o direito de exigir ao Estado a garantia das liberdades sociais, políticas e económicas, em condições de justiça espacial no território nacional. E a cooperação entre OTS's favorece também a unidade do sector, nomeadamente para reivindicar maior autonomia face ao Estado (*quem trabalha com as populações, quem trabalha com as comunidades, é que tem um diagnóstico muito próximo da realidade e sabe quais são as necessidades e será em função dessas necessidades que deve haver um financiamento. Não deve ser o Estado lá de cima a dizer...nós agora achamos que toda a gente tem de trabalhar...na área de...agora só apoiamos projectos na área de...não pode ser assim, não é?(*III)).

Concluindo, a cooperação entre OTS's ocupa um lugar central e pode favorecer a consciencialização dos papéis do sector enquanto actor socioeconómico. Entre eles, sobressaí o papel de promotor da cidadania, dado o fortalecimento do exercício de cidadania no interior das OTS's nos projectos de cooperação e a sua ampliação para as comunidades, num movimento reflexivo. Contudo, as representações apresentadas não nos permitem compreender a influência directa das experiências de cooperação, no sentido de confirmar a hipótese de que são as que favorecem esta consciencialização. Mais uma vez, seria necessária uma análise longitudinal para responder cabalmente.

DIMENSÃO INTER-ORGANIZACIONAL

Ao objectivo de compreender as perspectivas dos diferentes membros das possibilidades que a cooperação entre diferentes actores socioeconómicos apresenta para o desenvolvimento espacial, corresponde a hipótese de que a cooperação entre diferentes agentes socioeconómicos demonstra capacidade de favorecer o desenvolvimento espacial e promover comunidades mais coesas.

Antes de passar à análise das representações, consideramos pertinente incluir aqui algumas considerações genéricas sobre as redes constituídas pelas duas organizações, remetendo para as tabelas nos anexos 5 e 6. Não referimos o Projecto Igualdade de Género como Exercício de Cidadania, pois este surgiu no âmbito de uma rede já consolidada. Comparando então os dois primeiros casos de estudo, percebemos à partida que operando ambos ao nível local, um deles assume uma territorialização dispersa e o outro, polarizada, visto que a acção do primeiro de distende pelos locais de construção no distrito de Braga e no concelho de Amarante, e a do segundo se concentra na instituição e no centro da cidade do Porto. O número de parceiros assinalados pela AHH (32) é significativamente menor do que o referido pelo Espaço t (46). Porém, no que diz respeito a parcerias com empresas, o conteúdo e a continuidade das relações é mais consistente no primeiro caso, nomeadamente, quatro parceiras estão integradas no programa de voluntariado, sete são mecenas regulares, sobretudo em donativos de materiais de construção, e duas são colaboradoras regulares, uma delas a empresa Mota Engil (protocolo estabelecido em 2006), empenhada no alargamento do raio de acção da AHH para o concelho de Amarante. Este tipo de relação é particularmente frutífero no que respeita ao fortalecimento da coesão das comunidades, pois permite às empresas e seus trabalhadores envolver-se nas melhorias de condições de vida da comunidade. Enquanto, as relações do Espaço t com entidades do sector privado se centram no mecenato, incluindo alguma prestação de serviços esporádica. Relativamente à cooperação com organismos públicos, a AHH tem estabelecido relações de alguma profundidade (troca de serviços vários, incluindo financiamento, doação de terrenos) com os órgãos do poder local das áreas onde opera, com a Segurança Social mantém apenas uma relação de colaboração no encaminhamento de utentes. Já, o Espaço t mantém acordos de financiamento com a Segurança Social que constituem a sua principal base de sobrevivência, enquanto a principal fonte de financiamento da AHH é, indirectamente, a pertença à HFHI, pela realização do programa de voluntariado internacional Global Village. O Espaço t mantém uma relação estável de colaboração, sobretudo a nível de cedência de espaços para eventos e durante 2003/2004 para a própria sede, com a Câmara Municipal do Porto (na filial da Trofa a relação com o

município é também frutífera). Organismos públicos nacionais, regionais e locais da área do ensino, da cultura, do emprego e formação profissional e da reinserção social têm também cooperado com o Espaço t numa base estável, a nível do encaminhamento de utentes e regulamento de valências, sobretudo desde 1997/1998, data da sua transformação em IPSS. Já a AHH não tem tido cooperação com entidades do poder central, pois a seu programa específico não se integra nos programas estatais disponíveis para a habitação. A nível de cooperação com organizações do Terceiro Sector, o Espaço t tem desenvolvido uma dinâmica mais frutífera, sobretudo desde 1998, tendo actualmente sete organizações regulares no encaminhamento de utentes e quatro fundações como colaboradores regulares, duas delas envolvendo projectos conjuntos (Fundação Serralves e Fundação Axa – corações em acção), uma delas em prestação de serviços, e outra como mecenas. No que respeita a instituições de ensino, o Espaço t tem uma longa lista de entidades de envio de estagiários, tanto de nível secundário como superior, enquanto a Habitat, recebendo sobretudo estagiários da Universidade do Minho, integra duas escolas nacionais e três escolas internacionais em território nacional, no programa de voluntariado para escolas.

Ora, de acordo com Mulgan e Moore, uma rede de difusão de inovação social, não vale apenas pela sua amplitude, os diferentes elos da rede, a sua dimensão e influência em determinadas áreas é crucial, nas palavras de Mulgan, importa ter a mistura certa de *bees and trees* (pequenas e grandes organizações). De acordo com esta perspectiva, parece-nos útil indicar que no caso da AHH, seria proveitoso integrar mais *bees* na rede de cooperação, nomeadamente organizações locais centradas noutras problemáticas sociais, que em cada localidade pudessem fazer o acompanhamento social que para Habitat é dificultado, dado o seu foco na construção. Estas relações ampliariam o alcance da iniciativa de forma mais consistente e acompanhada, a outras dimensões da exclusão, favorecendo a potencialização do capital humano e social das populações. Por outro lado, seria benéfico para o reconhecimento nacional da organização, apostar em relacionamentos com entidades públicas não locais, algumas *trees,* mesmo que a nível de voluntariado ou colaboração em projectos específicos ou eventos de angariação de fundos. No caso do Espaço t, ainda que encontremos algumas *trees* entre os parceiros empresariais, como a RTP na divulgação do spot publicitário, parece-nos útil assinalar que as relações com estas entidades poderiam ser aprofundadas para dar frutos mais corpóreos, o mesmo podendo dizer-se para algumas relações com organismos públicos, no sentido de potenciar a angariação de recursos, ampliar a difusão da ideia inovadora, implicando outros agentes na melhoria do bem-estar da comunidade.

Passando à análise das representações dos entrevistados, apuramos a sua perspectiva quanto: i) à *composição da rede da organização ou projecto*; ii) *os efeitos*

percepcionados nas comunidades, ou, no caso do projecto da Animar, *os efeitos percepcionados da rede constituída no projecto para as organizações participantes*; iii) *a concepção de desenvolvimento*.

Composição da rede de parceiros

Então, no que respeita à *composição da rede de parceiros*, a população-alvo dos dois primeiros casos de estudo revela um *conhecimento limitado*(*foi a Mebra, também daqui, não muito conhecida...ajudou a nível de electricidade...foi o Sá Taqueiro…várias firmas a ajudar*...(XI); *aaa...nós aqui a junta de freguesia ajudou(...)que a gente saiba..o Sá Taqueiro também ajudou(…) os Eusébios(XIII); pois, eu só vejo naquele placar que há à entrada que há várias...não conheço(…)*alunos de outras instituições, conheceu? *não...que saiba não* (XII); *tive com uma empresa que comprou um dos homens T*(XVII)). O relativo desconhecimento dos parceiros da organização pela população-alvo não resulta surpreendente, visto que as empresas e instituições parceiras pouco contacto têm com os alunos e proprietários.

Os restantes membros destas duas organizações não só demonstram conhecimento profundo, como têm uma *opinião bastante favorável(a nível do DLT, temos algumas instituições que colaboram connosco, no sentido de os clientes deles participarem nas nossas actividades(…)E entramos numa fase em que há comparticipação, (…)por mais simbólica que seja dá para pagar parte do formador(...)mas o q é verdade é que estarem instituições dispostas a pagar os custos para fazer, porque acham o trabalho interessante, isso vem de alguma forma validar e perceber que afinal o trabalho 'tá a ser bem feito*(IV); *nós costumamos dizer que os utentes não são de ninguém…são deles e então, se não lhes damos necessidades básicas, temos que ter parcerias com outras instituições. E acho que essa rede funciona muito bem*(IX); *é uma das coisas boas que nós temos conseguido, nós desenvolvemos parcerias muito boas a vários níveis, autarquias, segurança social, igrejas, empresas..*(VIII); *Nesta altura temos várias câmaras, várias empresas, e pessoas a nível individual que ajudam*(I)), à excepção do colaborador da AHH, que considera que esta é limitada, no que toca a empresas de construção civil como doadoras de materiais de construção(*tenho quase a certeza que há uns anos atrás tínhamos mais donativos que temos hoje...não é só a conjuntura económica...que as empresas deixaram de dar..não sei...*(XVI)).

A maioria das participantes do projecto Animar tem uma opinião moderadamente favorável(*embora algumas fossem ficando pelo caminho, mas…não sei….provavelmente outras associações poderiam trazer algo de diferente, não é? Como o caso que nos foi apresentado do Espaço t...não é? realmente trouxe muitas novidades!(*XIV)[20]; *há entidades que*

[20] Na 3ª *workshop* do Projecto, o fundador do Espaço t esteve presente para apresentar a Política de Igualdade de Género daquela organização, vencedora da menção honrosa "Igualdade é Qualidade", atribuído pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego em 2002.

não conhecia, mesmo, de todo(VII); está, quem está (…) *poderiam estar outras, poderiam ser mais interessantes…mas é com quem está que temos que trabalhar!* (III)), apenas uma delas apresenta uma apreciação bastante favorável.

Efeitos percepcionados

Os *efeitos percepcionados* pelas duas organizações do trabalho em rede que a sua actividade acciona, variam desde a sua identificação com a *resolução dos problemas das comunidades*, interpretada por uma beneficiária, a técnica, o fundador e o colaborador da AHH(*é sinal que as pessoas da freguesia também ajudam e...a Junta também ter ajudado..foi bom*(XI); *nós trabalhamos em conjunto para resolver os problemas da comunidade…e lá está, o nosso trabalho é visível(…)construímos casas, tiramos pessoas da miséria...*(V); *e claro o Presidente da Junta ficou satisfeito, resolveu ali um problema que não conseguia resolver de outra maneira. a verdade é que é isso, nós resolvemos*(VIII); *sim, em todos os lados pr'a onde vamos, todas as Câmaras pedem que se volte para lá…no fundo as Câmaras e as Juntas de freguesia também ficam bem vistas ao resolver os problemas dos seus* cidadãos(…)sentem *que a Habitat é uma maneira de os ajudar a resolver os problemas deles*(XVI)); à sua associação com *aumento de fontes de financiamento* e *continuidade do trabalho da organização* (*sim, tudo isso é importante p'a andarem p'ra frente!*(XV); *porque é mais ajudas que conseguem e mais apoio financeiro que eles devem 'tar a precisar..não é?(*XVIII); *por exemplo, estes homens t p'ra nós custou 200€ e p'ra outras pessoas custaram 500€(...) é uma receita*(XVII)), passando por uma *valorização da ampliação da escala de acção da organização e do impacto que esta pode ter na comunidade*, demonstrada pelos membros internos do Espaço t e um dos técnicos da AHH(*é visível. algum trabalho resulta dessas parcerias*(…)*Para a localidade, há uma sensibilização*(IV); *hospitais psiquiátricos vêm-nos como um recurso para os utentes, o Espaço t já é uma referência em termos de espaço de recepção de pessoas que não tem para onde ir e que podemos fazer algo por eles(…)o facto de empregar pessoas(…) é um espaço já muito abrangente, (…)também, onde expõem artistas(…)o facto de 'tarmos no Rivoli com espectáculos que fazem emocionar pessoas e que emocionam utentes no palco, acho que isso já vale a pena, não é? (IX); há um efeito que é interessante que é o efeito de contágio. por ex., começamos a trabalhar com a Câmara de Barcelos(…)depois foi na Póvoa de Lanhoso. E foi passando palavra*(…)*depois há um .... se é uma comunidade mais pequena, e é onde mais trabalhamos.... as pessoas habituam-se(…)a terem estrangeiros lá, a terem pessoas de fora lá, e se calhar abrem-se um bocadito mais ao resto da comunidade, fora da ilha deles e abre-se um bocado mais de confiança em relação a outras pessoas*(I)), e, parcialmente, por uma associada da Animar, que apenas refere a *ampliação da escala,* referindo-se à escala da rede de parceiros da Animar.

Uma outra tendência é a de enfatizar como efeitos da cooperação, a possibilidade de realizar *novos projectos*, por dois alunos do Espaço t, um deles associando-os a uma

maior divulgação da organização (é *uma mais valia, não é, porque quanto mais apoios tiverem, mais coisas podem fazer* (XII); *podem vir ideias novas, podem lançar desafios (…)e serem um motivo do espaço ser falado. porque se o Espaço for falado, é...é uma mais valia p'r'ós outros que ainda não conhecem o Espaço t(II)*). Entre as associadas da Animar, a criação de *relações de parceria* é o principal benefício compreendido da cooperação estabelecida neste projecto, por uma delas associada à *partilha de experiências*, e por outra à *possibilidade de lançar novos projectos* (este *trabalho (…) em rede é extremamente vantajoso, porque permite troca de conhecimentos, troca de serviços*(X); *no final, são mais parceiros que nós temos e que nos poderão depois servir para fazer outros projectos*(III)), embora a terceira apenas refira a troca de experiências como efeito.

Assim, no caso da AHH, se os efeitos percepcionados da cooperação são mormente associados com a resolução dos problemas das comunidades(*aquela casa já não 'tá a cair, ou aquela família já não 'tá a correr risco de vida, percebes?(*V); *em Palmeira havia, em 96, 18 famílias em risco(…) 'tamos agora a alojar uma, duma casa que vagou, lá está, eram as 18 famílias que era preciso apoiar*(VIII)), significa que a importância desta cooperação é reconhecida(*é muito importante que a junta saiba, que o padre saiba, tudo o que sejam actores dentro da comunidade saibam o que se 'tá a passar, para não haver a tal força de bloqueio*(…) *penso que é essencial trabalhar em parceria(…) por mais fracas que sejam ficam sempre ligações, que podem ser potenciadas no futuro e acho que é, o maior impacto que se cria nas comunidades são essas pequenas ligações que ficam entre as instituições, entre as pessoas...*(I); (as CM's e as JTF)*qualquer coisa, apesar de saber que nem sempre os podemos ajudar, já nos consultam(…) para saber (…) como é que nós (…) mesmo não estando lá, como poderíamos ajudar a eles próprios tentarem solucionar alguns casos...e...Há efeitos, sem dúvida alguma, há porque há trabalho, percebes?*(V)). Sendo ainda identificados, minoritariamente, a continuidade do trabalho, o aumento de fontes de financiamento e, a ampliação da escala de acção e o impacto desta nas comunidades*('tamos a ajudar mais que aquela família, 'tamos a ajudar um bocado a comunidade porque se calhar a próxima organização que vier vai ter muito mais facilidade em trabalhar com essa...com essa comunidade. mesmo p'ras próprias câmaras é bom, porque(...) as comunidades notaram que as câmaras fizeram trabalho lá, portanto se calhar, as câmaras têm mais abertura p'a trabalhar lá noutras problemáticas, e as famílias daquela comunidade também já têm mais abertura p'a se dirigir à câmara para a resolução de problemas. portanto, ali cria-se uma via de comunicação que não existia antes... e isso, aconteceu, especial/ c Palmeira*(I)). Aqui, faz sentido fazer uma ponte para a percepção da população-alvo de que a melhor forma de solucionar o problema da habitação seria haver maior cooperação entre o Estado, as OTS's e as empresas, apresentada na análise anterior. Portanto, o efeito de abertura das comunidades para o trabalho com associações e com as próprias entidades de poder local, apontado por este técnico, é de alguma forma confirmado por aquelas representações. Estes proprietários realmente demonstram consciência da importância da participação de todos os actores na resolução dos problemas(*é sinal que as pessoas da freguesia também ajudam e...a Junta também ter ajudado…foi bom*(XI); *acho*

que o governo devia ajudar estas associações(...) p'ra seguir os projectos p'ra frente porque isto é um projecto rentável. Não de beneficio próprio, mas de benefício de ajudar o próximo(XI)). Também os voluntários internacionais são quase unânimes em afirmar a extrema importância da cooperação entre organizações, avaliando maioritariamente a obra em que participaram entre importante a muito importante para a comunidade, porém o seu conhecimento dos parceiros da rede da AHH é limitado, sendo o conhecimento da rede da HFHI um pouco mais abrangente, citando sobretudo empresas da sua área de residência (a mais mencionada é a Home Depot).

No caso do Espaço t, o efeito mais valorizado é o impacto da ampliação da escala de acção da organização nas comunidades(*pelo menos no Porto, caminha no sentido correcto. No caso da Trofa, foi mesmo por aí que começamos, foi muito pelas redes sociais, instituições mais facilmente se reúnem mais facilmente discutem projectos e dá de certa forma para saber o que é que cada um 'tá a fazer e...o que é eu posso ajudar dali e dali*(…) *Nem ponho em questão, que estas parcerias se reflectem nas comunidades...neste momento, ter uma comunidade em que todas as vertentes funcionem, e não haja nem uma que falhe, é uma utopia. Mas por isso, temos que trabalhar em conjunto para que não falhe nenhuma, e é aqui que o trabalhar em parceria, tem força*(VI); *'tamos agora com o +Saúde que 'tá a trabalhar com crianças da zona histórica(...) crianças aprender hábitos de higiene ...isso traduz-se p'a comunidade, claro! Vamos 'tar com o projecto +igualdade(…) por escolas do país...brochuras, várias línguas, e em Braille - até hoje não havia nada traduzido p'ra Braille sobre igualdade de género*(IV); *E eu acho que é preciso, agora, se calhar, de 2 em 2 anos, abrir uma filial...mas com calma, quando toda a estrutura tiver muito organizada, que 'tá, mas ainda não 'tá a 100%(...)mas noto que, por ex., a CM do Porto que é muito prática e controla tudo, ao Espaço t dá tudo, não é?(…)não em dinheiro, mas em géneros, porque reconhece o nosso trabalho*(IX)) compreende-se que é dada uma grande importância à cooperação, no sentido de potenciar o trabalho da organização, chegando a mais pessoas e melhorando a qualidade de vida nessas comunidades. É mencionada também a possibilidade de criar novos projectos e a maior divulgação da associação, que vai ligeiramente no mesmo sentido da representação anterior (*porque se o Espaço for falado, é...é uma mais valia p'r'ós outros que ainda não conhecem o Espaço t*(II)), *mas* com menor abrangência, e ainda a obtenção de novas formas de financiamento, todos eles efeitos positivos do trabalho em parceria.

No caso do projecto Igualdade de Género como Exercício de Cidadania, os efeitos evidenciados nas organizações são bastante positivos, focados sobretudo no estabelecimento de relações de parceria, na criação de novos projectos e na troca de experiências, como aliás seria de esperar de um projecto inter-institucional.

Concepção de desenvolvimento

Quanto à *concepção de desenvolvimento* há uma forte concentração de representações em torno da ideia de que *a melhor forma de desenvolver uma comunidade é através da cooperação*. As formas e conteúdos desta cooperação são depois especificadas, por exemplo, um aluno do Espaço t e o técnico da AHH defendem que esta cooperação deve ser *intersectorial e organizada por uma entidade responsável*(*partir principalmente duma entidade mais responsável*, (…) *desenvolver também parcerias com o Espaço t* (…)*a autarquia contribuísse dessa forma(...)associar-se também às empresas*(II*); todos temos várias necessidades, (…)todos ao mesmo tempo temos alguma coisa p'ra dar. é só fazer a ligação (…) do que temos p'ra dar com as necessidades. faz falta é haver uma instituição que faça essa ponte entre as necessidades e as ofertas de serviços* (I)), esta ideia da interligação entre necessidades e capacidades é também expressa por um proprietário Habitat, que defende a *organização comunitária entre vizinhos* (*principalmente nestes bairros(...) que se dessem todos bem! era o fundamental!*(…)*tudo vinha, tudo*(…)*e que houvesse assim uma união… organizavam(…)actividades de limpeza de rua(…)varia-se a rua...fazia-se aqui uma festita*(XI)). O fundador do Espaço t acrescenta que a cooperação para o desenvolvimento deve ser *multidimensional e inclusiva* (*as necessidades de Maslow que eu uso muito como referência, e quem 'tá à frente de uma localidade tem que pensar nelas todas*(…)*os excluídos devem fazer parte da sociedade e têm de ser integrados no próprio desenvolvimento*(IX)); para uma das associadas da Animar, *a cooperação intraregional* é fundamental*(através de projectos de parceria, (...)só assim é que conseguimos (…)renovar o que temos, melhorar o que temos, e utilizar o que temos, não é?(…)eu acho que o Minho é muito promissor, não só tem o seu lado mau que é minifundiário, não é?...mas isto também é bom, que é pegarmos nisto que nós temos, tão característico.. que 'tá na agricultura, está nas paisagens, 'tá nos produtos tradicionais, 'tá em tudo o que nós temos a nível cultural(VII)*; (aqui, aproxima-se de outra participante do mesmo projecto, que defende meramente *a promoção dos produtos tradicionais das pequenas localidades para potenciar o desenvolvimento(há muitas coisas que não se conhecem porque não se promovem, não é? é preciso fazer divulgação* (XIV)); outra associada acrescenta a *necessidade da cooperação inter-regional*(*se a Região Norte for colocada no mapa, no mapa dos políticos!*(…) *a Região Norte não é só o Porto!*(…)*Portugal é Portugal por inteiro...não é?* (…) *passa muito por aí, a valorização dos locais, a valorização dos locais, das aldeias, das freguesias, dos concelhos e realmente as oportunidades p'ra quem precisa delas p'ra que a gente não seja forçada a abandonar o sitio onde nasceu*(X)), associando-lhe as duas a relevância sectorial da educação(*educação e formação=desenvolvimento*(VII); *eu bato sempre na tecla da educação porque acho que é fundamental, é fundamental! a educação transforma a pessoa*(X); por último, a técnica do Espaço t associa à cooperação a *urgência da inovação na abordagem aos problemas sociais*(*eu acho que é importante inovar um bocado as técnicas. Para desenvolver, tem que se adaptar à realidade, e a realidade 'tá a modificar (…) nós temos que arranjar formas de saber contorná-la e saber adaptarmo-nos aos problemas que daí advêm* (VI)). Ora, aqui encontramos representações que seguem justamente as teorias da inovação social, afirmando a necessidade de pensar o

desenvolvimento de uma forma integrada e inclusiva, partindo das capacidades humanas, com a consciência de que todos os cidadãos têm capacidades para intervir no desenvolvimento e que só a sua participação o pode efectivar, potenciando a diversidade cultural e os recursos locais, para cruzar escalas geográficas e fronteiras sectoriais, garantindo a justiça espacial no território nacional.

A segunda aproximação mais significativa entre as representações é a defesa de que *certos vectores do desenvolvimento têm de ser prioridades*, nomeadamente, a *habitação,* que agrega um proprietário da AHH e o seu fundador e dois alunos, um deles acrescentando as *acessibilidades*, e outro, a *saúde* e a *educação*(*uma comunidade onde as pessoas não tenham habitação digna...? é uma comunidade arruinada e que não vai prosperar*(VII); *mais casas, há muita gente que vive na rua... acho que o metro veio muito tarde (*XVII); *acho que deviam melhorar as condições de habitabilidade(…) devia haver cuidados de saúde a funcionar bem, depois realmente a questão da habitação …a educação(...)acho que realmente a nível do ensino há muita coisa a fazer...porque as crianças depois vão fazer o mundo de amanhã, não é?*(XII)).

Uma perspectiva do desenvolvimento na sua dimensão cultural e educacional é apresentada por uma associada da Animar, salientando a necessidade de *promover uma mentalidade pró-activa* (*se nós mudarmos as nossas mentalidades: é, quem apresenta a ideia, (…)também tem que se implicar na implementação dessa ideia e tem também que estar apto a envolver os outros(...) se nós conseguirmos isto, claramente nós vamos ter alunos mais aplicados, vamos trabalhadores mais trabalhadores, vamos ter patrões mais respeitadores, ou seja, vamos ter bons cidadãos…*(III)); e, pelo técnico do Espaço t, especificando a importância de *educar para a sensibilidade social(se eu próprio tiver educação, e formação no sentido de estar sensível p´ra uma série de questões sociais, vou trabalhar ao ponto de....estar consciente* (IV)).

Uma perspectiva mais focada na dimensão social é apresentada por duas proprietárias da AHH, uma delas sublinhando as *necessidades dos cidadãos com deficiências motoras, dos idosos e das crianças*(*em Palmeira, acho que há quase de tudo, temos ali o lar(…)tem aqui escolas(…)acho que tem assim condições boas(…)unicamente p'ra eles… que já tivemos a pedir(...) como há muitas pessoas em cadeiras de rodas, fizemos um pedido p'ra haver um autocarro que venha cá a baixo p'ra pessoas deficientes..mas até hoje!(*XIII)) outra alertando para a necessidade de maior controlo nos apoios sociais (*há pessoas aí a passar muita fome...muita miséria mesmo…vê-se muita gente aí... mas...também há pessoas que ajudam aqueles que não precisam(…)eu acho que se devia saber mais da vida dessas pessoas e precisava, ajudava, não precisava, não ajudava*(XVIII)). Não na mesma linha, mas ainda na dimensão social, o colaborador da AHH defende o fortalecimento das OTS's(*havendo mais intervenções deste tipo, mas tinha que ser num escala muito maior*(XVI)).

Assim, no caso da AHH, os entrevistados centraram-se sobretudo na ideia de que a *cooperação* é o melhor caminho para o desenvolvimento(*faz falta é haver uma instituição*

que faça essa ponte entre as necessidades e as ofertas de serviços (I)), tanto a nível macro como micro(*principalmente nestes bairros(...) que se dessem todos bem! era o fundamental!*(…)*tudo vinha, tudo*(…)*e que houvesse assim uma união…*(XI)), em suma(*é trabalhar todas as pessoas para o mesmo fim, percebes?* (V)). As dimensões sociais, com alguma ênfase na habitação são também focadas(*uma pessoa tem que andar na berma da estrada, passeios, não há nada....p'ra uma cadeira de rodas!*(XIII); *a casa é a primeira coisa, vem antes da escola, vem antes da mesa, porque sem casa as pessoas não têm dignidade, as pessoas sofrem de manhã à noite. as pessoas não têm vontade de vir p'ra casa, as pessoas vivem numa marginalidade, não têm sentido nenhum, não há relação de família!* (VIII)).

Em suma, podemos compreender que a cooperação, o trabalho em rede, assume um papel importante no seio desta associação, sendo reconhecido pela sua população-alvo. Desta forma, de acordo com as perspectivas destes actores, confirma-se a hipótese de que a cooperação entre diferentes agentes socioeconómicos demonstra capacidade de favorecer o desenvolvimento espacial e promover comunidades mais coesas.

No caso do Espaço t, ainda que alguns vectores do desenvolvimento são considerados prioritários, como a saúde, a habitação, a educação e as acessibilidades, assim como é apresentada a perspectiva de que o desenvolvimento depende da educação para a sensibilidade social, a concepção maioritária é de que a cooperação é o melhor caminho para o desenvolvimento(*e continuo a achar que a autarquia contribuísse dessa forma, e mesmo(...)associar-se também às empresas(...)muitas vezes não é querer fazer caridade...é querer mexer o nome deles, que fique bem(...) mas ajudavam, pronto e ficava a fama, não importa...importaria sim, o fazer, o resultado, o adquirido, ajudava muito*(II); *é primeiro de tudo, quem 'tá à frente do desenvolvimento, ter uma perspectiva não de superioridade mas de igualdade, não é? E de envolvimento e de proactividade com todos. Porque ninguém consegue fazer nada...acho que as ideologias totalitárias não funcionam, não é? é preciso promover uma inclusão de todos e trabalhar com todos*(IX); *E o desenvolver uma comunidade só a nível social, por ex, esquecendo o cultural, 'tá tudo estragado, tem que haver aqui uma articulação para que uma localidade possa ter esse desenvolvimento*(VI)). Notando-se aqui a insistência numa cooperação intersectorial, inclusiva e multidimensional, e que, a nível social, ultrapasse o assistencialismo (*uma modificação de ver os problemas de forma diferente, ou então mais abrangente. Não só a esmola, mas tem q se trabalhar as outras vertentes*(…)*Neste momento acho que o Porto até está desenvolvido nessa área, porque já não 'tá assim tão taxativo, tão assistencialista entre aspas*(VI)). Portanto, dada a importância que lhe é atribuída, segundo a perspectiva dos membros desta organização, confirma-se que a cooperação entre diferentes actores socioeconómicos demonstra capacidade de favorecer o desenvolvimento espacial e promover comunidades mais coesas.

No caso do projecto Igualdade de Género como Exercício de Cidadania, percebemos que para além de haver uma preocupação central com a cooperação, há uma forte

perspectiva geográfica marcada pela consciência da necessidade de valorizar e potenciar as localidades, as regiões(*pegarmos nisto que nós temos, tão característico.. que 'tá na agricultura, está nas paisagens, 'tá nos produtos tradicionais(*VII); *há muitas coisas que não se conhecem porque não se promovem, não é? é preciso fazer divulgação*(XIV)) e promover um desenvolvimento integrado, garantindo maior justiça espacial a nível regional e nacional(*se a Região Norte for colocada no mapa, no mapa dos políticos!*(…) *a Região Norte não é só o Porto!*(…)*Portugal é Portugal por inteiro...não é?*(X)). A própria escala inter-institucional do projecto, a sua organização regional e, em alguns casos, a localização e o âmbito de actividade das organizações participantes potencia este tipo de reflexão mais centrado nas questões geográficas, como aliás podemos ver aqui(*e este projecto, pelo menos aqui na zona norte, para nós AJD, tem sido muito proveitoso, nesse sentido de conhecer as outras associadas(…) depois também a própria dinâmica do projecto(…) de nos termos reunido aqui na zona norte*(…)*vai nos obrigar a trabalhar em conjunto estas três entidades, aqui, em Viana do Castelo, o que eu acho que é muito positivo*(III); *até porque esta associação tem, os associados são agricultores, pequenos agricultores…e é muito de meio rural, ou seja…se esta alternativa, se este mudar mentalidades até é difícil para nós, p'ra mais urbanos, quanto mais, no meio rural, não é?(*VII); *talvez porque sejam associações locais, a maioria delas e talvez porque nos meios rurais se note ainda uma maior necessidade de trabalhar isto, não é? as questões da igualdade de género, chegam mais depressa, acho eu, aos meios urbanos do que aos meios rurais*(X); *há tanta coisa que se pode fazer nesta região aqui, há tantas coisas que nós temos que outras regiões não têm, não é?*(XIV)).

Portanto, a cooperação entre diferentes actores socioeconómicos demonstra, também segundo a perspectiva das participantes neste projecto, capacidades de favorecer o desenvolvimento espacial e promover comunidades mais coesas.

DIMENSÃO INTER-ESCALAR

Ao último objectivo, que é avaliar a presença ou ausência de interacção entre a escala global e local, em termos da intensidade de contacto da população-alvo com esta, corresponde a hipótese de que a utilização de dinâmicas globais de cooperação pode favorecer as auto-representações da população-alvo, nomeadamente, no que diz respeito ao seu papel na comunidade.

Nesta dimensão, analisamos i) a importância dada pela população-alvo e pelos interactores a essa interacção glocal; ii) o grau de interacção com esta escala vivenciado pela população-alvo e percepcionado pelos interactores; iii) e os efeitos percepcionados pela população-alvo e pelos interactores nas auto-representações da primeira.

Importância da interacção glocal

Então, logo no primeiro tópico, notamos claramente a clivagem entre casos de estudo que este objectivo permite detectar. Os entrevistados da AHH são quase unânimes em afirmar a *importância elevada* da escala global(*A Habitat tem desde há muitos anos um membro permanente nas Nações Unidas, a Habitat...tem um papel internacional mundial de relevo mesmo(VIII)*; *primeiro são os voluntários; segundo, a ligação com filiais de outros países que(…) além de darem donativos, dão-nos know how*(I); *sim, muito porque a convivência com pessoal assim de fora...não sei..dá mais emoção ao trabalho!*(XV); *olha, é importante, é porque (...)conhecemos pessoas...dos Estados Unidos e assim, e mostraram-nos fotografias(...)e foi bom, ver da maneira como eles vivem fora do país...conhecer um bocado do país e vida deles*(XIII)), visto tratar-se de uma filial de uma ONG internacional que sustenta o seu trabalho com base num programa internacional de voluntariado. Apenas a técnica da AHH considera esta escala como *importante*(*Muito sinceramente a ligação entre Habitat Portugal e a HFHI é porque somos filial, porque como te disse da outra vez, como construímos pouco, eles não nos ligam muito(…)Sabem que nós temos um bom programa, os voluntários adoram-nos...mas pronto.. Claro que é importante, a escala global, e nós temos muito trabalho*(V)).

No caso do Espaço t, o fundador e a técnica também consideram esta escala como *importante*(*Por um lado é levar esta prática (…)para lá fora também ser conhecida, por outro lado é trazer pessoas para que dentro desta prática também possam dar o seu contributo(…)Nem que venham só pr'a'qui falar inglês aos nossos alunos*(...)*eu acho que o mundo é cada vez mais globalizado e nós não podemos ver uma realidade ou um espaço sem uma fronteira...sem a tal interacção* (IX)), assim como apenas uma associada da Animar(*aliás, a Igualdade de Género(…)está nos objectivos de desenvolvimento do*

milénio…portanto…toda a gente sabe que isto é preciso trabalhar para..esta problemática e por ai, é um eixo comunitário do quadro europeu(VII)).

A *importância* da escala global é vista como *reduzida* pelo técnico do Espaço t(*o Espaço t tem âmbito nacional, começou com âmbito local, no Porto, agora tem âmbito nacional, desde 1999*(…) *se o voluntário, do ponto de vista da observação, eu acabo por aceitar porque de alguma forma estou a possibilitar que aquela pessoa conheça outra realidade* (...)(os voluntários/estagiários)*vêm com outros olhos ....não estão na instituição, não estão de alguma forma deformados ou viciados pela instituição(...) dão-nos outra visão, até porque o mundo não é estanque e evolui*(IV) e por duas participantes do projecto *Igualdade de Género como Exercício de Cidadania*(*Fala-se dos estudos feitos em França, que estamos a anos luz do que se faz lá, mas só nessa perspectiva de comparação, nada mais!*(X)).

Para o grupo da população-alvo do Espaço t, a escala global tem *importância nula*(*aaa intercâmbios acho que nunca participei em nenhum..*.E conheceu algum estrangeiro aqui dentro? *Não, Não, nunca*(XVII); *estrangeiros, que me lembre(...) não*(II)), assim como para uma das participantes do projecto da Animar (*na sua concepção não tem*(III)).

Assim, resulta evidente que a interacção glocal tem apenas importância visível no caso da AHH.

Contacto da população-alvo com a escala-global

No segundo tópico, o *contacto da população-alvo com a escala global* é significativo para todos os membros da AHH (*Com os voluntários que largam outro país e vêm p'r'aqui construir com estas famílias e as famílias reconhecem que sem eles não seriam ninguém. Por esse lado há todo um reconhecimento*(V); *foi bom, foi bom, e tiveram aí miúdas que eram raparigas impecáveis e tudo mais(…)e depois fez-se assim alguns pic nics...foi bonito(...) comíamos aí...ao lanche e ao meio dia*(XI)), excepto pelo seu fundador, que o considera *limitado*(*Em tempos nós quisemos envolver muito os voluntários com as famílias*(...)*isso não deu resultado(…) depois, quando eles regressam, nós é que ficamos com o ónus...porque depois nós não conseguimos manter essa relação de amizade pessoal*(VIII)). Para o fundador do Espaço t, este contacto é também significativo(*A prova disso é que nós temos utentes que nunca se esqueceram de estagiários e temos estagiários que nos mandam mails e nos visitam ao fim de muitos anos(…) mais lógico é que eles venham p'ra cá dinamizar um ou dois atliers ou os que der... nas suas áreas específicas com os nossos alunos*(IX), já os técnicos da mesma organização consideram-no limitado(*Há, aaa… tentamos que façam actividades com eles, os que são artistas…às vezes vêm de outras áreas como por exemplo economia… mas propomos que façam uma actividade de cultura ou língua*(IV)). Os restantes entrevistados, alunos do Espaço t e associadas da Animar, afirmam que o seu contacto com a escala global é *nulo*(conheceu estrangeiros aqui? *Não*(XII); *não calhou de conhecer...* (II)).

Confirmando, a percepção anterior, apenas no primeiro caso de estudo se manifestam contactos significativos da população-alvo com a escala-global.

Efeitos percepcionados

Quanto aos efeitos percepcionados na população-alvo, mais uma vez ressalta a diferenciação do primeiro caso de estudo, à excepção de um proprietário, todos os membros da AHH identificam efeitos na população-alvo. Passando a descrever as tendências, *o aumento da auto-confiança e da confiança na própria sociedade* é identificado por um dos proprietários(*é como aquele mundo que faz assim, da Unicef...imaginei o mundo assim...isso quer dizer que há entreajuda...não é?(*XI)); e também pelo técnico (*se há pessoas que vêm do outro lado do mundo para as apoiar…e ajuda-las a construir a casa, é porque realmente, alguma coisa ainda funciona bem. e (…) há um aumento de confiança tanto nelas próprias como na própria sociedade*(I)), este último identifica também um *relativo aumento de responsabilização e participação cívica*(*'há pessoas que realmente ainda fazem isto, portanto, se calhar eu também podia fazer um bocadito mais', mas isso pode acontecer como pode não acontecer*(I)). O fundador da AHH, segue uma linha de raciocínio relativamente próxima à deste técnico, mas salientando sobretudo a *dimensão pessoal*, nomeadamente, identificando *a recuperação de dependências e uma mudança de atitude dos proprietários, no sentido de uma postura mais correcta*(*E o homem mudou muito, para uma posição humilde, uma posição assim de querer recuperar-se*(VIII)). A técnica e o colaborador salientam a *dimensão interna da participação cívica*, identificando *a possibilidade de uma participação mais activa no programa da AHH* (*seria fazer também voluntariado cá dentro, noutras casas Habitat …há apenas um caso de um senhor*(V)), e uma *auto-reflexão sobre os seus deveres como famílias habitat e como cidadãos*(*fá-los pensar duas vezes aquilo que eles são* (…) *quando vêm estas pessoas a virem de longe pr'os ajudar…começam a pensar doutra maneira, ao ponto de dizerem, 'ah ,quando a minha casa tiver feita, também vou ajudar'. Só que depois na realidade, não acontece. Mas, ao menos pensam… têm a ideia... e já ficam com a ideia...não é?(…) os efeitos são mais ao nível interior…(*XVI)). Duas das proprietárias salientam a *auto-reflexão a nível da dimensão social e humana*, a primeira centrando-se no *sentido das clivagens sociais*(*eram pessoas com um nível de vida(...)eram médicos e assim(...)e a gente diz assim, como é que pessoas deste nível vêm p'ra cá fazer trabalho, saem daqui cheios de cimento e vão p'la rua a baixo*(…)a gente vê isso de outra maneira, (...) *uma pessoa que só tem isto e isto e às vezes pensa que é mais que qualquer um e afinal não vale a pena ter(...)porque a gente vê pessoas assim que são humildes e prontos p'ra ajudar quem precisa!(*XIII)); a segunda focando a *bondade humana*(*pessoas com bom coração(…)não sabia que havia pessoas tão boas! como estas!*(XVIII)).

Esta última dimensão leva-nos à questão dos efeitos da interacção entre grupos de diferente origem social e da constatação do compromisso de toda a sociedade na resolução dos problemas sociais.

Em oposição, nenhum dos entrevistados dos restantes casos de estudo, identificou efeitos da interacção global na população-alvo.

Resumindo, no primeiro caso de estudo, podemos perceber que as representações da população-alvo foram afectadas pela interacção com os voluntários internacionais, mas não tanto no sentido introspectivo, e mais no sentido da extroversão, da descoberta de novas culturas, da abertura a outras classes sociais, e, de uma maior confiança na entreajuda entre seres humanos(*é como aquele mundo que faz assim, da Unicef...imaginei o mundo assim...isso quer dizer que há entreajuda...não é?(*XI)).

A percepção dos voluntários internacionais sobre a sua interacção com as famílias é justamente de que estas se questionam: *porque vieram eles de tão longe para ajudar-nos?* Afirmando quase metade dos inquiridos ter visto as famílias todos os dias na construção, assim como ter tido oportunidade de dialogar com elas, mais do que uma vez, enquanto os restantes as viram quase todos os dias e partilharam sobretudo as tarefas de construção com as mesmas.

Podemos observar a interacção das famílias com duas equipas internacionais, o grupo Envivo e uma Golbal Village, pela proximidade linguística, mas também pela presença de mais elementos da família na obra, evidenciou-se maior grau de interacção com o primeiro grupo. Notando-se algum desconforto inicial por parte dos elementos da família, mas logo em seguida, a curiosidade mútua e o gosto em trabalhar em conjunto. Uma das filhas da família revela-me, mais tarde, (*admiro estas pessoas*(XII)), ao que a sua mãe acrescenta (*agradeço a toda esta gente do fundo do coração!*(XI). Daqui podemos verificar, mais uma vez, a importância dada à acção destes voluntários.

Quanto à sua concepção do voluntariado internacional, quatro dos onze consideram que este implica solidariedade internacional, apontando um deles que o programa *Global Village* lhes permite exercer a responsabilidade à escala universal da cidadania (*I think GV provides one with the opportunity to contribute first hand help to others on a worldwide basis. It fulfills a responsibility much broader than your country of citizenship*(E)) ideia que é associada ao papel de cidadão também por outro voluntário(*Active participant exercising a universal responsibility to help*(A)). Esta concepção vai de encontro à representação acima apresentada pelo proprietário XI, a visão de um mundo onde a entreajuda atravessa fronteiras. Enquanto os sete restantes salientam a oportunidade de conhecer outras culturas como característica distintiva do voluntariado internacional.

Os restantes membros são comedidos quanto aos efeitos desta interacção nas representações dos proprietários quanto à participação cívica (*'há pessoas que realmente ainda fazem isto, portanto, se calhar eu também podia fazer um bocadito mais', mas isso pode acontecer como pode não acontecer*(I); *os efeitos são mais ao nível interior…(*XVI)). A questão da fraquíssima participação dos proprietários na construção de novas casas é sintomática (*seria fazer também voluntariado cá dentro, noutras casas Habitat …há apenas um caso de um senhor*(V)).

O verdadeiro impacto do programa *Global Village* nas famílias Habitat não estará, pois, na auto-reflexão sobre o seu próprio papel na comunidade, mas na reflexão sobre as fronteiras éticas, sociais e geográficas que dividem os grupos humanos(*uma pessoa que só tem isto e isto e às vezes pensa que é mais que qualquer um e afinal não vale a pena ter(...)porque a gente vê pessoas assim que são humildes e prontos p'ra ajudar quem precisa!(*XIII)). Aqui podemos perscrutar que, de acordo com as definições de Allardt, esta proprietária expressa que as diferentes oportunidades quanto ao Ter, não devem impedir os cidadãos de Amar sem fronteiras, e assim, Ser mais realizado e mais humano. Concluindo, refuta-se a hipótese de que a interacção glocal, presente nesta organização, favoreça as auto-representações da população-alvo, nomeadamente, no que diz respeito ao seu papel na comunidade.

Pelas evidências apresentadas podemos automaticamente refutar a hipótese para os dois últimos casos de estudo, visto que a interacção glocal não é significativa em nenhum deles.

No caso do Espaço t, a interacção com a escala global é limitada às figuras esporádicas dos estagiários e voluntários internacionais e aos programas de intercâmbio, assim, o contacto da população-alvo com estes não é uniforme, resultando que dos três alunos entrevistados nenhum apresentou ter experienciado tal interacção.

No caso do Projecto da Animar, a interacção entre a escala local e global (ou internacional) é inexistente, reduzindo-se a dimensão internacional ao financiamento comunitário.

CONCLUSÕES

Não há processos perfeitos num mundo imperfeito.

Este estudo trouxe-nos um enfoque diversificado e, ao mesmo tempo, aprofundado às dinâmicas específicas destas iniciativas do Terceiro Sector, no actual contexto de mudança de paradigma nas respostas sociais que a inovação social representa.

De uma forma geral, vimos que os modelos ideais não se aplicam à realidade observada, e detectamos junto dos actores a consciência de que não há processos perfeitos, e, como tal, perante a imperiosa complexidade dos problemas sociais, as iniciativas necessitam manter o seu foco de acção de forma clara e determinada,[21] tentando, sim, melhorar os processos[22], mas almejando sempre os resultados[23].

Então, a nível de processos, analisamos dificuldades nos três casos de estudo, que poderão fazer parte do seu processo de aprendizagem organizacional e assim, constituir importantes trunfos.

No primeiro caso, referimo-nos à dimensão interaccional, ainda que o foco do programa seja a construção de habitações, e, por esse motivo a interacção com a população-alvo diminua de intensidade após o período de construção, detectamos algum mal-estar por parte das famílias Habitat, assim como de alguns dos seus interactores, face a esta evolução de relações. Uma possibilidade interessante para alterar esta realidade é investir na integração das famílias como voluntárias em obras de novos proprietários Habitat, que como já referimos, na organização mãe faz parte dos critérios de selecção de famílias. E sendo o voluntariado um pilar estrutural desta organização, há aqui uma disfunção a nível da ressonância da mensagem da organização para a população-alvo. Portanto, apostar no cumprimento desta condição, é potencializar a reinterpretação da missão da Habitat pelas famílias, e ao mesmo tempo, dar mais estabilidade ao grau de interacção com as mesmas, no longo prazo.

No segundo caso de estudo, percebemos que há alguma fragilidade, na dimensão inter-institucional, especificamente nas relações com entidades investidoras

---

[21] *Penso que o grande forte da Habitat é de ter um foco muito específico na habitação, também por isso já 'tá há tantos anos no mundo inteiro…porque nós tratamos principalmente da habitação, claro que acaba também por se ajudar no resto, mas o grande foco é essencialmente na habitação*(I); *esta consciencialização social prá problemática da igualdade de género, parece-me que é realmente o fundamental aqui... o sumo, não é? ... o sumo deste projecto(X)*

[22] *neste momento, ter uma comunidade em que todas as vertentes funcionem, e não haja nem uma que falhe, é uma utopia. Mas por isso, temos que trabalhar em conjunto para que não falhe nenhuma, e é aqui que o trabalhar em parceria, tem força* (VI)

[23] *associar-se também às empresas(...)muitas vezes não é querer fazer caridade...é querer mexer o nome deles, que fique bem(...) mas ajudavam, pronto e ficava a fama, não importa...importaria sim, o fazer, o resultado, o adquirido, ajudava muito* (II)

provocando a sua descontinuidade, o que poderia ser resolvido, com a realização de eventos conjuntos para fomentar relações e mediatizar as organizações, ou com programas de formação e/ou voluntariado para os colaboradores das entidades parceiras. Justamente, integrar voluntários é outra dificuldade sentida nesta organização, portanto, a realização de programas estruturados de voluntariado com actuais parceiros (mais viável com os parceiros culturais), na forma de workshops, ou ciclos de workshops ou eventos, poderia, não só, fortalecer as relações de parceria como alargar o número de voluntários. Mesmo para os parceiros não culturais, o incentivo ao voluntariado (ainda que na formação, e não na área social), trazendo os colaboradores para dentro da organização, realizando em conjunto projectos ou eventos, é uma forma particularmente frutífera de estimular emoções que poderão favorecer a identificação do parceiro com a mensagem organizacional, dessa forma, ganhando-o para a sua causa.

No terceiro caso de estudo, percebemos fragilidades ao nível da dimensão interaccional, justificadas pela descontinuidade do projecto, no tempo e no espaço, e por dificuldades próprias às organizações envolvidas. Estas são condicionantes que a realização de projectos com esta dimensão envolve, contudo, a possibilidade de uma calendarização menos faseada permitiria garantir maior participação das organizações e viria facilitar o estabelecimento ou consolidação de relações entre os participantes.

Por outro lado, encontramos também pontos muito positivos nas três iniciativas, como já referido, no primeiro caso, a participação activa da população-alvo no processo, a frutífera inclusão dos voluntários na vida da organização e a funcional cooperação com órgãos do poder local e entidades do sector privado; no segundo caso, a capacitação da população-alvo, a abordagem integrada aos problemas biopsicossociais facilitada pelo meio da arte, e a produtiva cooperação com organismos públicos e OTS's; no terceiro caso, a eficácia na exploração da temática da Igualdade de Género que impulsionou a determinação das participantes em fazer uma abordagem integrada à temática junto das suas comunidades.

A consciência da complexidade social (*o social hoje em dia está um caos! Assusta trabalhar o social hoje em dia!* (VI)) é fortemente apoiada por uma convicção da necessidade de uma mudança social (*os ricos querem ser ricos e por serem ricos vai ter que haver sempre pobres* (IX)) que promova as relações humanas (*as pessoas acho que deviam se ajudar mais (…) há muita desunião, muito individualismo, as pessoas no nosso país vivem cada um por si* (XVI)) que fortaleça a cooperação intersectorial centrada no reconhecimento do papel das OTS's, por parte do Estado e dos agentes privados[24]. Pois, as organizações sociais

[24] *eles se ajudam as pessoas eles também têm que ser ajudados, não é? mesmo em coisa de dinheiros(...) materiais e tudo, eu acho que(...) devia haver mais apoio p'ra eles!*(XIV)

conseguem fazer a diferença, (porque (…) trabalham in loco, não é?(X)), desenvolvendo uma *relação de apoio e de confiança(...) (que é muito a relação com o desenvolvimento*(VII)), podem funcionar como catalisadores do estabelecimento de relações funcionais. Extrapolando, podemos relembrar Charles Leadbeater, quando afirma que os serviços públicos só terão qualidade quando atribuírem às pessoas um papel activo, isto é, quando deixarem espaço às soluções locais baseadas em relações humanas funcionais (Leadbeater, 2009).

São abordados os vários papéis do Terceiro Sector, quer como fonte de respostas sociais e apoio de proximidade às populações, quer como promotor da cidadania, e, ainda como, criador de valor económico. Compreendendo-se que a cooperação estreita entre organizações sociais é fundamental para o fortalecimento do sector, tanto para o desenvolvimento de projectos, como para se constituir como grupo de pressão face aos decisores políticos. E neste ponto, é particularmente pertinente a questão da cidadania, que vários técnicos associam ao seu papel profissional, numa simbiose entre a noção de dever cívico e a função profissional, devida à proximidade e ao carácter humano das relações estabelecidas, que chega a motivar a extensão do papel profissional através do voluntariado[25]. Se as organizações do terceiro sector *são parte de uma atitude cívica específica*, são-no porque promovem a cidadania, dando voz aos que estavam silenciados, e porque exercitam a cidadania, no seu interior, não só em termos políticos, mas em termos de relações humanas[26] (Ferreira, 2004, p. 82).

Ora, a cidadania, cujo exercício implica o relacionamento entre seres humanos, a consciência de direitos e deveres, a noção de ajuda ao próximo, a definição de objectivos e meios de cooperação comunitária, é associada ao voluntariado, enquanto meio de contribuição, e ao associativismo, enquanto meio de prossecução de objectivos e de participação activa na comunidade. Esta participação activa é reclamada perante a consciência do poder de agência do indivíduo na sociedade, consciência que se vê adormecida, e cujo ressurgimento é essencial para potenciar o desenvolvimento[27]. Só uma mentalidade proactiva e uma forte consciência do poder que representa o exercício da cidadania, de liberdades como o pensamento, a reunião e a associação, podem efectivar uma cooperação verdadeiramente promotora de

---

[25] *adoro o meu trabalho e podia também estender um bocadinho para o voluntariado*(VI)

[26] *quando os cidadãos estão associados, trabalham em conjunto (...)portanto, acho que há uma maior consciência do cidadão e da cidadania, do que é viver no colectivo*(III)

[27] *'Não consigo!', não existe! Porque a gente consegue....Resta ver que quantidade de energia se põe para conseguir*(VIII); *uma pessoa não vai mudar a sociedade mas muitas umas pessoas vão mudar(...) se eu quiser mudar, eu posso, eu tenho servir agente de mudança*(IV);

desenvolvimento[28]. Visto que o cidadão sendo a base do compromisso social é também o agente principal da cooperação entre agentes socioeconómicos, pois se este não estiver envolvido, dificilmente os processos poderão prosperar.

A dimensão educativa é facilmente visível, uma vez que para promover uma mentalidade proactiva e activar o exercício da cidadania, é necessária uma sensibilização, uma mobilização, sobretudo das populações excluídas, cujas incapacidades têm vindo a ser colocadas sistematicamente antes das suas capacidades e do seu poder como cidadãos de pleno direito. Mas não apenas entre as populações excluídas se verificam baixos níveis de cidadania, a larga maioria da população portuguesa atravessa uma crise de desresponsabilização social, que se lê na abstenção[29], na fraca participação em órgãos associativos e na reduzida adesão a programas de voluntariado. Esta ausência é sobretudo sentida em organizações de proximidade[30]. E o voluntariado em Portugal carece, regra geral, do espírito de compromisso[31], portanto, há uma necessidade premente de apostar numa *sensibilização forte, a nível do voluntariado* (VI), o que poderá ser colmatado com políticas de incentivo, nomeadamente, partindo da educação e da inclusão do serviço cívico nos programas extracurriculares das escolas públicas[32], à semelhança das escolas internacionais, onde este se integra nos próprios currículos.

É necessária também uma consciencialização social da população[33] porque a entreajuda entre seres humanos é a base de qualquer processo de cooperação, a associação entre indivíduos antecede a relação entre instituições, e em última análise, são os indivíduos que se relacionam (*claro que são as pessoas que falam, nunca se viram as organizações a falar!* (I)). É este o tipo de cooperação que os actores apontam como

---

[28] *é, quem apresenta a ideia, (...)também tem que se implicar na implementação dessa ideia e tem também que estar apto a envolver os outros(...) se nós conseguirmos isto, claramente nós vamos ter alunos mais aplicados, vamos trabalhadores mais trabalhadores, vamos ter patrões mais respeitadores, ou seja, vamos ter bons cidadãos…*(III)

[29] *acho que infelizmente se vê um demitir de responsabilidades por parte dos cidadãos, não é? já nem falo do lado político, porque isso basta ver o absentismo nas eleições*(IV)

[30] *ainda tem muito que melhorar em relação ao voluntariado. pelo menos no que diz respeito a pequenas associações. Em grandes causas, toda a gente faz voluntariado com a cruz vermelha, o banco alimentar!*(I)

[31] *eu sou voluntário, mas eu posso faltar quando quero*, (VI); *vamos fazer umas coisas (...) mas hoje 'tá a chover e já não vou* (IV)

[32] *assusta-me ver a população jovem que temos hoje em dia, não pensa, não reage, não faz absolutamente nada!*(VI)

[33] *se eu próprio tiver educação, e formação no sentido de estar sensível p´ra uma série de questões sociais, vou trabalhar ao ponto de... estar consciente* (IV)

melhor caminho para o desenvolvimento (*'tá-se a criar a ideia que é necessário haver entreajuda p'ra sociedade evoluir*(I)).

O desenvolvimento como o entendem os participantes deste estudo, parte de uma base tão simples quanto idealista, no mundo de hoje, (*é trabalhar todas as pessoas para o mesmo fim, percebes?* (V); *que houvesse assim uma união…*(XI); *através de projectos de parceria, (...)só assim é que conseguimos (…)renovar o que temos, melhorar o que temos, e utilizar o que temos*(VII)) que talvez esteja longe de compreender que o desenvolvimento diz respeito a todos por igual,[34] porque *todos temos várias necessidades, (…)todos ao mesmo tempo temos alguma coisa p'ra dar. é só fazer a ligação (…) do que temos p'ra dar com as necessidades*(I). Ou seja, defendem-se aqui os mesmos princípios que defendeu Geddes no planeamento urbano, em inícios do séc. XX, que defende Roque Amaro a nível do desenvolvimento local, que norteiam o desenvolvimento sustentável, que defendeu Sen na sua análise da qualidade de vida, ou Rawls em *Justiça como Equidade.*

É, pois, fortemente sentida a necessidade de políticas que incentivem os processos de desenvolvimento no sentido da melhoria do bem-estar social e da garantia de justiça espacial[35]. Justamente, uma medida necessária para conseguir esse tipo de desenvolvimento é que *os excluídos (…) têm de ser integrados no próprio desenvolvimento (IX)*, de modo que, até à data, no ano europeu de combate à pobreza e à exclusão social, as políticas têm se mostrado insuficientes no combate à exclusão social.

A nível de resultados, percebemos que estas iniciativas alcançam um pouco além da sua temática de base. No caso da AHH, não só a habitação, mas também, por exemplo, a recuperação de dependências e o aumento de auto-estima. No caso do Espaço t, não só o bem-estar, mas o desenvolvimento de autonomia e a criação de grupos sociais primários. No caso do projecto Igualdade de Género como Exercício de Cidadania, não só a Igualdade de Género, mas a democraticidade geral dos processos organizacionais.

Vimos também, que os dois primeiros estão em fase de ampliação da sua escala de acção (AHH: construção em Amarante; Espaço t: futura filial em Lisboa), no terceiro caso, a sua escala é regional mas multiplicar-se-á nas várias escalas locais de cada

---

[34] *é primeiro de tudo, quem 'tá à frente do desenvolvimento, ter uma perspectiva não de superioridade mas de igualdade*(IX)

[35] *há pessoas aí a passar muita fome...muita miséria mesmo(...) mas...também há pessoas que ajudam aqueles que não precisam(...)eu acho que se devia saber mais da vida dessas pessoas e precisava, ajudava, não precisava, não ajudava*(XVIII); *acho que nós vivemos num mundo de hipocrisias(...) acho que sou um … consciente de uma sociedade que tem de ser mais justa p'ra* todos(IX); se *a Região Norte for colocada no mapa, no mapa dos políticos!*(…) *a Região Norte não é só o Porto!*(…)*Portugal é Portugal por inteiro...não é?*(X)

organização, e, durante a campanha, terá também divulgação nacional. Esta articulação inter-escalar é, como princípio, benéfica para a difusão da inovação.

Analisamos ainda a capacidade de ressonância destas iniciativas. No primeiro caso, são os voluntários o principal elemento difusor da mensagem central desta organização, pelo modo como a sua experiência tem impacto nos interactores. No segundo caso, percebemos que o principal motor de difusão é a própria cultura do Espaço t expressa na sua arte, que serve como meio de partilha dos ideais defendidos com a população-alvo e com o público em geral. No terceiro caso, entendemos que a valorização do projecto, como potenciador de acções futuras com as comunidades onde operam as organizações participantes, potenciará a probabilidade de difusão da temática do mesmo. Assim, reconhecemos a natureza inovadora da mensagem e dos efeitos destas três iniciativas, que pelas representações analisadas realmente captaram a imaginação das pessoas, proporcionaram a sua reflexão, o seu desenvolvimento pessoal, e, em alguns casos, melhoraram de forma significativa as suas condições materiais e/ou físicas e/ou psíquicas de existência, mas não, sem o seu envolvimento e participação activa. A grande mais-valia de uma iniciativa inovadora é justamente essa, a de se nutrir da força daqueles com quem luta.

Então, e de que forma influenciam estas iniciativas inovadoras o desenvolvimento espacial das comunidades onde operam?

Nos dois primeiros casos de estudo, *as estruturas dinâmicas de capital relacional* gravitam sobretudo na escala local das iniciativas, é o critério geográfico de proximidade que permite unir esforços, promovendo a participação dos vários agentes socioeconómicos num padrão de desenvolvimento inclusivo e sustentável, para fortalecer as vias de melhoria do bem-estar das comunidades (André, 2006). O inter-conhecimento que a comunidade local facilita, e o sentimento de pertença associado às identidades locais impulsionam relações geradoras de desenvolvimento, e, de um modo geral, relações funcionais. Neste sentido, a ideia de Leadbeater (2009) de que a melhor forma de promover atitudes e comportamentos é garantir que os cidadãos respeitam as pessoas que os manifestam, é mais facilmente realizável ao nível local.

Assim, a Habitat resolve problemas habitacionais em articulação com o poder local e desperta empresas e instituições para o voluntariado e para o dever cívico. O seu contributo para o desenvolvimento e a justiça espacial manifesta-se de forma material nas casas construídas nas comunidades de pertença dos seus proprietários, garantindo o direito ao local e evitando os problemas associados à deslocalização de populações. A constituição de redes operativas pela AHH evidencia-se na participação de vários agentes nas suas obras: órgãos do poder local, empresas fornecedoras e dadoras de materiais de construção, empresas participantes no programa de voluntariado para empresas, escolas participantes no programa de voluntariado para escolas, voluntários

da comunidade envolvente, incluindo vizinhos e amigos das famílias, voluntários habituais da AHH, voluntários internacionais participantes no Programa *Global Village*. Tais redes constituem efectivamente estruturas dinâmicas, dada a sua inerente complexidade e a variabilidade das suas formas, e são essas dinâmicas que permitem a actividade da AHH. O produto final – as casas Habitat – são o objectivo último do seu projecto, assim esta organização aposta na dimensão material da justiça espacial, entendendo a habitação como um elemento potencialmente catalisador da inclusão social.

O Espaço t, ao focalizar as necessidades do topo da pirâmide de Maslow em grupos excluídos, adopta uma postura integrada das necessidades humanas, propondo que esta pirâmide não impõe uma ordem ascendente. Mais ainda, reivindica a capacidade de escolha e o poder de decisão destes indivíduos, assim como o seu direito à cultura, procurando combater as injustiças no acesso à arte como forma de expressão. Portanto, esta organização opera sobretudo na dimensão imaterial da justiça espacial, sendo o seu objectivo último capacitar os excluídos para a sua auto-realização e, através da sua cultura, suscitar a sociedade a valorizar a pessoa humana como igual acima de todas as diferenças. Esta ideologia acaba por consistir a essência do Espaço t e é o motivo pelo qual o trabalho em rede é perspectivado, acima de tudo, como forma de alargar a escala de acção da organização, propagando a sua mensagem. O que é efectivado através da colaboração com organizações do Terceiro Sector, cujos utentes participam nas actividades do Espaço t, organismos públicos que provêm o financiamento, organizações da esfera cultural que facilitam eventos, entre outras entidades, e, é esta dinâmica relacional que permite dar resposta a cada vez mais indivíduos inseridos em problemáticas tão diversificadas. Actualmente esta organização alcançou já algum reconhecimento no seio das organizações do Terceiro Sector, tendo sido galardoada com vários prémios por diferentes entidades públicas e privadas.

Como já vimos, as redes dos dois primeiros casos estão longe de conseguir um processo perfeito, mas com perseverança e algum esforço de gestão estratégica, poderão potenciar a difusão das inovações, e assim, contribuir de forma mais expressiva para o desenvolvimento espacial das comunidades onde operam.

No terceiro caso, o capital relacional está instituído numa estrutura nacional que se dissemina à escala regional, e a esta escala, ao potenciar a qualificação das organizações do terceiro sector, poderá indirectamente favorecer o desenvolvimento, contudo, não o podemos afirmar aqui. À escala local, os efeitos poderão apenas ser testados após a campanha inserida no projecto, que constituirá um instrumento de sensibilização fundamental para uma abordagem integrada da cidadania.

Pela sua diversidade, estas três iniciativas constituem-se como casos ilustrativos de diferentes abordagens na efectivação de estratégias para necessidades efectivas de inovação social. As duas primeiras trabalham junto de grupos excluídos, uma delas abordando necessidades básicas, outra, as secundárias, e a terceira, operando ao nível intra-sectorial de forma a capacitar as organizações do Terceiro Sector para incorporar o género na sua filosofia de intervenção no âmbito da cidadania.

Concluindo, a inovação social presente nestas iniciativas comprova, que apesar de toda a adversidade que a actual conjectura socioeconómica representa, é possível, passo a passo, cruzando fronteiras, criando alianças, ultrapassando obstáculos, trilhar novos caminhos que conduzirão a um futuro mais justo e a uma sociedade mais coesa.

BIBLIOGRAFIA

Albarello, L., Digneffe, F., Hiernaux, J.-P., Maroy, C., Ruquoy, D., & Saint-Georges, P. (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais.* Lisboa: Gradiva.

Amado, M. (2007, Dezembro). Qualificar o Terceiro Sector: uma perspectiva de formação. *Vez e Voz - Inovação e Qualidade no Terceiro Sector* , pp. 51-56.

Amaro, R. R. (1993). As Oportunidades para o Desenvolvimento Local. In *A Rede Para o Desenvolvimento Local.* Faro: IN LOCO.

André, I. e. (2006). Dimensões e Espaços de Inovação Social. *Finisterra* , pp. 121-141.

Animar. (2008). Retrieved 08 28, 2010, from Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local: http://www.animar-dl.pt/projectos_animar/ver_projecto.php?id=6

Animar. (2008). Retrieved 08 28, 2010, from Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local: http://www.animar-dl.pt/associacao.php?id=14

Animar. (2008). *Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local*. Retrieved Agosto 28, 2010, from http://www.animar-dl.pt/socios/index.php

Animar. (2003). *Guia das Organizações e Iniciativas do Desenvolvimento Local.* Lisboa: Animar.

Animar. (2007, Dezembro). Parecer da Animar sobre a criação da régie-cooperativa António Sérgio. *Vez e Voz - Inovação e Qualidade no Terceiro Sector* , pp. 75-81.

Born, P. a. (2009). Innovation and Sustainable Community Change. Waterloo: University of Waterloo.

Brawley, L. (2009, 09). The practice of spatial justice in crisis. *Justice Spatiale, Spatial Justice* , pp. 8-27.

Bret, B. (2009, 09). Rawlsian universalism confronted with the diversity of reality. *Justice spatiale, Social Justice* , pp. 39-48.

CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. (2009). *Igualdade de Género em Portugal.* Lisboa: CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Presidência do Conselho de Ministros.

Dees, G. a. (2008, Winter). Cultivate your Ecosystem. *Standford Social Innovation Review* , pp. 47-53.

Demazière, D., & Dubar, C. (1997). *Analyser les entretiens biografiques.* Paris: Nathan.

Diogo, V. (2009). El rol de las organizaciones de la sociedad civil. *Desarrollo Local en un mundo global.* Malaga: Universidad de Malaga.

Elkington, J. a. (2008). *The Power of Unreasonable People.* Boston, Massechussets: Harvard Business Press.

Engels, F. e. (1972). *De Duitse Ideologie.* Nijmegen: SUN.

EQUAL - Common Data Base. (n.d.). Retrieved Maio 2010, from https://webgate.ec.europa.eu/equal/jsp/index.jsp?lang=pt

Espaço t. (2009, Janeiro 31). *Espaço t*. Retrieved Agosto 25, 2010, from http://www.espacot.pt/ETp/premios.html

Ferreira, S. (2004). O papel de Movimento Social das Organizações do Terceiro Sector em Portugal. *Actas do V Congresso Nacional de Sociologia - Sociedade Contemporânea, Reflexividade e Acção.* Braga.

Franco, R. C. (2005). Defining the NonProffit Sector:Portugal. In L. Salamon, *The John Hopkins Comparative Non Profit Sector Project.* Baltimore: The Johns Hopkins University Center for Civil Society Studies.

Frank, A. G. (1961). *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.* Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

Fuller, M. (1980). *Love in the Mortar Joints.* United States of America: Association Press, New Win Publishing, Inc.

Fuller, M. (2000). *More than houses.* Nashville, Tennessee: Word Publishing.

Furtado, C. (1976). *Economic Development of Latin America: a Survey from Colonial Times to the Cuban Revolution.* Cambridge: Cambridge University Press.

Gesundtheit Institut. (2010). Retrieved Agosto 23, 2010, from Gesundtheit Institut: www.patchadams.org

Giddens, A. (1972). *Capitalism and Modern Social Theory.* Cambridge: Cambridge University Press.

Gil, C. G. (2004). *Las ONG en la globalización.* Barcelona: Icaria.

Gronbjerg, K. A. (1992). Chapter 4 - Nonprofit Human Service Organizations: Funding Strategies and Patterns of Adaptation. In Y. Hasenfeld, *Human Services as Complex Organizations.* SAGE.

Habitat for Humanity International. (2010). Retrieved 08 28, 2010, from Habitat for Humanity International: http://www.habitat.org/how/why/intl_stats_research.aspx

Haesbaert, R. (2005). DA DESTERRITORIALIZAÇÃO À MULTITERRITORIALIDADE. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.* São Paulo.

(1992). In Y. Hasenfeld, *Human Services as Complex Organizations.* Sage Publications.

Keynes, J. M. (1947). *The general theory of Employment, Interest and Money.* London.

La Fageda. (n.d.). *La Fageda*. Retrieved 03 16, 2010, from http://www.fageda.com/web

Lavado, C., & Barata, A. (2007, Dezembro). O Portal do 3sector: formar, informar e inovar com as TIC. *Vez e Voz - Inovação e Qualidade no Terceiro Sector* , pp. 39-49.

Leadbeater, C. (2009). Public Service Innovation. *The Guardian* , 1-5.

Lenine, V. (1971). *Imperialismo, estádio supremo do capitalismo.* Lisboa: Nosso Tempo.

Lessard-Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (1990). *Investigação qualitativa - Fundamentos e Práticas.* Lisboa: Instituto Piaget.

Liberman, V. (2004). *Empreendedorismo Social: um processo em construção. Estudo de caso de três empresas gaúchas. Dissertação de Mestrado em Administração.* Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Luxemburg, R. (1967). *La acumulación del capital.* Mexico: Grijaldo.

Marcuse, P. (2009, 09). Spatial Justice: derivative but causal of social injustice. *Justice Spatiale, Spatial Justice* , pp. 49-57.

Marques, T. S. (2004). *Portugal na transição do século, retratos e dinâmicas territoriais.* Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.

Marx, K. e. (1998 (21 de Fevereiro de 1848)). *Manifesto do Partido Comunista de Karl Marx e Friedrich Engels.* Lisboa: Hugin Editores.

Massey, D. (1999, October). Negotiating Disciplinary Boundaries. *Current Sociology* , pp. 5-12.

Monteiro, A. (2008). Empreendedorismo Social e Responsabilidade Social. Vila Real.

Moore, M. L. (2009). The Role of CrossScale Interactions in Social Innovation. *Social Innovation Generation* (pp. 2-30). Waterloo: University of Waterloo.

Morgan, G. (2006). *Imagens da Organização.* São Paulo: Atlas.

Mulgan, G. A. (2007). *In and out of the sync- The chalenge of growing social innovation.* London: NESTA - National Endowment for Science, Technology and the Arts.

Mulgan, G. (2009). *Social Venturing.* London: The Young Foundation.

Mulgan, G. T. (2007). *Social Innovation: what it is, why it matters and how it can be accelarated.* Oxford: Oxford University.

Nilsson, W. O. (2003). *Social Innovation, An Exploration of the literature.* McGill University.

Office of The Third Sector. (2010, Fevereiro 16). Retrieved Março 8, 2010, from Cabinet Office, Office of The Third Sector: http://www.cabinetoffice.gov.uk/third_sector/about_us.aspx

Poirier, J. e. (1999). *Histórias de Vida. Teoria e Prática.* Oeiras: Celta Editores.

Portes, A. (2000, Setembro). Capital Social: Origens e aplicações na Sociologia Contemporânea. *Sociologia, Problemas e Práticas* .

Queiroz, M. (2004). O Planejamento Estratégico e as Organizações do 3º Sector. In R. Voltolini, *3º Setor Planejamento Estratégico e Gestão* (pp. 35-58). São Paulo: Senac.

Quintão, C. (2004). *Terceiro Sector, elementos para referenciação teórica e conceptual.* Retrieved Fevereiro 2010, from instituto de sociologia: http://www.letras.up.pt/isociologia/uploads/files/Working5.pdf

Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais.* Lisboa: Gradiva.

Rawls, J. (2001). *Justiça como Equidade: uma reformulação.*

Ricardo, D. (1971). *Principles of Political Economy and Taxation.* London: Penguin.

Ricardo, J. (2007, Dezembro). Terceiro Sector e Economia Social e Solidária: algumas pistas para reflexão. *Vez e Voz - Inovação e Qualidade no Terceiro Sector* , pp. 57-64.

Rodrigues, A. L. (2004). Configurações organizacionais em organizações sem fins lucrativos: reflexões para além da simples adopção de modelos. In R. Voltolini, *3º Setor, Planeamento e Gestão* (pp. 121-140). São Paulo: Senac.

Rodrigues, M. (1999). *Pelo Direito à Cidade, O Movimento de Moradores no Porto (1974/76).* Porto: Campo das Letras.

Rojas, S. A., Duarte, H. P., & Delgado, E. P. (2009). La disputa sobre el desarrollo. Una visión crítica desde la ótica marxista. *Desarrollo local en un mundo global.* Malaga: Universidad de Malaga.

Salvatore, V. (2004). A Racionalidade do 3º setor. In R. V. (org.), *Terceiro Setor, Planejamento e Gestão* (pp. 17-34). São Paulo: Senac.

Schutz, A. (1932). *A construção significativa do mundo social.*

Smith, A. (1937 (1776)). *An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations.* New York: Random House.

Soja, E. (2009, 09). The City and Spatial Justice. *Justice Spatiale, Spatial Justice* , pp. 31-39.

UNDP UNEP, W. B. (2005). *A Guide to World Resources* . WORLD RESOURCES INSTITUTE.

UNESCO. (2002). *SOCIAL CAPITAL AND POVERTY REDUCTION: Which role for civil society and the State?* UNESCO.

Vale, M. (2009, Vol.16). Conhecimento, Inovação e Políticas de Desenvolvimento Regional. *Prospectiva e Planeamento* , pp. 61-76.

Voltolini, R. (2004). Marketing, uma ferramenta útil para o terceiro setor. In R. Voltolini, *3º setor, planejamento e gestão* (pp. 141-167). São Paulo: Senac.

Weber, M. (1922). *Economia e Sociedade.*

Westley, F. (2008). The Social Innovation Dynamic. *?* (pp. 1-8). Waterloo: University of Waterloo.

Yoffe, D. (2004). Captação de recursos no campo social. In R. Voltolini, *3º Setor, Planejamento e Gestão* (pp. 207-218). São Paulo: Senac.

ANEXOS

ANEXO 1 – GUIÃO DAS ENTREVISTAS DIRECTIVAS NÃO PRESENCIAIS

Hypothesis	**Specific goals**	**International volunteers interview**
1. Interaction between groups in different socioeconomic conditions, different sociocultural origins and with different social problems, can promote the empowerment of target populations	To know the effects of these interactions on target populations empowerment and community involvement	How much did you see the homeowners? 1) every build day 2) most of the build days 3)only on the weekends 4)we only met them once 5) never met them How much contact did you have with them? 2) we were able to have a conversation more than once (even if translated) 3) we were able to have a conversation once 4) we worked together on the build but didn't communicate more than necessary 5) we only greeted each other 6) we had no contact If you did have at least once a conversation with the homeowners, what was it about?
2. Volunteering experiences can affect the imagination of volunteers, target populations and general public	To understand the effect of volunteer experiences on social representations of the individuals role in society	Why did you join HFHI? How would you classify your experience? 1) enriching 2) dignifying 3) worthwhile 4) not so good 5) frustrating how would you define your role in society, as a citizen? _____
3. Promoting social change within the structures of 3rd sector organizations is a condition to improve the extension of that struggle outside its walls	To understand the appropriation and re-interpretation of ideas by project members	Why do you think habitat works? 1) because social housing is a real problem 2) because a lot of people volunteer 3) because habitat conects several actors (volunteers/sponsors/homeowners/institutions) In your opinion what's the main message of habitat for humanity? 1) everyone deserves a proper house 2) it all starts at home 3) everyone can help to erase poverty housing
4. Interaction between actors implied in different development dimensions is considered to consolidate spatial development	To know the perspectives of different socioeconomic actors on the possibilities of this interaction towards spatial development	Please name the companies and institutions you know, that partner with HFHI. Particularly on the project you worked on, in Portugal this year, can you name any of the institutions or companies that partnered with habitat? _____ How important do you consider partnership among organizations? 1) very important 2) important 3) not so important how important do you consider this project for that community? 1) very important 2) important 3) only important to that single family
5. The use of global cooperation tools might promote the empowerment of target populations	To know the representations of glocal interaction by target populations	How would you distinguish international volunteering from local volunteering? 1) it implies international solidarity 2) it is a way to get to know other cultures 3) it is a nice way to travel 4) not everyone can afford it 5) it's the same experience only in a different country Why did you join this international volunteering project? Do you think the families see you in a different way, comparing with local volunteers? Yes __ No_ if yes, why? 1) they wonder why we came so far to help them 2) they are more grateful to us 3) they are not used to meet people from abroad 4)they can't communicate well with us 5) they don't feel comfortable with us around

ANEXO 2 – GUIÃO DE OBSERVAÇÃO DIRECTA E PARTICIPANTE

Hipóteses	**Objectivos específicos**	**Linhas orientadoras da observação**
A interacção entre membros com diferentes condições socioeconómicas, de diferente origem sociocultural e com diferentes problemas sociais pode ampliar as representações sociais das populações-alvo, no sentido de favorecer a sua inclusão social	Compreender que efeitos provoca, a interacção com o staff, os voluntários e outros interactores, nas representações da população-alvo sobre os seus interactores e auto-representações, e qual é a percepção dos interactores sobre esta interacção	relação entre diferentes membros: momentos de interacção, formalidade/informalidade, intensidade visível em linguagem verbal e não verbal; atitude de público-alvo face a outros membros (voluntários, técnicos, etc); atitude do público-alvo face à experiência: grau de participação e envolvimento;
As experiências de voluntariado afectam não só as representações dos voluntários, como dos membros internos e da população-alvo sobre o papel do indivíduo na sociedade	Analisar as representações sobre o voluntariado pelos voluntários, membros internos e externos e populações-alvo, de forma a compreender a sua importância na construção da perspectiva de cada actor sobre o papel do indivíduo na sociedade	comportamento de voluntários: formal/informal/ intensidade; discursos reflexivos sobre experiência; percurso pessoal: background; experiência repetida ou não; atitude de outros membros: discursos sobre voluntariado, atitude face aos voluntários
As experiências de cooperação entre OTS's favorecem o reconhecimento interno do papel do terceiro sector na promoção da cidadania	[36]Analisar a associação entre os papéis atribuídos, ao cidadão, ao terceiro sector e a importância dada à cooperação intrasectorial pelos membros das organizações	comportamento de participantes: formal/informal/intensidade; discursos sobre o sector ou o tipo de organizações, referência a experiências de cooperação anterior, propostas lançadas
A reinterpretação da ideia inovadora pelos membros (internos e externos) é inerente às dinâmicas de inovação social	Avaliar a presença ou ausência dos princípios de inovação social nas organizações, através da análise dos padrões valorativos dos diversos membros sobre a organização/projecto e o seu envolvimento na mesma/o	apropriação da filosofia e linguagem da instituição nos discursos; consciência do papel da organização no ambiente; consciência da mudança no sector(elementos q a definem: trabalhar c,trab rede, auto-financiamento; social accountability; >abertura à sociedade)
A cooperação entre diferentes actores socioeconómicos demonstra capacidade de favorecer o desenvolvimento espacial e promover comunidades mais coesas	Compreender as perspectivas dos diferentes membros das possibilidades que a cooperação entre agentes com diferentes papéis socioeconómicos apresenta para o desenvolvimento espacial	grau de conhecimento dos vários parceiros pelos actores; grau de consciência do seu papel; grau de consciência do problema social em causa; grau de consciência da capacidade do projecto para responder ao problema
A utilização de dinâmicas globais de cooperação pode favorecer as auto-representações da população-alvo, nomeadamente no que diz respeito ao seu papel na comunidade	Avaliar a presença ou ausência de interacção entre a escala global e local nestes projectos, em termos da intensidade de contacto da população-alvo com esta interacção glocal	grau de conhecimento dos parceiros internacionais pelos actores; atitude face aos mesmos; grau de interacção; grau de consciência do papel/importância destes;

[36] Observação directa orientada fundamentalmente para este objectivo

ANEXO 3 – GUIÃO DAS ENTREVISTAS PRESENCIAIS

Hipóteses	**Objectivos específicos**	***Questões orientadoras***	
		Staff/voluntários/fundadores	**População-alvo**
A interacção entre membros com diferentes condições socioeconómicas, de diferente origem sociocultural e com diferentes problemas sociais pode ampliar as representações sociais das populações-alvo, no sentido de favorecer a sua inclusão social	Compreender que efeitos provoca a interacção com o staff, os voluntários e outros interactores, nas representações da população-alvo sobre os seus interactores e auto-representações, e qual é a percepção dos interactores sobre esta interacção	Que relações entre diferentes grupos de participantes foram desenvolvidas ao longo do projecto? Qual a sua importância? E que continuidade têm? Qual o grau de interacção das populações-alvo com os outros membros? Que evolução notou na atitude destas ao longo projecto? Consegues observar nas/os... Efeitos das relações desenvolvidas?	Que relações pessoais criou ao longo do projecto? Como as descreveria (positivas/negativas; importantes, pouco importantes, porquê)? Desde que o projecto começou, algo mudou na sua vida? Fazendo um balanço da experiência acha que as suas ideias sobre … mudaram? Acha que o Estado deveria cumprir este papel? E as pessoas, cidadãos que deveriam fazer?
As experiências de voluntariado afectam não só as representações dos voluntários, como dos membros internos e da população-alvo sobre o papel do indivíduo na sociedade	Analisar as representações sobre o voluntariado pelos voluntários, membros internos e externos e populações-alvo, de forma a compreender a sua importância na construção da perspectiva de cada actor sobre o papel do indivíduo na sociedade	Porque se tornou voluntário do/a…?/ Porque começou o projecto da/o ...? O que significou para si esta experiência de voluntariado/com os voluntários? Porque pensa que eles fazem o que fazem? Era capaz de fazer o mesmo? Houve alguma mudança no seu estilo de vida depois desta experiência? Qual pensa ser o seu papel na sociedade, enquanto cidadão? Sempre pensou assim?	Como foi trabalhar/conhecer com os voluntários? Porque pensa que eles fazem o que fazem? Era capaz de fazer o mesmo? Qual pensa ser o seu papel na sociedade, enquanto cidadão? Sempre pensou assim?
A reinterpretação da ideia inovadora pelos membros (internos e externos) é inerente às dinâmicas de inovação social	Avaliar a presença ou ausência dos princípios de inovação social nas organizações, através da análise dos padrões valorativos dos diversos membros sobre a organização/projecto e o seu envolvimento na mesma/o	Porque se tornou membro do/a….? O que é para si a/o…(em 3 palavras)? Qual a principal mensagem do/a ...? Porque acha que a/o … funciona ?	O que é para si a/o…(em 3 palavras)? Qual a principal mensagem do/a ...? Porque acha que a/o … funciona ? Qual é a importância do …para si?
As experiências de cooperação entre OTS's favorecem o reconhecimento interno do papel do terceiro sector na promoção da cidadania	Analisar a associação entre os papéis atribuídos, ao cidadão, ao terceiro sector e a importância dada à cooperação intrasectorial pelos membros das organizações		Na sua opinião, qual é a importância da cooperação entre organizações do 3º sector? Qual pensa ser o papel do terceiro sector na sociedade? Como analisa a relação entre o Estado e o Terceiro Sector?

A cooperação entre diferentes actores socioeconómicos demonstra capacidade de favorecer o desenvolvimento espacial e promover comunidades mais coesas	Compreender as perspectivas dos diferentes membros das possibilidades que a cooperação entre agentes com diferentes papéis socioeconómicos apresenta para o desenvolvimento espacial	Como é composta actualmente a rede de parceiros do projecto? Que resultados destas sinergias vê nas comunidades abrangidas? Qual é, na sua opinião, a melhor forma de desenvolver uma comunidade ou região?	Que parceiros (empresas, outras organizações) do projecto conheceu? São entidades conhecidas nesta localidade? Pensa que a participação destas foi importante? A seu ver, como se poderia melhorar a vida desta comunidade?
A utilização de dinâmicas globais de cooperação pode favorecer as auto-representações da população-alvo, nomeadamente no que diz respeito ao seu papel na comunidade	Avaliar a presença ou ausência de interacção entre a escala global e local nestes projectos, em termos da intensidade de contacto da população-alvo com esta interacção glocal	Qual a importância da escala global na rede criada pelo projecto? Qual o grau de interacção da população-alvo com essa escala? Que efeitos são observáveis na população-alvo?	Conheceu parceiros (organizações, voluntários, etc) estrangeiros? Como foi essa experiência (positiva/negativa; importante, pouco importante); porquê? Trouxe-lhe algo de novo? A sua visão do mundo mudou de alguma forma?

ANEXO 4 - MODELO DAS ANÁLISE ENTREVISTAS PRESENCIAIS

Objectivo 1- Compreender que efeitos provoca a interacção com o staff destas organizações, os voluntários e outros interactores, nas auto-representações da população-alvo (nomeadamente, sobre o seu papel na comunidade) e qual a percepção dos interactores sobre esta interacção(intensidade, efeitos provocados na pop-alvo)

1.1 – **tipo de relações**

CAT A – clima geral de cooperação

CAT A1 – clima geral de cooperação, incluindo relações diferenciadas – quando os entrevistados referem a existência de diferentes tipos de relação, entre os diferentes membros da organização/projecto, atribuindo um carácter positivo e funcional às relações na sua generalidade

CAT A2 – clima geral de cooperação, incluindo relações diferenciadas, das quais se salienta a diferenciação técnico-utente – quando os entrevistados centram a diferenciação de relações na definição de papéis inerente à relação técnico-utente

CAT A3 – clima geral de cooperação, incluindo relações diferenciadas de acordo com a proximidade geográfica – quando os entrevistados salientam a importância da proximidade geográfica no estabelecimento de relações

CAT D – clima geral de cooperação, incluindo relações diferenciadas de acordo com grau de inter-conhecimento – quando os entrevistados salientam o carácter pessoal e humano das relações

CAT C – relações incipientes, de uma forma geral – quando os entrevistados revelam a inconsistência das relações entre membros da organização/projecto

1.2 – **importância das relações**

CAT A - entreajuda – quando os entrevistados salientam a importância do apoio mútuo entre os membros

CAT B - apoio/gratidão – quando os entrevistados focam apenas o apoio num dos sentidos: dos técnicos para os utentes

CAT C – noção de projecto conjunto – quando os entrevistados manifestam que as relações constroem o projecto/organização

CAT D – bom entendimento entre todos – quando as relações são perspectivadas como garantia de equilíbrio da organização/projecto

CAT E – pouca importância – quando os entrevistados desvalorizam as relações

1.3 – **continuidade das relações**

CAT A – continuidade pode afectar crescimento – quando os entrevistados salientam a utilidade da mudança e da inclusão de membros novos para o crescimento da organização

CAT B – continuidade favorece a evolução dos utentes e a agilidade do trabalho – quando os entrevistados salientam a necessidade de relações estáveis para o trabalho de inclusão social

CAT C – amizade supera as descontinuidades – quando os entrevistados salientam os laços estabelecidos entre membros e ex-membros ao longo do tempo

CAT D – diferenciada entre diferentes membros – quando os entrevistados especificam diferentes graus de continuidade para diferentes tipos de relação

CAT E – proximidade geográfica e relações interpessoais favorecem continuidade – quando os entrevistados salientam a importância da proximidade geográfica e do contacto interpessoal para a continuidade das relações

CAT F – alguma descontinuidade – quando os entrevistados detectam alguma descontinuidade, de uma forma geral, nas relações criadas ao longo do tempo

1.4 – **grau de interacção população alvo com interactores**

CAT A – diferenciada entre diferentes membros – quando os entrevistados referem diferentes graus de interacção de acordo com o tipo de relação

CAT B – relações pessoais definem o grau de interacção – quando os entrevistados salientam o carácter pessoal da relação como determinante do grau de interacção

CAT C – grande proximidade geral – quando os entrevistados percepcionam que o grau de interacção da população-alvo com diferentes membros é, regra geral, bastante elevado

CAT D - proximidade geográfica determina o grau de interacção – quando os entrevistados salientam o carácter determinante da proximidade geográfica

CAT G – algo limitada – quando os entrevistados detectam limitações, de uma forma geral, no grau de interacção da população alvo com os seus interactores na organização/projecto

CAT F – limitada no geral, dificultada pela dinâmica do projecto – quando os entrevistados entendem que a dinâmica da própria actividade reduz o grau de interacção

1.5 – **evolução das pessoas (e orgs) ao longo da vida da org/ do projecto**

CAT A **–** em geral positiva – quando os entrevistados salientam aspectos positivos, referindo-se aos vários membros da organização

CAT B – pessoal/ muito positiva – quando os entrevistados salientam aspectos positivos, centrando-se na sua evolução pessoal

CAT C – pessoal/ e organizacionalmente positiva – quando os entrevistados salientam aspectos positivos, referindo-se à sua organização

CAT D – sem padrão definido – quando os entrevistados não reconhecem uma evolução padronizada dos membros, salientando características pessoais para a evolução de cada indivíduo

CAT E – sem evolução – quando os entrevistados entendem que o projecto/organização não implicou qualquer mudança

1.6 – **efeitos percepcionados das relações na população alvo**

CAT A – abertura de perspectivas de futuro – quando os entrevistados salientam as mudanças a longo prazo

CAT B – aumento de autonomia – quando os entrevistados salientam a criação das próprias estratégias por parte da população-alvo

CAT C – quebra do isolamento – quando os entrevistados salientam o efeito imaterial imediato das relações

CAT D – melhoria de condições de vida – quando os entrevistados salientam o efeito material das iniciativas

/percepção do prob. pela pop alvo

CAT A – consciência da necessidade de cooperação entre Estado, Instituições públicas, empresas e OTS's – quando os entrevistados defendem esta cooperação como possível solução do problema
CAT B – defesa da mudança de paradigma no trata/o de doenças mentais – quando os entrevistados defendem esta mudança como possível solução do problema
CAT C – problema educacional e cultural – quando os entrevistados assim definem a natureza do problema
CAT D – percepção nula – quando o entrevistado não expressa consciência do problema

Objectivo 2 - Avaliar a presença ou ausência dos princípios de inovação social nas organizações através da análise das representações dos membros do staff, dos órgãos directivos, e dos vltrs, de forma a compreender as implicações destes princípios nos padrões valorativos dos mesmos e na sua atitude perante o seu trabalho e a sua organização/a org e o seu projecto

2.1 motivo de entrada/criação da organização
Não focado pela sua vinculação aos percursos pessoais de cada entrevistado
2.2 **definição da org./projecto**
CAT A – ideia central com 3 palavras – quando os entrevistados condensam numa curta mensagem a sua definição de organização
CAT B – 3 palavras - 3 ideias – quando os entrevistados recorrem a três ideias-chave para transmitir a sua definição
2.3 **mensagem da org/projecto**
CAT A – associada ao papel para com a população-alvo – quando os entrevistados centram a mensagem da organização no trabalho com a população-alvo
CAT C – projectada para o público em geral - quando os entrevistados expandem a mensagem da organização para o público em geral
CAT B – associada aos ideais – quando os entrevistados percebem a mensagem da organização no seu carácter ideológico
2.4 **motor da org/projecto**
CAT A – trab c/ e trb em rede – quando os entrevistados salientam os dois pilares da inovação social
CAT B – trabalhar com – quando os entrevistados salientam este pilar da inovação social
CAT F – trabalho em rede - quando os entrevistados salientam este pilar da inovação social
CAT H – a temática que o move – quando os entrevistados salientam a importância da temática abordada
CAT E – capacidade organizativa – quando os entrevistados salientam a importância da gestão e dos aspectos logísticos
CAT K – equipa de trabalho – quando os entrevistados salientam a qualidade da equipa de trabalho
CAT J – capacidade de responder às necessidades – quando os entrevistados salientam a adequação à procura de inovação
CAT I – o amor – quando o entrevistado salienta a dimensão humana da organização
CAT G – intervenção divina – quando o entrevistado salienta a dimensão transcendente da organização
2.5 **importância da org/projecto**

CAT A – resultados directos - quando os entrevistados se centram neste nível de resultados
CAT B – resultados directos e indirectos – quando os entrevistados abrangem os dois níveis de resultados, tanto em termos de escala como de ressonância e alcance

Objectivo 3 - Analisar as representações sobre o voluntariado pelos voluntários, membros do staff e populações-alvo, de forma a compreender a sua importância na construção da perspectiva de cada actor sobre o papel do indivíduo na sociedade

3.1 **Avaliação do trb c voluntários/como vltr/da colaboração vltr**(Caso Animar)
CAT A – muito positiva
CAT B – positiva
CAT C – positiva com aproximação da figura do voluntário à de estagiário
CAT D – não totalmente positiva
3.2 **Motivos percepcionados do voluntariado/colaboração vltr** (caso ANIMAR)
CAT A – responsabilidade social e necessidade individual – quando os entrevistados encontram motivações sociais e individuais para o voluntariado
CAT A1 - responsabilidade social e necessidade individual + exp profissional (XVI) e networking (I e IV)
CAT A2 – responsabilidade social e necessidade individual + exp social
CAT B – responsabilidade social e possibilidades económicas – quando a responsabilidade social é associada às possibilidades económicas dos voluntários como motivação para o voluntariado
CAT C – necessidade organizacional de aprendizagem e responsabilidade social – quando a colaboração voluntária é motivada sobretudo pela necessidade de aprendizagem organizacional
CAT C1 - necessidade organizacional de aprendizagem + sentido do dever de colaboração
CAT C2 – necessidade organizacional de aprendizagem e financiamento
CAT D – altruísmo - quando a motivação percepcionada é o puro altruísmo e a bondade humana
CAT E – vontade/orgulho de/em colaborar com a organização – quando a motivação apresentada pelo voluntário é a consideração pela organização
3.3 **vontade de fazer vltr/colaborar voluntaria/ em projectos**
CAT A – expressa e realizada
CAT B – expressa com reservas
CAT C – expressa mas não total/ realizada por indisponibilidade
3.4 **mudança de estilo de vida**
CAT A – percepcionada positivamente
CAT B – não percepcionada
3.5 **papel de cidadão**

CAT A – fortemente associado ao voluntariado/associativismo – quando os entrevistados manifestam entender que o voluntariado ou o associativismo lhes permite ou facilita a prática da cidadania

CAT B – fortemente associado à condição de pensionista por invalidez - quando os entrevistados centram a análise do seu papel de cidadão na condição de inválido, atribuída pelo handicap físico ou mental que possuem

CAT B1 – fortemente associado ao papel de esposa de deficiente motor

CAT C – fortemente associado à necessidade de mudança social – quando os entrevistados salientam o papel do cidadão como agente de mudança

CAT D – fortemente associado ao papel profissional – quando os entrevistados entendem que o seu papel profissional se aproxima do seu dever cívico, e por esse motivo lhes permite exercer cidadania

CAT E – fortemente associado ao trabalho da organização - o entrevistado que entende que o contacto com a organização, lhe permite exercer o seu papel de cidadão

CAT F – fortemente associado ao respeito pelo outro e à ajuda ao próximo – quando os entrevistados salientam a sua relação com o outro

CAT G – dificilmente expresso, vagamente associado a deveres – quando o entrevistado tem maior dificuldade em definir o seu papel

3.6 **constância da opinião**

CAT A – relativa com momento de viragem

CAT B – constante

Objectivo 4 - Compreender as perspectivas dos diferentes membros das possibilidades que a cooperação entre agentes com diferentes papéis socioeconómicos apresenta para o desenvolvimento espacial

4.1 **composição da rede da org/projecto**

CAT A – conhecimento limitado

CAT B – opinião bastante favorável

CAT C – opinião moderadamente favorável

4.2 **efeitos nas comunidades/importância para as associações**

CAT A – ampliação da escala de acção – quando a principal vantagem percepcionada é a ampliação da escala de acção, ou seja a possibilidade de abranger mais população

CAT A1 – ampliação da escala de acção e abertura das comunidades

CAT B – continuidade do trabalho da organização

CAT B1 – novos projectos e maior divulgação da organização

CAT B2 – novos projectos e relações de parceria

CAT C – partilha de experiências e relações de parceria – quando a principal vantagem percepcionada são as relações em si

CAT D – fontes de financiamento – quando a principal vantagem percepcionada é a obtenção de fontes de financiamento para projectos conjuntos

CAT E – resolução dos problemas das comunidades – quando a principal vantagem percepcionada é a maior capacidade de solucionar problemas sociais

4.3 **melhor forma de desenvolver 1 comunidade**

CAT A - cooperação intersectorial

CAT A1 – cooperação e inovação na abordagem aos problemas

CAT A2 – educação e cooperação intra(VII) e inter-regional

CAT A3 – organização comunitária entre vizinhos

CAT B – perspectiva educativo-cultural

CAT C – prioridade a determinados factores

CAT C1 - foco principal na habitação e acessibilidades

CATC2 – priorizar saúde, habitação e educação (XII)

CAT D – enfoque social

CAT D1 - maior justiça nos apoios sociais

CATD2 - ter em conta os cidadãos mais fragilizados (deficientes motores, idosos, crianças)

CAT E – promover os produtos tradicionais das pequenas localidades

CAT F – fortalecimento das OTS's

Obj 4 a) Analisar a associação entre os papeis atribuídos ao 3º sector e a importância dada à cooperação intrasectorial pelos membros das organizações

4.3.1 **papel do 3º sector na sociedade**

CAT A – dimensões cívica, pessoal e económica

CAT B – relação de proximidade e confiança com a população

CAT C – relação de proximidade com os problemas capacita-o como agente de mudança

CAT D – papel social junto das populações desfavorecidas

4.3.2 importância da cooperação intrasectorial

CAT A - noção de objectivo comum

CAT B - essência do associativismo

CAT C- maior eficiência do trabalho

4.3.3 relação com estado

CAT A - relação de dependência

CAT B- perspectiva positiva da evolução recente

CAT C- pouca percepção da relação, para além do dia a dia da própria organização

Objectivo 5 - *Avaliar a presença ou ausência de interacção entre a escala global e local nestes projectos, em termos da intensidade de contacto da população-alvo com esta interacção glocal.*

5.1 Importância percepcionada

CAT A – muito importante
CAT B – importante
CAT C – quase nula
CAT D – nula

5.2 **grau de interacção da população alvo com a escala global**

CAT A – significativo
CAT B – limitado
CAT C - nulo

5.3 eitos na população alvo

CAT A – aumento de auto-confiança e confiança na sociedade
CAT B – auto-responsabilização, maior participação cívica
CAT B1 – auto-reflexão sobre os deveres de cidadão
CAT C – reflexão sobre o sentido das clivagens sociais
CAT D – reflexão sobre a natureza (bondade) humana
CAT E – recuperação de dependências e maior humildade
CAT F – não identificados/expressos

ANEXO 5 – REDE DE PARCEIROS DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA HABITAT

Tipo de parceiro	**Empresas**													
Parceiro	**Mota Engil**	**Whirpool**	**Boehringer**	**Lilly**	**KPMG**	**Le Roy Merlin**	**CIN**	**DST**	**Sá Taqueiro**	**Euséb ios**	**Primavera Software**	**Paleta de Ideias**	**XZ Consultores**	**Hotel Ibis**
Projectos/protocolos	Construção Amarante	Casa W. - Faria (Barcelos)												
Relação	Colaboração - custos de mão de obra; donativo:carrinha; projectos de especialidade	Patrocínio de uma casa em 2008 e apoio às famílias com 3 electrodomésticos	Voluntariado TB; compra postais; donativos	TB em 2009	TB em 2009 e 2010	Donativos materiais e compra de postais de natal	Donativos materiais	Donativos materiais e dinheiro;patrocínio no Concerto Gospel	Doação de materiais de construção	Materiais	Donativo em dinheiro	Alojamento da página na NET	*Team building*	Cedência gratuita da sala de reuniões para a realização Assembleias-gerias

Continuidade	Desde 2006	Protocolo com a HFHI - parceria c a Habitat desde 2004	Desde 2004			2007	2000	1999	2004	2005	2008		Em 2010	Desde 2004

Organismos públicos							
Junta Freguesia Palmeira	**Junta Freguesia Crespos**	**Câmara Municipal Barcelos**	**Câmara Municipal Vila Verde**	**Câmara Municipal Amares**	**Câmara Municipal Póvoa Lanhoso**	**Câmara Municipal Braga**	**Segurança Social**
Bairro Habitat - terreno, Palmeira, demolição do existente	Construção 2 casas						

Sinalização de famílias carenciadas; Colaboração em acções desenvolvidas para e com as famílias da Habitat; doação de materiais através do seu presidente Sr. João Russell	Doação de terreno	Sinalização de famílias com problemas habitacionais; apoio com a oferta de projectos de arquitectura e especialidades; apoio monetário às famílias apoiadas; isenção do pagamento de taxas e licenças;	Sinalização de famílias; oferta dos projectos de arquitectura e especialidades; oferta de materiais de construção às famílias por nós ajudadas; isenção do pagamento de taxas e licenças;	Irá ser assinado em breve um protocolo de parceria entre a Câmara e a Habitat com o objectivo de ajudar as famílias carenciadas desta região; oferta dos projectos de arquitectura e especialidades	Oferta de projecto de arquitectura e especialidades, bem como alguns materiais de construção a uma família Habitat; isenção do pagamento de taxas e licenças	Doação de um terreno em Palmeira que permitiu a construção de 12 casas; isenção do pagamento de taxas e licenças;	Re-encaminhamento de famílias
Desde 1999	Em 2004	Desde 2006	2009	2010	2007	2000	2002

Ots's		**Instituições de ensino**					
Centro social abel varzim	**Cáritas**	**UM**	**Escola profissional de Esposende**	**Carlucci**	**St julians**	**St. Dominics**	**CLIB**
	Atena	T-shirts;					

Indicação famílias; local refeições voluntários	Ajudou 6 famílias atribuindo a cada projecto 9.375 €	Patrocínio / donativo(cheque); estágios; colaboração em projectos(casa modelo(a fazer); t-shirts)	Voluntariado. Jantar de angariação de fundos	Voluntariado	Voluntariado	Voluntariado	Patrocínio eventos; voluntariado,incluindo participação de membros do clib na gv portuguesa em moçambique em 2008
2006	Desde 2006	Desde 2002	Desde 2004	Desde 2004	Início em 2010	Início em 2010	Desde 2007

ANEXO 6 – REDE DE PARCEIROS DO ESPAÇO T

Tipo de parceiro	**Organismos públicos**													
parceiro	CM Porto	Biblioteca Municipal Almeida Garrett (CM)	Junta de Freguesia da Sé	Junta de Freguesia de Massarelos	Centro Regional da Segurança Social	Instituto de Emprego e Formação Profissional	Comissão Igualdade Género	Instituto Português da Juventude	Escola E.B.1 da Sé	DGRS – de Reinserção Social	Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência	Centro Português de Fotografia	Delegação Regional da Cultura – Norte	Comissão Nacional da Unesco
relação; projectos/protocolos	Cedência das instalações na Rua do Sol (2003/2004); aluguer do ginásio do Espaço t;	cedência de espaço para o Corpo Evento, entregas de diplomas	Projectos de formação / sensibilização na área da saúde e higiene, junto da população da Sé - actualmente com crianças	encaminhamento de utentes para programa de Novas Oportunidades	Acordos Atípicos	UNIVA, posteriormente Gabinete de Inserção Profissional	Projecto Igualmente diferentes	OTL(intercâmbios)	actividades com as crianças desta escola	serviço após pequenos delitos	financiamento de projectos	2 catálogos; patrocínios esporádicos	Corpo Evento - patrocínio	Clube Unesco(sem apoio financeiro

	cedência da praça da liberdade para a exposiçã o Homem t; cedência do Rivoli para o Corpo Evento													
tipo de relação	cedência de espaço	cedênci a de espaço	colabora ção em projectos	encaminha mento de utentes	financiam ento	integraç ão de valências	colabo ração em project os	encaminh amento de intercâmb ios	encaminh amento de utentes	encaminh amento de utentes	financia mento	mecen ato	mecen ato	integr ação de projec tos
continui dade	desde 1998	desde 1998	desde 1998	desde 1998	desde 1998	desde 1997	_	_	_	_	desde 1998	desde 99/00	desde 2000	desde 2008

OTS's												
Associação de Moradores das Fontainhas	CERCI Gaia	Condessa de Lobão	Global	Instituto S. Manuel (Santa Misericórdia do Porto	Centro de Ensino Especial Costa Cabral	Colégio Latino Coelho	Fundação Calouste Gulbenkian	Fundação Serralves	Fundação da Juventude	Fundação-Axa Corações em Acção	Fundação JBFernandes / Memorial Trust	Ordem dos Médicos
							patrocínios	participação dos alunos em exposições em Serralves	participação em intercâmbios e projectos	voluntários esporádicos;convite aos utentes do Espaço t para festa da AXA; sessões de musicoterapia com funcionarios da AXA, mediante pagamento	donativos	cedência de espaço 1 dia por ano
encaminhamento de utentes							mecenato	colaboração em projectos	troca de serviços	colaboração em projectos	mecenato	cedência de espaços
	desde 1997	desde 1998	desde 1998	desde 1998	desde 1998	desde 2007	_	desde 1998	desde 1998	desde 1998	em 2004/5	_

Empresas																		
Metro do Porto, S.A.	Combooios de Portugal – CP, S.A.	Hotel das Artes	Portugal Telecom	Cision	Unicus	Lidergraf	Protokol	Flymedia	Videocontacto	Pedras e Pêssegos	Holmes Place	Body Clínica	Nseguros	RTP	Nespresso	GRUPO RAR/ESAD	Cerâmicas Valadares	Mecenato.net
Cedência de espaços para exposições	Bilhetes, descontos, cedência de espaços, donativo	Cedencia de espaço, formação	Protocolo - plafon de chamadas	Alojamento do site da instituição	Desconto no seguro da instituição	Impressão da revista contacto, catálogo do Corpo Evento gratuito	Prestação de serviços de em conferências	Video conferências	Apoio com imagem	Donativos de materiais	10% desconto para sócios	Descontos para sócios	Descontos para sócios	Divulgação	Vestido Catarina Furtado	Livro sobre design de interiores vendido na FNAC reverte na integra p/espaçot	Donativo materiais-equipamento do espaço	Participação na Cow Parade
Cedência de espaços	Troca de serviços vários	Troca de serviços vários	Mecenato	Mecenato	Mecenato	Mecenato	Mecenato	Mecenato	Mecenato	Mecenato	Mecenato	Mecenato	Mecenato	Mecenato	Mecenato	Mecenato	Mecenato	Colaboração em projectos
–	–	–	Desde 2007	Desde 2007	Desde 2007	Desde 2007	Desde 2000	–	–	Desde 2008	Desde 2008	Desde 2008	Desde 2008	–	Em 2010	Em 2010	Em 2007	Em 2006